

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

**ENTRE VIVER E MORAR:
EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

ENTRE VIVER E MORAR:

**EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

Dissertação apresentada pela aluna Maucia Vieira dos Reis como pré – requisito para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Área de concentração: História Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

**ENTRE VIVER E MORAR:
EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

BANCA EXAMINADORA

**Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso - UFU
(Orientadora)**

Prof.^a. Dr.^a Yara Aun Khoury – PUC/SP

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida – UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

Dedicatória

Dedico este trabalho,

**a Sheille, amiga de todas as horas,
historiadora, com quem dividi angústias e
alegrias, refleti sobre a produção
intelectual e, em especial, discuti
intensamente este trabalho.**

**a Irmã Nilda, que em tempos idos me fez
acreditar na vida.**

**ao Nísio, meu esposo, companheiro, meu
porto seguro. Sem ele seria mais difícil
essa caminhada.**

Agradecimentos

Àqueles cujos nomes não estão mencionados aqui, mas que, no decorrer da elaboração deste trabalho, estiveram presentes, tornando a sua realização possível, mediante o apoio, a compreensão, a torcida, a ajuda material e intelectual.

A Heloísa Helena Pacheco Cardoso, pela orientação segura, criteriosa, com que cuidou do exercício de pensar comigo a elaboração desta dissertação. Quero dizer que o adjetivo *companheira* atribuído a ela em trabalho anterior não foi exagero; foi, sobretudo, a tradução da atenção, do respeito intelectual com a nossa forma de pensar e com as possibilidades de expansão dos nossos próprios limites.

A Paulo Roberto de Almeida, pelo olhar atento com que acompanhou o desenrolar deste trabalho por dois anos, não perdendo nenhum lance do processo, provocando discussões, questionamentos, levando-me a (re)pensar e a problematizar conceitos, desnudando vícios enraizados de leitura... Não foi uma tarefa fácil para mim, mas, sem medo de errar, posso afirmar que tanto trabalho resultou em crescimento, amadurecimento intelectual e fortalecimento de posturas a respeito da história e do complicado ofício de historiador.

A todos que colaboraram para viabilizar minha transferência do Setor de Enfermagem para o Instituto de História, encorajando-me e desvendando as tramas burocráticas do serviço público, o que tornou possível a realização desse Mestrado. Neste viés, os meus agradecimentos especiais a Leila Bitar Moukachar Ramos (Pró-Reitora de Recursos Humanos), a Alice Hoshino e aos colegas do setor de Raio-X; bem como a Paulo Roberto de Almeida, Karla Adriana Martins Bessa e Maria Clara Tomaz Machado, dirigentes no Instituto de História, onde obtive guarida. A Dulcina, Velso, Rosália, Walter, D. Cleusa, Delta e Marta, pela boa acolhida no CDHIS, órgão para o qual fui designada.

A Universidade Federal de Uberlândia pela redução da jornada de trabalho.

Aos colegas da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, (Marcos Moreira, Alexandre, Paulo Inácio, Adriana, Luciana, Ana Paula e Sheille), e aos professores do Mestrado, agradeço pelas discussões calorosas, nem sempre fraternas, mas profícuas, realizadas em sala de aula, estendendo-se pelos corredores e para os grupos de estudos. Foram dois anos marcantes nas nossas vidas.

A Maria de Fátima Ramos Almeida, por não se furtar a discutir alguns dos meus “nós” relacionados à pesquisa.

Aos entrevistados e, em especial, aos moradores não entrevistados dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia – Sr. Roberto, Sr. Irineu, Sr. Adejardes e sua mãe Maria Tereza, Lourdes, Silnando, D. Nadir – que confiaram-me as suas memórias, os seus anseios e perspectivas em relação ao lugar em que vivem.

A Cibele, ao Glauber, ao Renato, a Tereza Cristina, Sandra e Eduardo por me auxiliarem no uso do computador, ao qual tenho aversão, mas que, em função da pesquisa, fui obrigada a utilizar.

A meus pais, Geraldo e Geralda, que, como os “meus sujeitos”, apostaram nos estudos dos filhos como forma de um viver melhor.

Aos meus filhos, Claudio Roberto, Manoel Inácio e Douglas Leandro, que conviveram durante esse tempo com a mãe estudante, muitas vezes mais estudante do que mãe; às minhas noras, Izabel Cristina, Neibe Leane e Talita que torceram por mim. Aos meus netos, Marcus Filipe, Maria Eduarda e João Vitor, que chegavam bagunçando a minha mesa de estudos, exigindo a presença da avó e, providencialmente, libertavam-me do meu inferno intelectual. Às minhas irmãs, irmãos, sobrinhos(as), cunhados(as), que na relação em família, muitas vezes fizeram a minha parte para que eu pudesse dedicar-me aos estudos.

A D. Ione Mercedes Miranda Vieira, que apesar do seu problema de saúde, revisou o meu trabalho. A Gisandra, responsável pela tradução do “resumo”.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas anônimas que compuseram “a turma do vai dar conta”, sempre prontas a acionar o botão verde quando o desânimo baixava sobre a minha cabeça.

Aproveito a oportunidade para isentar os colaboradores de quaisquer problemas, erros, lapsos que por certo estarão presentes no corpo do texto, considerando que, apesar da vontade, dos estudos propostos, dos esforços despendidos, as falhas são intrínsecas ao ser humano.

“Num novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos na rua
Quebrando as algemas

Pra nos socorrer
Pra nos socorrer”

(Ivan Lins)

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg

R375e	Reis, Maucia Vieira dos. Entre viver e morar : experiências dos moradores de conjun- tos habitacionais (Uberlândia - anos 1980-1990) / Maucia Viei- ra dos Reis. - Uberlândia, 2003. ...123 f.
	Orientador: Heloísa Helena Pacheco Cardoso. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlân- dia, Programa de Pós-Graduação em História. Inclui bibliografia. 1. História social - Teses. 2. Uberlândia - História - Teses. 3. 3. Conjuntos habitacionais - Uberlândia - Teses. I. Cardoso, He- loísa Helena Pacheco. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título. CDU: 930.2:316(041.3)

Obs.: Neste arquivo não constam as figuras (fotos e mapas) e documentos citados no decorrer do texto por terem sido utilizadas fotocópias dos mesmos o que impossibilitou sua reprodução dentro deste formato.
A autora.

Sumário

RESUMO	09
ABSTRACT	10
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I	
Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80	25
CAPÍTULO II	
(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços	46
CAPÍTULO III	
A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais	69
CAPÍTULO IV	
Na luta por direitos: experiências de participação política	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA	115
1. FONTES	120
2. RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	122
3. ANEXO I	124
4. ANEXO II	125
5. ANEXO III	126
6. ANEXO IV	127
7. ANEXO V	128

Resumo

Propomos nesse trabalho refletir os modos de viver dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia e suas trajetórias em busca da casa própria, em Uberlândia, nos anos 1980/1990. Para esses moradores, viver na casa própria significou um constante reconstruir de viveres.

O contato com a realidade de uma infra-estrutura precária nos novos espaços de moradia fez com que eles estabelecessem relações sociais entre si, com os bairros vizinhos e, ao mesmo tempo, criassem estratégias de luta com o Poder Público para tornarem efetivos o fornecimento da água, a energia, o esgoto, o transporte coletivo, possibilitando minimamente a vida nos Conjuntos Habitacionais. Nestas reconstruções, reelaboraram valores, conceitos, formas de convivência. Aos poucos, o pertencimento à cidade foi se revelando em um fazer-se constante desses sujeitos na solidificação dos seus direitos, de ter escola, a assistência à saúde, a regularidade do transporte coletivo, de usufruírem dos valores urbanos assimilados nessa caminhada.

Na percepção dessas vivências inspiramo-nos principalmente no pensamento de E. P. Thompson, E. Hobsbawn, J. Fontana e Raymond Williams.

Como fontes, optamos pelos jornais da época citada; documentos oficiais (Códigos de Postura, Plano de Urbanização da cidade, materiais publicitários, mapas); fotografias; depoimentos orais; atas da Associação de Moradores e outras documentações produzidas e cedidas pelos moradores.

Palavras chave: conjuntos habitacionais, modos de viver, cidade de Uberlândia.

Abstract

We propose in this work to reflect the ways of living of the inhabitants of the districts ‘Segismundo Pereira’ and ‘Santa Luzia’ and their trajectories in search of the house of their own, in Uberlândia, at years 1980/1990. For these inhabitants, living in the house own mean one constant to restore of life.

The contact with the reality of a precarious infrastructure in the new spaces of housing, did with that they established social relations between themselves, with neighboring districts and, at the same time, created strategies of fight with the Public Power to become effective the water’s supply, the energy, the sewerage system, the collective transport, enabling minimumly the life in the districts. In these reforms, they reorganized values, concepts, conviviality’s ways. Little by little, the belonging to the city was disclosing oneself in one to make constant of these citizens in the solidification of their rights, to have school, the assistance to the health, the regularity of the collective transport, the usufruct of urban values assimilated in that walk.

In the perception of these experiences we inspired us, mainly, in the E. P. Thompson’s, E. Hobsbawn’s, J. Fontana’s and Raymond Williams’ thought.

As sources, we optet by old newspapers of the cited time; official documents (Codes of Posture, Plan of Urbanization’s city, advertising materials, maps); photographs; verbal depositions; Inhabitants Association’s acts and other documentations produced and given by inhabitants.

Keywords: districts, ways of living, city of Uberlândia.

Considerações Iniciais

Considerações Iniciais

A proposta deste trabalho é refletir sobre os modos de viver dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, e suas trajetórias em busca da casa própria, em Uberlândia, anos 1980/1990. Nesse caminhar, esses moradores vão traçando estratégias, estabelecendo relações entre eles, com os moradores dos bairros vizinhos e com o Poder Público para verem consolidados os seus direitos de ter/morar em uma casa própria e usufruir dos bens e benfeitorias públicas que transformam a cidade em um espaço possível de se viver.

Esta preocupação adveio da pesquisa realizada para a minha monografia do final do curso de graduação em História¹, que apontou para uma tentativa de racionalização do espaço urbano em Uberlândia, resultando numa periferização da cidade e na ocupação dos seus entornos, com o surgimento de novos bairros ou conjuntos habitacionais.

Inicialmente, tinha em mente, além da temática da urbanização, trabalhar com quatro bairros periféricos: Alvorada, Segismundo Pereira, Santa Luzia e Luizote de Freitas. Estes bairros tiveram em comum a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH/SFH - Banco Nacional de Habitação e Sistema Financeiro de Habitação - como núcleo fundante, visando contemplar trabalhadores de baixo poder aquisitivo.

No decorrer do mestrado, alguns fatores colaboraram para um repensar deste projeto. Como o lamentável período de 24 meses, colocado pela CAPES para se concluir o curso, obrigando professores e alunos a um esforço sobre-humano para desenvolver a proposta de trabalho no tempo exigido, o que certamente deixa muito a desejar.

O encontro de pesquisadores realizado na PUC/São Paulo, no primeiro semestre de 2001, as Missões de Trabalho que se seguiram em 2002, como atividades do PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - oportunizaram conhecimentos e trocas de experiências que, contribuíram para ampliar os nossos horizontes sobre as temáticas em estudo.

As leituras de textos e discussões propostas pela Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, centrados sobretudo no marxismo inglês,² confirmaram a necessidade de redimensionar o projeto.

¹ REIS, Maucia Vieira. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia. Anos 80/95*. Monografia. (Graduação em História) Universidade Federal de Uberlândia. Janeiro, 2000.

² Entre os textos discutidos, destaco: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tomo II, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987; _____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Zahar 1981; _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das

Havia nesse redimensionamento uma perspectiva de fugir da forma clássica de pensar a cidade, sem a pretensão de menosprezar os trabalhos que se embrenharam por esses meandros, mas se firmando na busca de outros caminhos, percebendo como os modos de vida de pessoas pobres se transformaram com a casa própria adquirida nos conjuntos habitacionais, obrigando-os não só à transferência física do lugar de moradia mas à reconstrução de viveres e territórios no novo local.

A idéia inicial de pesquisa sobre quatro bairros foi, então, reformulada, e a minha atenção se voltou para a análise dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia nas perspectivas dos moradores, que lutaram para ter a sua casa e que reconstruíram seus modos de vida no novo espaço que passaram a ocupar.

As pessoas detentoras de dinheiro se estabelecem onde lhes é conveniente. Fazem as suas escolhas de acordo com os seus interesses. Entretanto, essas opções constituem um privilégio para poucos dentro das relações capitalistas em que vivemos. Interessa-me mormente perceber como famílias que não se incluem neste patamar se fixaram em Uberlândia, onde elas estão, como vivem, estudam, trabalham e se divertem.

Os Conjuntos mencionados foram construídos na região Leste de Uberlândia, próximos um do outro (ver Anexo 1) e entregues à população no início da década de 1980. Compostos por casas padronizadas, financiadas pelo SFH/BNH, tinham, como clientela, trabalhadores pobres³.

Marcados pela distância entre o que se conhecia na época (1980) como centro urbano e os novos Conjuntos Habitacionais, o que existia entre eles era o bairro Santa Mônica, ainda em expansão, e extensa faixa de terra, não ocupada, na sua maioria, coberta por cerrado. As novas construções, acessadas formalmente pela avenida Segismundo Pereira, pareciam ilhas mergulhadas na imensidão do cerrado, inaugurando uma face da expansão periférica da cidade.

Posteriormente, nesses locais, foram ocorrendo outras formas de ocupação dos seus entornos à revelia do mercado imobiliário, fosse por loteamentos incentivando a auto-construção, de moradias, ou até mesmo construindo pequenos conjuntos de casas visando a

Letras, 1998; _____. "Folclore, Antropologia e História Social". In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 327 a 269; FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru: EDUSC, 1998; KHOURY; Yara Aun. "Narrativas Orais na investigação da história Social". *Projeto História - História e Oralidade* (22). São Paulo: EDUC, 2001; HOBBSAWM, E. J. "O Fazer-se da Classe Operária 1870-1914". In: *Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 273 - 247.

³ Sendo que 1055 unidades foram edificadas no Conjunto Segismundo Pereira, e o Conjunto Santa Luzia foi edificado com 805 unidades. Projeto urbanista, modelo 4.1, Secretaria Municipal de Obras. Prefeitura Municipal de Uberlândia/1978.

uma ocupação mais rápida na região. Entretanto, observa-se que essas novas edificações primaram pela diferença e pela preservação da estética entre si e não se assemelhavam às casas dos Conjuntos. Muito menos, no que tange à construção do que denomino de pequenos conjuntos de casas, estes não tiveram a intervenção direta do Poder Público, como ocorreu com os Conjuntos embrionários.

Inseridos em uma visão mercadológica, buscava-se, com esses cuidados, a preservação da beleza, dos novos estilos de construções, pretendendo alcançar uma clientela diferenciada. Mesmo porque, à medida que se construíram os Conjuntos Habitacionais, Segismundo Pereira e Santa Luzia, os espaços preservados foram automaticamente beneficiados com a extensão da rede de serviços públicos perpassando tais locais; tanto no que diz respeito à energia, água, esgoto, telefone, como nos arruamentos necessários para chegar aos Conjuntos, principalmente o transporte coletivo. Estes serviços, ainda que precários, são sinalizadores efetivos, para o mercado imobiliário, da revalorização do terreno. Pagou por eles – os espaços preservados – quem tinha condições financeiras para comprá-los.

À proporção que esses entornos foram ocupados, os Conjuntos e as suas adjacências se fundiram respectivamente em bairros, Segismundo Pereira e Santa Luzia, a partir dos anos 1990 (ver Anexos 2 e 3). Uma mudança que trouxe uma discordância, não por parte dos moradores das casas dos antigos Conjuntos, mas entre os proprietários circundantes. Viam nessa medida uma desvalorização das suas propriedades. Todavia, independente dessa expansão, fosse pela ocupação dos espaços vazios, fosse pela ampliação do bairro, a pesquisa se manteve restrita aos Conjuntos Habitacionais embrionários e aos seus moradores.

Além do isolamento, os Conjuntos foram marcados por uma infra – estrutura precária, exigindo dos seus moradores uma luta constante com o Poder Público, para tornarem efetivos, no local, a prestação dos serviços públicos básicos à vida: água, esgoto, energia e, sobretudo, os acessos à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho. Assim, buscar o modo como milhares de famílias viveram esse processo tornou-se imprescindível neste trabalho.

O recorte cronológico proposto deveu-se à construção e à inauguração oficial dos conjuntos referidos na década de 1980. Nos anos 1990, já é possível perceber uma solidificação dos modos de viver dessa população. Não querendo dizer, com isso, que tais formas estejam estáticas, mas que passaram por momentos cruciais, do recebimento e mudança para a casa própria, nos (re)arranjos iniciais, imprimindo a elas um ritmo

dinâmico, próprio, às vivências posteriores. Na análise, acompanho a trajetória desses moradores e os significados que eles atribuíram às suas experiências.

A historiografia que elege a cidade de Uberlândia como tema de estudo, mostra-nos uma diversidade de análise sobre o enfoque da cidade: alguns voltam-se para as tentativas de organização dos espaços da urbe, e ao modo como esses espaços foram ocupados dentro da lógica capitalista; outros se preocupam com as diversas ações do mercado imobiliário e os interesses envolvidos, principalmente entre o poder público e setor privado. Há, ainda, os trabalhos que versam sobre como essas ações intervieram na vida da população e, sobretudo, as inúmeras ações e reações dessas pessoas frente às políticas urbanas adotadas.

Destes, o trabalho de Soares⁴, ao discutir a formação dos espaços na cidade de Uberlândia, aponta para a tentativa, dos administradores municipais, em racionalizar a cidade. Essa tentativa traz a formação de bairros na periferia como efetivação dessa ação incluindo neles a construção de Conjuntos Habitacionais na década de 1980. Em outra direção, o meu trabalho preocupou-se em entender como os meus sujeitos, moradores dos conjuntos habitacionais Santa Luzia e Segismundo Pereira, viveram parte do processo de formação desses espaços.

Os trabalhos mais recentes (2001/2002) sobre Uberlândia⁵ estão alicerçados em uma preocupação comum de pensar a cidade na sua multiplicidade, constituída pelos diferentes agentes que nela atuam, priorizando nesse seu “fazer-se” trabalhadores pobres, excluídos do projeto de “cidade ideal”. Assim, Moraes e Medeiros conseguem visualizar, na construção do cenário urbano, trabalhadores outros em busca do pertencimento à cidade. Isto é: na sua especificidade, Moraes aponta a presença de trabalhadores, que, com a sua carroça puxada por animais, vasculham a cidade em busca da sua sobrevivência e da família. A sobrevivência para os carroceiros assenta-se principalmente no desafio diário de transitarem como intrusos por avenidas e ruas abertas para as máquinas do asfalto, os possantes automóveis. Ainda, inserido no trabalho informal, Medeiros vê, nas relações sociais constitutivas da cidade, os trabalhadores, ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de produtos horti-granjeiros, assegurando, na criatividade dos

⁴ SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) FAFIC/USP. São Paulo, 1988.

⁵ MORAES, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade – Trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia - 1970 / 2000*. Dissertação (Mestrado em História) UFU, Uberlândia 2002; MEDEIROS, E. Antunes. 1970/2001. *Trabalhadores e viveres urbanos: Trajetórias e disputas na conformação da cidade-1970/2001*. Dissertação (Mestrado em História) UFU, Uberlândia, 2002. PETUBA, R. M. S. *Pelo direito à cidade experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir. Uberlândia (1990/2000)*. Dissertação (Mestrado em História) UFU. Uberlândia, 2001.

produtos ofertados que os seus viveres lhes proporcionam – porcos, frangos, ovos e verduras – o seu comércio. Os sujeitos sociais, eleitos tanto por Moraes como por Medeiros dentro das suas especificidades, tiveram que se reestruturar frente às mudanças ocorridas nos espaços da cidade, nas últimas décadas, atendendo à lógica do mercado e à dinâmica que o capitalismo impõe.

O trabalho de Petuba privilegiou as experiências vividas por trabalhadores sem teto no processo de ocupação de terra, em busca de moradia, em região periférica da cidade nos anos 1990. No olhar da autora, esses sujeitos, por não se enquadrarem nas normas do mercado formal do trabalho, não são considerados, pelas relações sociais que movem a cidade, como trabalhadores. São vistos como

*“...sobrantes, restos incômodos que só aparecem nas estatísticas da crise ou nas páginas policiais... sobras de uma cidade moderna, resíduos inevitáveis do crescimento urbano e do progresso gerador de desigualdades, ambos intrínsecos à lógica do sistema capitalista.”*⁶

Ao se manifestar a respeito da dura realidade de exclusão dos seus sujeitos a reflexão de Petuba auxilia-me na compreensão de quão seletiva e cruel foi (e ainda é) a Política Habitacional. No meio dos milhares de trabalhadores pobres sem casa própria, essa política ainda consegue selecionar e privilegiar, dentre eles, os “menos” pobres.

De maneira geral, os jornais do período trazem uma conjuntura nacional instável, movida pelo desajuste da economia, salários corroídos pela inflação, propiciando um índice assustador de desemprego e um custo de vida muito alto. Se esta situação era preocupante para a maioria da sociedade brasileira, entre os mais pobres, repercutia muito mais. Isto é, os jornais ressaltam uma acentuação da pobreza e a difícil vivência dessa gente nas décadas estudadas.⁷

Em meio às mazelas propiciadas por esse desajuste, a (des)assistência à saúde, educação, o desemprego, a moradia se apresentam como um problema a ser solucionado pelo governo. Nesse contexto, os jornais apontam, de forma enfática, a Política Nacional de Habitação, financiada pelo SFH/BNH – Sistema Financeiro de Habitação e Banco Nacional de Habitação –, órgãos governamentais sustentados pelo FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – e os rendimentos das cadernetas de poupança.

⁶ PETUBA, R. M. S. 2001. *Op. cit.*, p. 82.

⁷ Foram pesquisados os seguintes jornais de Uberlândia: Correio de Uberlândia, A Notícia e Primeira Hora, no período estabelecido no corte cronológico da pesquisa.

Teoricamente, essa política tinha por meta alcançar a cifra de quatro milhões e meio de construções de casas para trabalhadores de baixa renda⁸.

Observa-se, pelos jornais, que a Política Nacional de Habitação encontrou ecos em todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. Aqui em Uberlândia, grandes conjuntos habitacionais foram construídos no início dos anos 1980, inseridos nessa política, inclusive, os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, objetos de estudo do meu trabalho⁹. Em meio à euforia que envolveu a adoção da política, percebida nos jornais, que trazem, além da receptividade de trabalhadores pobres que vêem nessa política a oportunidade de realizarem o sonho da casa própria, o aumento dos reajustes da prestação e o seu descompasso em relação ao aumento dos salários. Os contemplados com a casa própria se viram imersos em uma conseqüente desvalorização da moeda, do poder aquisitivo, e, como não deveria deixar de ser, frente à situação de desajuste econômico da época, o aumento da inadimplência colocou-se como “fantasma”, minando o sonho do trabalhador de baixa renda de ter/manter a sua casa.

Entretanto, percebe-se, também, nos artigos analisados, principalmente no que se refere à municipalidade, uma postura dos jornais, quase sempre colada ao Poder Público, justificando tais ações e ou até mesmo curvando-se a elas. Nessa interpretação, além dos cuidados normais que um historiador deve ter com o manuseio das fontes, independente da sua natureza, trabalhos enfocando o “papel” da imprensa como “espaços de gestação”, veiculadores dos “projetos que se quer para a cidade” e vistos como espaços fomentadores de tensões oriundas de seus propensos gestores, foram se somando ao raciocínio¹⁰.

Na oportunidade, não poderia falar das fontes sem mencionar os órgãos que têm, sob a sua guarda, grande parte da documentação usada neste trabalho, como os jornais referentes à cidade, que se encontram encadernados e disponíveis ao pesquisador no Arquivo Público Municipal, em Uberlândia.

No caso das fotos, datadas de 1986, e parte da documentação oficial usadas no trabalho, estas, estão arquivadas em pastas no CDHIS – Centro de Documentação e

⁸ “Presidente constata em Uberlândia ritmo acelerado do programa habitacional”. *Correio de Uberlândia*, 17/09/1980, p. 07.

⁹ Na década de 1980, deu-se em Uberlândia um “boom” periférico, ampliando os limites da cidade. Nessas novas propostas de espaço para moradia, as construções de conjuntos habitacionais para as camadas populares se fizeram notar, inclusive os Conjuntos Segismundo Pereira e o Santa Luzia, assim como outros, o Luizote de Freitas, o Liberdade, o Alvorada.

¹⁰ CRUZ, Heloísa Faria. *Na cidade, sobre a cidade. Cultura Letrada, Periodismo, Vida Urbana. São Paulo, 1890/1915*. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 1994; PEREIRA L. Mékie. *Dependências, Favores e Compromissos. Relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40/50*. Dissertação (Mestrado em História) UFU. Uberlândia, 2001.

Pesquisa em História – de responsabilidade do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Esse Centro de Pesquisa abriga um riquíssimo acervo documental sobre a história da cidade e região.

As fontes oficiais analisadas, Códigos de Posturas do Município e o Planejamento urbano elaborado em 1954¹¹, mostraram uma tentativa de parte da elite política local de construir uma cidade ideal, regulando desde o comportamento das pessoas, passando pelos hábitos a serem abandonados e outros construídos ou conservados, tais como: a saúde, a educação, a frequência às áreas de lazer, a formação/construção das casas, das ruas, avenidas, locais públicos e, principalmente, os diferentes espaços reservados na construção de bairros e suas clientelas, visando a uma organização da cidade. Dentre eles, incluem-se os conjuntos habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia.

Neste sentido, outras publicações, escritas a partir da década de 1980¹², vêm corroborar a análise das fontes oficiais, trazendo a imagem de uma cidade idealizada, hospitaleira, que ofereceria trabalho a quem quisesse trabalhar e afirmando, inclusive, que em Uberlândia não existia mendigos. Tal discurso não reconhecia a pluralidade de vivências e relações sociais que se construíram e se constroem diariamente nesta cidade. Nega a realidade de aproximadamente quinhentas mil pessoas, população da cidade apurada pelo recenseamento de 2000, diferentes entre si, ricos, pobres, crianças, idosos, jovens, mulheres e homens que habitam Uberlândia.¹³

Na expectativa de desenvolver este trabalho, um rol de dificuldades alinharam-se no percurso. Uma delas se deu justamente no trato com as fontes oficiais. Devo dizer que as análises feitas, inicialmente, esbarraram nos tantos vícios herdados de leituras talvez nem sempre adequadas. Evidenciaram uma grande problemática sobre como lidar com as fontes e a necessidade de repensar conceitos cristalizados. As leituras dos documentos sinalizavam, a priori, para uma possível racionalização da cidade, onde tudo se apresentava como pronto e acabado. Assimilar esse pensamento seria admitir a existência de uma cidade "ideal," onde não se permitiam as diferenças, restando-me apenas a alternativa de

¹¹ São conhecidos os Códigos de Posturas escritos para a cidade de Uberlândia datados de: 1903 a 1913; 1950 1967 e 1988. O Plano de Urbanização, ao qual me referi, foi assinado por Otávio Roscoe, engenheiro responsável, chefe da Divisão de Cartografia e Desenho do Departamento Geográfico BH/MG em 09/02/1954. Coleção Uberlândia, CDHIS/UFU.

¹² Entre eles, ver: “Crise à distância”. *Revista Veja*. Abril, 18/11/1987, nº 1002, p. 66 à 87. “Uberlândia, crescer com qualidade e modernidade”. *Revista Vida Industrial*. FIEMG, 07/1991, nº 7, Vol. 42, p. 24 à 27.

¹³ Cartilha: *Uberlândia Portal do Cerrado. Guia Turístico*. Secretaria de Indústria Comércio e Turismo. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1995, p. 06.

"encaixar" os meus sujeitos neste "modelo". Estava em jogo, sobretudo, a forma de olhar para as fontes.

Na verdade, não era isso o que a pesquisa sinalizava para mim. Foi difícil perceber que, ao mesmo tempo que as análises traziam para o debate a existência de um fio condutor, (re)entretecendo e fomentando historicamente o discurso de uma "cidade ideal," faziam emergir, dentre outros anseios, as contradições dessa *tentativa* de idealização. O olhar viciado "materializava," de certa forma, trabalhadores pobres, desejosos de possuírem suas casas. As fontes "diziam" que esses trabalhadores não estavam inertes, apontavam, nos artigos por mim recolhidos, as lutas diárias de milhares de pessoas denunciando as más condições de vida, a precariedade dos serviços públicos prestados, a (des)assistência à saúde, educação, a ausência do lazer, o déficit de habitação, as dificuldades relacionadas à casa própria, enfim, mostrando com frequência uma mobilidade de trabalhadores, que, na busca da sobrevivência, se faziam e se fazem também construtores desta cidade.

Assim, a mesma fonte que me mostrava uma cidade forjada nos ideais de uma elite, deixava entrever, na tentativa de racionalização, as contradições múltiplas advindas dela, a exemplo, a segregação sócio-espacial, resultante, muitas vezes, das conveniências e acordos entre o poder público local e os interesses privados. Este vínculo propiciou a proliferação desenfreada da periferia, principalmente ao se construírem os conjuntos habitacionais. Esta ação condenou, no seu movimento interior, milhares de trabalhadores a uma vida de precariedade em busca do sonho da casa própria¹⁴.

Creio que o ato de repensar tem que ser uma constante na profissão do historiador, trazendo, antes de tudo, a necessidade de ser um crítico de si mesmo. Neste sentido, além da vontade de crescer intelectualmente, rever pressupostos, essa postura advém das leituras e das discussões realizadas na sala de aula; do hábito de "pensar" junto nos grupos de estudos, no corredor e até mesmo nos longos choros/desabafos por "horas e horas" no telefone ou num barzinho qualquer. O que possibilitou, gradativamente, um amadurecimento, fortaleceu posturas e escolha dos caminhos a serem palmilhados. Descobri que o exercício solitário de dialogar com as fontes é complicado, porém, difícil é "enxergar, ouvir e aceitar" o que elas nos falam. Recorro ao pensamento de Thompson, quando ele nos alerta para o fato de que as fontes não falam por si mesmas. São as

¹⁴ A pesquisa mostrou a existência de um vínculo, aqui em Uberlândia, entre o poder público local e grupos privados, propiciando a meu ver uma especulação imobiliária sem precedentes. Como, por exemplo, o artigo: "Quem são os donos da cidade." *Correio de Uberlândia*, 05/08/2001 p. A-2. Cf. sobre este assunto: SOARES, Beatriz Ribeiro. *Op. cit.*. 1998.

abordagens, as hipóteses e o olhar aguçado do historiador que vão estabelecendo os elos, construindo as respostas e as possíveis interpretações advindas desse exercício. Isto é, a forma de olhar é que vai descortinar o "invisível," quase sempre fosco a um olhar míope.¹⁵

Nestas escolhas, as fontes orais constituíram - se em importante instrumento na tentativa de perceber como trabalhadores absorveram a política da casa própria e quais foram os caminhos percorridos por eles na realização do sonho. Para além disso, como Portelli nos chama atenção, as memórias resguardam “*a preciosa consciência da injustiça do mundo existente (...) Na medida em que aviva as chamas do descontentamento ao revelar a contradição entre realidade e desejo faz com que esta contradição não ecloda em conflito aberto*”¹⁶, mas se manifeste nas falas como possibilidades e expectativas desses sujeitos.

Trabalho com dez entrevistas. Deste total, nove delas foram realizadas por mim e uma, a do Sr. Odair, foi gentilmente cedida por Calvo¹⁷. Seis depoimentos são de moradores do Segismundo Pereira e quatro do Santa Luzia¹⁸. Nessa etapa, procurei contactar preferencialmente moradores residentes no local desde a inauguração dos Conjuntos, em 1981. Por entender que esse “mudar” se diferenciou de tantos outros acontecidos na trajetória dos depoentes, buscava perceber, com este critério, as expectativas e os significados advindos do ritmo frenético de várias famílias se mudando concomitante, para a casa própria e para um mesmo espaço.

Posteriormente, outras entrevistas se deram, privilegiando moradores que chegaram para o Conjunto em 1985. Procurando, com isso, trazer para o trabalho uma visão diferenciada dos primeiros, ou seja, os que não compartilharam o momento descrito, vivido por estes. Do conjunto de entrevistas gravadas, a maior parte se deu em meados de 2002 e as outras no final do mesmo ano. Todas elas foram transcritas, respeitando a pronúncia do entrevistado, os silêncios e sinais que denotavam as vivências; em seguida analisadas, em função da pesquisa.

¹⁵ Sobre a importância do diálogo com as fontes, ver: THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 1981, p. 47 - 62; 180 - 201; THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 2001.

¹⁶ PORTELLI, A. "Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". *Projeto História - História e Cultura*. São Paulo: EDUC, nº 10, 1993, p. 58.

¹⁷ Sr. Odair Pereira Carrijo, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000. Esta entrevista foi realizada por Célia Calvo para sua tese de doutoramento e, por ser sobre a cidade de Uberlândia e morador do Santa Luzia foi cedida para o meu trabalho, ver: CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Experiências e lembranças de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1970*. Tese (Doutorado em História) PUC: São Paulo, março/2001.

¹⁸ No final deste trabalho, encontra-se uma listagem com o nome dos entrevistados e uma pequena biografia destes.

Nos depoimentos, não nos pautamos em saber se os entrevistados estavam falando ou não a “verdade”. Esperávamos, sobremaneira, que as experiências vividas no caminhar desses sujeitos fluíssem nas reelaborações apresentadas, e apreender nelas os vários significados atribuídos por eles às suas memórias. Entendendo que as vivências relatadas trazem no seu bojo não só o presente, mas elas vêm carregadas de uma visão de mundo adquiridas, selecionadas e reelaboradas nos melindres da memória, ao longo da vida.

Este pensar só foi possível mediante os contatos com leituras sobre fontes orais, destacando, nesse momento, a proposta de Portelli que nos sugere *“recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história.”*¹⁹

Pude perceber, no conjunto das entrevistas, temáticas interessantes, entre elas uma persistência dos envolvidos na busca da casa própria. Neste sentido, o desejo de "ter casa" passou a ser uma constante nos depoimentos. A partir dessa tônica, foi possível perceber as múltiplas relações constitutivas desse anseio. Isto é, a busca da casa própria perpassa pela necessidade desses sujeitos de se sentirem inclusos nesta cidade, evidenciando, nas suas trajetórias de vida, as relações de inclusão/exclusão, na cidade. Muito embora esse sentimento estivesse sempre sendo exaltado nos relatos, por vezes, ele se esmaecia nas decepções, em uma mistura amarga de encantos e desencantos frente às dificuldades encontradas, encorajadas na fala de D. Maria Militão: (...) *mas eu num desanimei não... eu num sô de desanimá!*²⁰ ao inteirar-se da realidade do Conjunto Santa Luzia em 1981.

Nas suas memórias, muitas vezes, os depoentes vão nos mostrando as suas percepções, interagindo com a cidade em que vivem, a cidade dos “outros” e também aquela cidade que constroem e em que gostariam de viver. Neste sentido, fazem-se relevantes as análises de Khoury sobre as narrativas orais, nas quais autora ressalta que:

*“...Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.”*²¹

¹⁹ PORTELLI, A. *Op. cit.*, 1993, p. 41.

²⁰ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

²¹ KHOURY, Yara Aun. "Narrativas Oraís na Investigação da História Social". *Projeto História - História e Oralidade*, São Paulo: EDUC, nº 22, 2001, p. 80.

Em meio às entrevistas, intensifiquei as minhas idas e vindas aos Conjuntos Habitacionais. Andei por eles sem endereço certo, procurando conversar com moradores, observando o movimento nas ruas, a rotina do comércio. Esse contato possibilitou-me, entre outros fatores, conhecer melhor a dinâmica estabelecida no bairro pelos moradores (as conversas das pessoas nos portões, os cuidados de higiene nos passeios das casas, a meninada na rua, o corre-corre das pessoas para tomarem o ônibus) e visualizar a variedade de interferências ocorridas nos espaços físicos, destacando as formas de aproveitamento dos quintais, os jardins, as reformas nas casas, nos muros, nas fachadas modificando sensivelmente a paisagem anterior.

Estas ações refletem um toque pessoal na casa, uma identificação de quem nela reside. Ao seu modo, os moradores vão desmanchando a organização dada pelo poder público ao construir os Conjuntos.

Além das fontes citadas, o uso das fotos assim como dos mapas mostrou-se pertinente, propondo, com estes recursos, uma maior visibilidade do avanço, da ocupação dos espaços ao redor dos Conjuntos, principalmente registrando as ações de interferências e modificações realizadas nos locais de moradia, pelos moradores. Além dessa visualização, apontam também uma leitura dos modos de viver das pessoas.

Lembrando que, embora usar este recurso imagético já tivesse sido pensado, foi muito proveitoso o diálogo e a troca de experiência oportunizada pela Missão de Trabalho realizada em junho de 2002, ministrada pela Prof^a. Dra. Déa Ribeiro Fenélon. Essa atividade extra fortaleceu o nosso entendimento sobre o uso da fotografia e dos mapas nos trabalhos como mais um desafio do uso de fontes a ser transposto pelo historiador.²²

As fotos usadas no trabalho, na sua maioria, foram produzidas por mim, procurando ressaltar a minha preocupação, o meu olhar voltado para as vivências dos moradores. Algumas foram cedidas pelos entrevistados, registrando também o uso de fotos produzidas e arquivadas pelo CDHIS/UFU. Quanto aos mapas, tanto o que se refere à cidade/bairros

²² Nas leituras propostas pela Missão de Trabalho elenco alguns textos que ajudaram-me a pensar o uso dessas fontes como documento: CARVALHO, T. C. "Apresentação". In: *Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) PUC, 1999; ESSUS, Ana Maria Mauad S. Andrade. "O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da 'belle époque'". In: SOUSA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. Quanto ao uso de mapas e dados estatísticos, ver: SACHS, Céline. "Introdução" e "O crescimento econômico, a exclusão social e a questão da habitação popular em São Paulo" In: *São Paulo Políticas Públicas e Habitação Popular*. São Paulo: EDUSP, 1999.

de Uberlândia, quanto ao dos Conjuntos Habitacionais propriamente ditos, foram cedidos por moradores.²³

No primeiro capítulo, apresento os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, inseridos na Política Nacional de Habitação. Procuro trazer para o debate um pouco da conjuntura na qual ela ocorreu: a inflação, a carestia, o desemprego, a acentuação da pobreza, são elementos indicadores de uma situação instável para a maioria da população brasileira. Nesse contexto, o déficit habitacional na urbe se apresentou como um grande problema para as famílias pobres. Percebeu-se uma euforia do poder público local, com esta Política de Habitação, desdobrando-se na construção de vários conjuntos residenciais, visando contemplar, sobretudo, os assalariados de baixa renda. Entretanto, por detrás deste fervilhar, o "corpus" documental traz para a "mesa" a existência de um jogo de interesses entre o poder público e os grupos privados. A política adotada propiciou, por meio da "falácia" da casa própria aos trabalhadores pobres, uma perversa especulação imobiliária. Todavia, busquei priorizar, neste capítulo, como as pessoas absorveram tal política, o que a casa própria significou para elas e captar os sentimentos (de exclusão e inclusão) outros, na sua maioria, implícitos na trajetória desses moradores.

Num segundo capítulo atento para o modo como os moradores (re)construíram os seus viveres nos conjuntos, enfrentando a precariedade de uma infra-estrutura (ausência de pavimentação nas ruas, a ineficiência do transporte coletivo, a falta da energia elétrica e da água), a emergência de estabelecerem (novas) relações sociais e de se (re)organizarem concomitantes nos novos espaços de moradia. Nesse (re)construir, os moradores vão se confrontando nas diferenças, nas expectativas criadas, preservando valores e reelaborando outros possíveis na convivência diária.

No terceiro capítulo, enfoco as ações dos moradores nos seus espaços de moradia e no próprio Conjunto: sejam elas individuais ou coletivas (reformas nas casas, o (re)aproveitamento dos quintais, a criação de área comercial). São interferências que vão ocorrendo aos poucos e conseguinte, silenciosamente, vão dando outros contornos na paisagem. Tais ações trazem no seu movimento uma transgressão da rigidez encontrada pelos moradores ao comprarem as suas casas. Nas suas formas surdas do desmanchar/acrescentar, falam-nos a favor de uma contra resposta desses sujeitos à

²³ O mapa da cidade/bairros de Uberlândia e o do Segismundo Pereira foram cedidos para o trabalho pelo presidente da Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, Sr. Roberto. O do Santa Luzia foi cedido pelo Sr. Irineu Castenhera, morador do Conjunto Habitacional Santa Luzia.

padronização imposta a eles pelo poder público. Por meio delas, vão avançando limites e criando, de um jeito próprio, os seus territórios.

Por fim, em um quarto capítulo, analiso as relações sociais estabelecidas por esses moradores, entre eles e o Poder Público local, para verem efetivados, nos Conjuntos Habitacionais, os seus direitos à rua pavimentada, à escola, à saúde, ao lazer. Neste “fazer” diário, vão criando estratégias capazes de solidificar o seu pertencimento à cidade.

Capítulo I

Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80

Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80

Na busca da casa própria as pessoas foram construindo trajetórias, (re)elaborando conceitos, valores, modos de viver: estas vivências constituem a preocupação central deste trabalho. Na sua delimitação, escolhi trabalhar com os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, tomando como sujeitos sociais seus moradores. Neste capítulo proponho refletir sobre os significados da política habitacional dos anos 80/90, na cidade de Uberlândia, e como ela atende às necessidades de moradia das pessoas de baixa renda.

Os conjuntos mencionados foram construídos a partir de 1979, inaugurados e entregues à população nos finais de 1981. Na época, distantes do centro da cidade, apresentavam características visuais de periféricos, isto é: estavam localizados em região afastada do centro urbano; dotados de uma mínima infra estrutura e serviços coletivos; visavam contemplar parcela significativa de famílias portadoras de um baixo poder aquisitivo.

Essas características descritas converteram-se em dificuldades reais para os moradores. Entretanto, para muitos, não se tornaram obstáculos intransponíveis, suficientes para impedi-los de realizar o sonho da casa própria;

“mudei (...) pro Segismundo. Foi em...16 de novembro de 81; eu fui o segundo morador...eles me entregaram dia 15 (a chave da casa). Dia 16 eu mudei (...) ficamos dois meses sem energia(...) e uns 15 dias sem água. (...) num existia nada ao redor...quando nós mudamos prá li, ainda (...) era aquela avenida...quando você olhava ela, estava cheia de pés destas matas de capina, né?”²⁴

“...aqui no Santa Luzia é ótimo! (...) eu gosto muito daqui é...foi com muita luta, com muito sacrifício qu’ea gente conseguiu (...). Eu fui uma das primeira moradora era muito difícil mesmo! Prá trabalhá tinha que pegá um ônibus que passava lá pelas 5, 5:15(da madrugada)prá descê no centro, prá pegá ôtro que ía pro Umuarama (Campus Umuarama/UFU/trabalho) de modo que foi muito difícil mesmo! Que naquela época (1981) tinha muito pôco ônibus, né? Prá voltá então nem se fala (voltar do trabalho). (...) Mais eu num desanimei não; eu num sô de desanimá”²⁵

“... eu tinha dois anos, morava no Tibery; aí vim prá cá (Santa Luzia) como eu te falei...essa área aqui era tudo mato! Só via o Santa Luzia e o CAMARU. (...)Tinha um córrego que não era poluído, sabe? Quando a gente era pequeno, assim que nós mudamos, minha mãe pegava a gente e (...) passeava lá (na lagoa, no córrego)... brincava, né? Nadava, pescava. Se quisesse nadá você podia: você

²⁴ Sr. Luiz Antônio Gino, 50 anos, morador do Conjunto Segismundo Pereira, 2001.

²⁵ D. Maria de Lourdes Militão, 62 anos, moradora do Conjunto Santa Luzia, 2001.

*tinha essa liberdade. Eu com 5 anos eu subia aqui por esses trilhos, sabe? Podia andá, e tal, que não tinha perigo nenhum...*²⁶

Esses depoimentos relatam as dificuldades encontradas pelas pessoas quando da sua ida para os novos conjuntos habitacionais. Falar em isolamento e em falta de infra – estrutura, enfim, em sacrifício, fornece-nos uma das dimensões do que foi viver nessa área urbana da cidade no começo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, demonstra como esses primeiros moradores foram capazes de reconstruir os seus espaços, criando formas de viver, preservando a liberdade de ser.

Concomitante, as falas das pessoas que se transferiram para os conjuntos habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia indicam-nos uma dose de *encantamento* dos envolvidos pela aquisição da casa própria. “Ter casa” aparece como um desejo para as pessoas contempladas, que habitam ainda hoje os conjuntos habitacionais estudados. A persistência dessa idéia sugere pensarmos que a casa própria é, para muitos, sinônimo de pertencimento à cidade, deixando claro que essa busca, para as famílias pobres, não se dá de forma tranqüila e visível. Ela se insere nas disputas por um lugar no espaço urbano. Nessa perspectiva, ao buscar nas vivências dessas pessoas, os seus modos de vida e suas formas de enfrentamento, evidencia-se que muitos ultrapassaram as fronteiras do *encantamento* e da *conformação*.

O fato do poder público construir, ou propiciar a construção desses conjuntos habitacionais, leva-nos a uma reflexão sobre o papel do Estado na condução da Política Habitacional. Tanto os governos municipais, quanto os estaduais e o federal demonstram, nesta época, uma preocupação com o problema do déficit de moradia destinada aos trabalhadores.

Na cidade de Uberlândia, como em outras, as pessoas pobres não tinham (e não têm) as condições necessárias para a construção ou aquisição da sua casa própria. Na busca pela sobrevivência, elas vão encontrando, de um jeito ou de outro, um lugar para morar: edificando uma casinha nos fundos de quintal de parentes, amigos ou até mesmo compartilhando um único teto. Para quem não pode contar com essas possibilidades, algumas alternativas se alinham: montar um barraco nas favelas, abrigando-se nos becos, embaixo do viaduto ou refugiando-se nas áreas institucionais, como os albergues. Este quadro de exclusão social, em que a falta de moradia é apenas um dos aspectos, obrigou o Estado a inserir a habitação no rol das suas políticas sociais. Por este prisma, outra

²⁶ Romeiltom Gomes Júnior, 21 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2001.

possibilidade para a população de baixa renda adquirir suas casas e inserir-se na cidade deu-se por meio do BNH/SFH, órgão do governo destinado à implantação de uma Política Habitacional no país.

Os jornais locais apontam, nos anos 1980, uma preocupação constante do Poder Público em oportunizar moradia à população pobre. Observamos um esforço da mídia em convencer as pessoas a adquirirem a sua casa própria, lembrando aos clientes os benefícios de se obter uma delas:

*“Os felizardos a receberem a casa própria serão mil novecentos e seis mutuários. Eles esperam essa hora para se livrarem dos aluguéis que pesam em suas economias. Agora pagam as prestações, como se fossem aluguel, mas no final do prazo a casa é sua...”*²⁷

Outros artigos relacionam o direito à casa própria à noção de doação, que estabelece um vínculo de dependência do contemplado com o Poder Público:

*”...Alceu Santos, (vereador pelo PDS) (...) Enalteceu os novos conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, fazendo um apelo para os **felizardos** providenciarem a documentação para se assomarem às casas que foram sorteadas e lhes pertencem por direito.”*²⁸ *(...) evidentemente, nem todos podem ser favorecidos com essa **dádiva**, contar com o que é seu para morar...,*²⁹

A matéria aponta para o estado de **felicidade** que esta conquista propicia: *“...mostra-se alegre o cidadão que recebe a chave da moradia própria. Pois seu sonho era um dia tê-la para sempre...”*³⁰

Artigos como esses transmitem ao leitor uma visão isolada da questão da moradia, como se ela fosse o único problema social pelo qual passavam as pessoas menos favorecidas, desconhecendo a pobreza, o desemprego, a (des)assistência à saúde, a falta de escolas. Notícias sobre o custo de vida, desemprego e outros aparecem também desconectadas de uma análise social mais ampla sobre as condições de vida no município³¹.

²⁷ “Casas serão entregues”. *A Notícia*, Uberlândia, 18/08/81, p. 01

²⁸ “Política”. *Correio de Uberlândia*, 02/09/81, p. 06.

²⁹ “Opinião”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/81, p. 05.

³⁰ “Alegria com a moradia própria”. *A Notícia*, Uberlândia, 08/01/83, p.01.

³¹ Relacionamos abaixo artigos indicativos do aumento do custo de vida: “CEPES mostra o custo de vida em Uberlândia”. *Correio de Uberlândia*, 19/03/1979, p. 08; “Índices de custo de vida”. *A Notícia*, Uberlândia, 30/08/1982, p. 01; “Aluguel de casa terá aumento de 82%”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/1981, p. 01; “Aumento do desemprego”. *A Notícia*. Uberlândia, 15/02/1982, p. 01.

Vista por essa ótica, a casa deixava de ser um direito para ancorar-se num privilégio concedido pelo poder público a alguns. Quem a conseguia era um “felizardo”, um “sortudo”:

*“More no segredo de toda essa folga do **tranqüilão**: a casa própria. Enquanto ainda tem tanta gente por aí morando na base do aluguel, o tranqüilão está feliz da vida, despreocupado. Está na dele. Não **bobeia não**. Aproveite os planos de financiamento da Caixa Econômica e fique também na sua... na sua casa própria.”*³² (grifos meus).

Em linhas gerais, a mídia divulgava a casa própria como positividade, tentando criar um elo de relações entre o governo e os possíveis interessados em possuí-la. As idéias do *tranqüilão*, *felizardo*, de um lado, e as de *dignidade*, *direito* e *de privilégio*, de outro, complementavam-se na transmissão desse objetivo. No discurso da casa própria, entrevia-se a *idéia de um poder público comprometido com as causas do trabalhador*, ao mesmo tempo que procurava minimizar os efeitos de uma possível contestação dos contemplados frente à realidade encontrada, marcada por uma infra - estrutura precária. Há confronto entre o que essas pessoas foram *incentivadas* a adquirir e o que encontraram ao ocuparem a periferia da cidade.

Os artigos buscavam passar, para o leitor, a idéia de um governo (tanto local, como estadual e federal) preocupado com as pessoas pobres. Neste viés, tomava o déficit da moradia como mote para a criação da Política Nacional de Habitação. O documento abaixo sintetiza esse pensamento:

“O Presidente da República, acompanhado do Ministro Mário Andreazza, do Interior e do Governador Francelino Pereira, de Minas Gerais, esteve dia 29 de Agosto na cidade de Uberlândia, onde verificou o andamento das obras habitacionais que estão sendo executadas, pelo Ministério do Interior, através do BNH naquela cidade do Triângulo Mineiro. As obras estão incluídas no Plano Nacional da Habitação Popular — PLAHNAP — que tem por meta a entrega de 4 milhões e 400 mil casas, até 1985, às famílias de baixa renda.

Em Minas

Em Minas Gerais, o PLAHNAP objetiva construir, até 1985, 310 mil unidades habitacionais no valor, a preços atuais de 73 bilhões e 184 milhões. A obra compreenderá 11 milhões e 914 mil metros quadrados de área construída e abrigará uma população de 1 milhão e 550 mil pessoas, quantidade superior à população da maioria das capitais estaduais brasileiras. O Governo de Minas Gerais já afirmou contratos para a construção de 36.497 de 09 bilhões, para a construção de casas. Somente no Triângulo Mineiro está prevista a implantação de

³² “Casa Própria? O tranqüilão está na dele”. *Correio de Uberlândia*, 02/04/73, p. 02. Este último é propaganda da Caixa Econômica Estadual.

conjuntos habitacionais em 29 cidades, o que totalizará 38.046 habitações com capacidade de abrigar 190 mil e 310 pessoas.

Na cidade

Já, em Uberlândia, o Plano Habitacional prevê a construção até 85, de 15 mil habitações, com investimentos da ordem de 03 bilhões e 54 milhões, somente para construção de unidades habitacionais (obras em andamento) com investimentos da ordem de casas. As obras de infra-estrutura, saneamento básico, e de equipamentos comunitários envolverão investimentos de mais de 800 milhões de cruzeiros. As obras beneficiarão diretamente, além de 75 mil pessoas que habitarão os conjuntos a serem erguidos, mais de 10 mil pessoas que já residem nas áreas periféricas, já que até elas se estenderão os serviços de água, esgoto, iluminação e o de atendimento comunitário. Até 1979, o único conjunto existente em Uberlândia era o do bairro das indústrias, com 300 casas. Com a implantação do PLANHAB, a COHAB-MG construiu 2.162 casas e está com 3.713 em construção, além de um conjunto com 1025 unidades. Já, com projeto aprovado pelo BNH, totalizando, assim, 6.900 casas.”³³.

A política habitacional, referida no artigo citado, antecedeu ao período cronológico recortado neste trabalho. Foi criada em 1964, pela Lei 4.380/64,³⁴ ano em que o regime militar foi instaurado no Brasil. Segundo Aragão, a ação imediata do Governo Militar em criar a política habitacional “teve três motivações básicas”:

“I - A necessidade de atenuar, mediante um forte impulso à indústria da construção civil, os impactos negativos, sobre o nível do emprego, das inevitáveis medidas recessivas requeridas pela política de combate a uma inflação cuja projeção anual, em março, já alcançava a casa dos três dígitos, até então sem precedentes na história econômica brasileira.

II - A conveniência política de neutralizar, ainda em forma parcial, através do aumento da oferta de habitações populares, principalmente nos grandes centros urbanos, os efeitos perversos, para a classe trabalhadora, da política de contenção de salários e de restrições à liberdade de organização (intervenção em sindicatos, prisões de líderes sindicais, etc.) e de mobilização (repressão às greves, cassação

³³ “Presidente constata em Uberlândia ritmo acelerado do programa habitacional”. *Correio de Uberlândia*, 17/09/80. p. 07. Cf. outros artigos sobre a política habitacional, tais como: “Meta de 450 mil casas em 80 está em plena execução”. *Correio de Uberlândia*, 22/08/80, p. 01; “BNH altera meta de construção de casas por falta de recursos”. *Correio de Uberlândia*, 27/05/80, p. 05; “BNH vai se dedicar exclusivamente às casas destinados aos pobres”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/81, p. 05.

³⁴ Por meio da Lei número 4.380/64, de 21/08/64, o governo Castelo Branco criou o BNH e disciplinou o SFH. O objetivo básico era promover a aquisição da casa própria pela família de baixa renda. Como esclarecimento, vale a pena dizer que o PLANHAP - Plano de Habitação Popular - foi implantado em 1973, em virtude da proliferação de nomenclaturas e siglas criadas no interior do sistema. Ou seja, o BNH/SFH compreende os chamados “agentes complementares”, compostos dos bancos: comerciais, de investimentos e do Desenvolvimento, SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), Caixas: Econômica Federal (CEF), Estadual (CEE’s). Sociedades de créditos imobiliários (SCT’s). As Associações de Poupança e Empréstimos e o PLANHAP, são compostas por Cooperativas Habitacionais - COOPHAB’s; Companhia de Habitação - COHAB’s e outros. Ver SCAGLIONE, Luiz R. T. “A Criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) - Pressupostos, Modelo Operacional e atuação até o final dos anos 70”, In: *A Crise do SFH e a Necessidade da reordenação do financiamento do Setor Imobiliário*. Dissertação (Mestrado em Direito). PUC/São Paulo, 2000. E, “Sistema Financeiro de Habitação”. In: ANAIS/SEMINÁRIO. Belo Horizonte – AJUFE – (Associação dos Juizes Federais do Brasil). 14/09/2000.

de mandatos e suspensão de direitos políticos de numerosos parlamentares oriundos do meio sindical, etc.), adotada pelo novo regime.

III - A busca de base mais ampla de legitimação social para a clara opção por um sistema de economia de mercado, fundado na propriedade privada, adotada pelo novo governo adotada em contraponto às medidas ‘socializantes’ que ganharam espaço na fase final da administração Goulart. Este objetivo seria perseguido pelo esforço no sentido de incorporar à condição de proprietários um número crescente de assalariados de baixa renda e dos estratos inferiores da classe média.”³⁵

Na análise do autor, a política habitacional inseria-se em um projeto maior de sustentação da economia capitalista brasileira, que precisava, naquele momento, de medidas de geração de empregos, de combate à inflação de neutralização das manifestações dos trabalhadores, ao mesmo tempo reafirmando a propriedade privada como esteio do sistema.

Se esses eram os objetivos do governo ao criar a Lei, importa analisar como as camadas populares absorveram essa política e, sobretudo, fazer emergir as contradições, conflitos e tensões advindos da sua implantação.

Nos anos 1980, em Uberlândia, conjuntos residenciais estavam sendo edificados concomitantemente. Dentre eles, o Luizote de Freitas, o Segismundo Pereira e o Santa Luzia (ver Anexo 1). Entretanto, a pesquisa nos jornais mostrou que a mídia só fazia propaganda do primeiro. Consideramos muito interessante esse silêncio, até porque ele se dava num momento em que tudo convergia para a publicização dessas políticas. Somente em outubro de 1981, saiu, na primeira página do jornal *Correio de Uberlândia*, uma reportagem com título enfático: “*Surge o Segismundo Pereira*”. O texto era extensivo ao Santa Luzia, ilustrado com fotos do local³⁶.

A mídia divulgava o conjunto Luizote de Freitas, considerando-o o maior conjunto financiado pelo BNH, legitimando, por meio dele, a Política Habitacional Nacional vigente. Foi visto também pelos dirigentes do PLANHAP como sendo o “mais moderno” conjunto habitacional do país³⁷. Além da intenção do poder público em tornar aquele local um modelo, projetando a cidade de Uberlândia, havia, por detrás de tudo isto, um interesse maior: a família do então prefeito Virgílio Galassi (1977-1982) era dona da VIGA -

³⁵ ARAGÃO, J. M. *Sistema Financeiro de Habitação: uma análise sócio jurídica da gênese, desenvolvimento e crise do sistema*. Curitiba: Juruá, 1999, p. 74.

³⁶ “Surge o Segismundo Pereira”. *Correio de Uberlândia*, 06/09/81, p. 01. No artigo, “Programa sobre casas populares será cumprido dia 11”. *Correio de Uberlândia*, 04/07/80, p. 01, esta pode ser considerada a única manchete que mencionava a construção dos conjuntos. Apresenta um cronograma de visitas do poder público para conhecer as construções dos conjuntos habitacionais, e esse local era um dos pontos escolhidos.

³⁷ “É numa casa própria que muitas pessoas ganha uma nova vontade de viver”. *Correio de Uberlândia*, 29/08/80, p. 07; Ver artigos outros sobre o Conjunto Luizote de Freitas: “Prefeitura convoca contemplados das casas populares”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/80, p. 01; “O que o presidente vai conhecer: Conjunto Luizote de Freitas”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/80, p.08.

imobiliária -, que, sabendo do interesse do governo em construir conjuntos habitacionais, comprou a fazenda Luizote de Freitas e vendeu parte das terras para a COHAB realizar o que pretendia. Nessa negociação, o restante da área foi preservado e loteado posteriormente pela VIGA. Já havia, porém, toda uma rede de serviços públicos coletivos montada ali³⁸.

A construção dos Conjuntos Habitacionais, inclusive, o Segismundo Pereira e o Santa Luzia (ver Anexos 02 e 03), concretizava, desta forma, as estratégias de governo. Dentre elas, talvez a possibilidade de desviar a atenção dos problemas sérios pelos quais passavam os trabalhadores com o desemprego, aluguéis incompatíveis com os salários, a miséria, a fome, a inflação descontrolada, a (de)assistência à saúde, à educação e outros. Com a proposta de acesso à casa própria, destinada principalmente à população de baixo poder aquisitivo (mas não àqueles que não possuíam condições de pagarem as prestações), esperava-se alcançar uma “complacência” dos trabalhadores frente à dureza da sobrevivência.³⁹

O alto custo de vida e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores eram diariamente analisadas pelos articulistas do jornal:

³⁸ “Luizote é um exemplo de especulação”. *Correio de Uberlândia*, 05/08/2001 p. A-2. Sobre especulação imobiliária em Uberlândia ver: MARTINS F. RAMIRES, J. C. *Capital Imobiliário e Espaço Urbano: uma contribuição aos estudos da evolução da cidade de Uberlândia*. Uberlândia, 1995. (Relatório Final de Pesquisa CNPQ/UFU). MARTINS, I. C.; RAMIREZ, J. C.; SOARES, B. R. "Expansão Urbana em Uberlândia e a ação da Imobiliária Tubal Vilela". *Sociedade e Natureza*. Uberlândia: EDUFU, 9 (17) jan./jun., p. 57-80. SOARES, B. R. *Habitação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia*. São Paulo: Dissertação/Mestrado/USP, 1998. BESSA, K. C. O. “O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia. *História & Perspectiva*. Uberlândia, UFU/EDUFU, n.º 16/17Jan/Dez 1997. MOREIRA, H. D. *Formação e desenvolvimento dos Bairros em Uberlândia*. Departamento História/UFU. Monografia, 1991.

³⁹ A comprovação da renda financeira foi uma condição importante no processo de aquisição dessas unidades habitacionais. Apesar dos artigos dos jornais estarem apontando que essas casas seriam destinadas à trabalhadores de baixa renda salarial, aliado à fala dos moradores sinalizando para esse norte, tive a oportunidade de estar em contato com as fichas cadastrais sócio-econômica dos primeiros compradores das casas dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, em julho desse ano (2002), na COHAB/MG em Belo Horizonte. Na oportunidade, analisei 395 fichas, correspondendo aproximadamente a 21% do total (1860). Nesta fração, pude perceber que 216 compradores estavam incluídos em uma média salarial, em 1981, de Cr\$ 20000,00 a Cr\$ 30000,00 (de vinte a trinta mil cruzeiros). Lembrando que, em 01/05/1981, pelo Decreto/ 85.950/81, o valor do salário mínimo passou para C\$8.464,80 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), ou seja, a maioria dos contemplados comprovaram uma renda de 03 salários mínimos e meio. (“História. Redução da pobreza, impactos do aumento do salário mínimo”. Disponível em: <www.portalbrasil.eti.br/salariominimo.htm> acessado 05/01/2003). O acesso a esses documentos foi, num primeiro momento, negado, mas posteriormente concedido, sob a condição de não obter da empresa qualquer documento fosse original ou xerox. Os estudos limitaram-se somente à leitura das fichas microfilmadas e às minhas anotações. Tentando um bom resultado, mesmo nessas condições, fiz uma ficha à parte na qual repassei alguns dados, dentre eles, a faixa salarial dos compradores. Na tentativa de manter um certo equilíbrio nas informações referentes aos dois conjuntos, reservei dois dias (9:00h às 17:30h) para cada um. Essa pesquisa foi realizada na COHAB/MG - Belo Horizonte. Gerência de serviços e logística. Diretor: Coronel Wilson Jorge Lopes. Filmes n.º 212/213 CH 98 ano 81/82 e filmes 149/150 CH 97. Filmagem realizada pela PROBAM em 30/04/84 a pedido da COHAB.

*“Que me perdoe o honrado Sr. Ministro da Fazenda, mas não posso acompanhá-lo nas manifestações otimistas que sempre externa no que se refere à vida brasileira no setor econômico. Aqui pelas nossas bandas pelo menos os preços não só dos comestíveis como de todas utilidades continuam numa ascensão que apavora a gente. (...) a carestia avança sem cerimônia, tornando nulos todos os esforços para estabelecer o equilíbrio nos orçamentos domésticos. Artigos comumente baratíssimos de produção local, de cultivo ao alcance de todos, inclusive nos quintais, são vendidos no mercado por preços de manjar apetitosos. Vou citar o mais banal dos alimentos das roças e das classes pobres: a mandioca. Antes da revolução (o autor está se referindo à 31/03/64) era adquirida a menos de vinte cruzeiros velhos; hoje custa quatrocentos. É ocioso enumerar outras mercadorias porque todas estão majoradas na mesma proporção (...)”*⁴⁰

Este artigo evidencia uma difícil vivência da população na década de 1970 e que não findou por aí. Referindo-se ao ano de 1979, outro artigo afirmava: *“Em Uberlândia (...) o índice de preços ao consumidor (custo de vida) de janeiro de 1979 com base em dezembro de 1978, sofreu um acréscimo de 6,02%”*⁴¹. Em março do ano seguinte, o indicativo subiu para “quase 80%”⁴² ao ano. Lembrando que essas escaladas vertiginosas do custo de vida foram significativas não só a nível local, mas ameaçaram como um espectro a maioria das mesas dos brasileiros: *“há muito tempo sem comer carne, frutas e até verduras, o povo brasileiro não demorará muito ficará também sem o tradicional arroz com feijão”*⁴³.

Somado a essas preocupações, o aumento exorbitante do aluguel em 1981 veio corroborar a situação calamitosa desses sujeitos, sinalizando para muitos com a possibilidade de despejo. Possibilidades consideradas pelo jornal como sendo *“a maior avalanche de despejos até hoje registrada no país”*.⁴⁴

Esses indicadores dão o tom das dificuldades de sobrevivência da maioria da população, por essas duas décadas, levando-nos a refletir sobre um viver urbano precário, principalmente no que tange às pessoas pobres. Dentre outras problemáticas possíveis de reflexão, a questão da moradia surgia como emergente, pois o déficit exigia do governo a necessidade de dar uma resposta social ao problema.

Vista por esse ângulo, a entrega dos conjuntos habitacionais significou, naquele momento, uma vitória por parte da elite política local, ao tentar planejar e racionalizar os espaços urbanos; pois, à medida que oportunizava moradia a parcelas da sociedade,

⁴⁰ “A Carestia”. *Correio de Uberlândia*, 03/04/70, p. 01.

⁴¹ “CEPES da UFU mostra o custo de vida em Uberlândia”. *Correio de Uberlândia*, 09/03/79, p.08.

⁴² “Custo de vida em Uberlândia cresceu quase 80% em 79”. *Correio de Uberlândia*, 06/03/80, p. 01: Cf . tb: “Aluguel de casa terá aumento de 82%”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/81, p.01.

⁴³ “Povo poderá ficar sem o tradicional arroz com feijão”. *Correio de Uberlândia*, 08/10/80, p. 07.

⁴⁴ “Povo ficará sem o tradicional arroz com feijão”. *Correio de Uberlândia*, 08/10/80, p. 07

fortalecia a idéia de propriedade privada e concretizava o “suposto” planejamento da cidade, propiciando a reordenação dos espaços ociosos.

Tais ações de reorganização dos espaços podem ser vistas como imprescindíveis para quem as idealizava, pois delimitavam, no seu movimento, locais a serem adquiridos por quem podia pagar por eles. Nessa disputa (desigual) dos espaços, inseridos na ótica da especulação e dos lucros, os conjuntos habitacionais ocupavam, por sua vez, o lugar da periferia, possível de ser pago pelo trabalhador de baixa renda. Talvez fosse essa a justificativa presente na proposta da racionalização.

Entretanto, apesar de não ser novidade, esses empreendimentos não se dão por acaso. São pensados. São propagandeados exaustivamente. São peças constitutivas de um mosaico que compõem, ao seu modo, e no seu tempo histórico, o planejamento da cidade.

Desde a década de 1950, a cidade passou a contar com um Plano de Urbanização, re-orientando e propondo um novo traçado para Uberlândia⁴⁵, visando à formação de uma “cidade ideal”. O Plano, ao mesmo tempo que hierarquizava a sociedade, imputava a seus *dirigentes* a prerrogativa da decisão sobre qual cidade deveria ser construída. Nos *adjetivos e conselhos* usados pelos autores de tal plano, os conceitos de *ordem e beleza* se faziam presentes e são sintomáticos de uma proposta que pretende estender, para todo o social, o que era importante para o poder público e para as elites que ele representava: uma cidade ousada, grande, capaz de despertar a admiração de quem tivesse “um espírito engrandecedor, elevado”. Fomentava, com detalhes, a ocupação de espaços públicos, fosse por novas construções de prédios, prestadores de serviços públicos (como, por exemplo, a construção de “Centro Administrativo”, de “Centro Cívico”, de áreas de lazer como um “Parque Municipal, Estádio de Futebol”, novas estações “Rodoviária” e “Ferroviária...”), fosse pela criação de grandes artérias, avenidas e viadutos⁴⁶. Esse plano, inclusive, sugeria, aos administradores de Uberlândia, usar os meios de comunicação, para alimentar na sociedade os “anseios” propostos por ele, ao mesmo tempo, legitimando-os.

Apesar desse Plano ter sido elaborado em 1954, a linguagem usada por ele não foi um recurso exclusivo daquele momento. Muito pelo contrário, constituiu-se, ao longo

⁴⁵ *Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia, de 09 de Fevereiro de 1954*. Coleção Uberlândia. CDHIS/UFU.

⁴⁶ Ao propor novas construções de prédios prestadores de serviços públicos, o Plano sugere, aos Gestores da cidade, locais propícios e nomes. Como exemplos: o prédio para um Centro Administrativo deveria ser construído com 10 a 12 andares, frente à Praça da República (hoje, Praça Tubal Vilela), no lugar da Escola Estadual Bueno Brandão e receberia o nome de “Palácio da Municipalidade”. O Parque Municipal a ser construído ocuparia a área de 650.000 metros quadrados, compreendendo a cabeceira do Córrego São Pedro, com área verde, lagos e grandes gramados. Ver, *Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia, 09/02/1954*. Coleção CDHIS/UFU, p.16 a 20.

destas décadas, em discurso freqüente, permeando quotidianamente jornais e revistas da cidade. Mostrando, sobretudo, um “esforço” permanente de tentar racionalizar a cidade. Por intermédio de uma verificação minuciosa, é possível perceber a presença de um fio condutor (re)compondo e fomentando esse discurso, uma persistência fácil de notar pelos jornais:

“*Uberlândia um milhão de habitantes!*”
 “*Técnicos do ‘BID’ conheceram a potencialidade de Uberlândia*”
 “*Uberlândia ocupa agora o décimo lugar entre os Municípios em desenvolvimento.*”
 “*Novo recorde em construção em Uberlândia*”
 “*Uberlândia, é fácil entender porque este nome significa terra fértil*”
 “*Uberlândia recebe um milhão de investimentos urbanos*”
 “*Crescimento urbanos com melhoria da qualidade de vida*”⁴⁷

Esse ufanismo pode ser observado também em outras fontes, como, por exemplo, na Revista Veja, de 1987. Em um dos seus artigos, Uberlândia aparece como uma cidade-exemplo, que se destaca das capitais pela qualidade de vida e pela oferta de trabalho. Associa o dinamismo no campo econômico ao conservadorismo da moral e dos costumes. Por ser do interior, a urbe é considerada uma cidade pacata, predominando nela um ar provinciano e um pouco de marasmo na vida cultural:

“*A 400 quilômetros da capital mais próxima, Uberlândia mantém seu ritmo de progresso e dá exemplo do vigor das cidades médias do interior (...) ‘Nossa cidade é um resumo do que o Brasil tem de melhor’ (...) Em Uberlândia, é quase inacreditável, não existem mendigos pelas ruas. Em vez de desemprego, ali há vagas em oferta em muitas empresas, inclusive as de construção civil, que desconhece o garrote que asfixia suas congêneres no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e outras capitais. Uberlândia detém uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do país, distribui água fluoretada a toda sua população e coleciona índices de segurança que fazem inveja a qualquer centro urbano...*”⁴⁸

Em 1991, outro artigo veio reforçar a idéia de uma Uberlândia formada no labor, no bem viver, deixando claro no seu texto a imagem de uma cidade idealizada:

“*...As avenidas e o anel viário que circunda a cidade projetando-a para o futuro, as grandes e modernas indústrias, o forte comércio atacadista, o acelerado demográfico e os ares de metrópole, convivem com a mansidão e o prosear de interior das praças bem arborizadas. Harmonizar a qualidade de vida com um*

⁴⁷ Pela ordem, essas manchetes estão publicadas em: *Correio de Uberlândia*, 09/03/79, p. 07. *Correio de Uberlândia*, 12/02/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 27/02/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 18/06/80, p. 07. *Correio de Uberlândia*, 30-31/08/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 13-14/09/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 21/11/1980, p.05.

⁴⁸ “Crise à distância” *Revista Veja*. São Paulo: Ed. Abril. 18 de novembro, 1987, p. 66-73.

*crescimento planejado, a nível regional, criar pólos industriais e atrair empresas de pontas, são metas das lideranças locais”*⁴⁹

O conjunto dessas leituras revela-nos uma das possíveis imagens sobre a cidade. Uma “*boa imagem*”, que conjuga “*qualidade de vida, acelerado demográfico, crescimento planejado*”, fazendo crer que “*trabalho e ordem*” são, de fato, elementos norteadores de um progresso, de uma cidade desenvolvida. Mais do que isso, um projeto de cidade ideal, onde se mesclam o tradicional e o futuro, cumprindo, portanto, perguntar: onde está o presente? Para quem esta cidade é pensada?

Partindo dessas indagações, se voltarmos o nosso olhar para o mesmo jornal, cujas manchetes relacionamos anteriormente, é possível perceber que, apesar da persistência de parte da elite em manter um discurso homogêneo, essa mesma fonte revela-nos, por meio de outros títulos, os conflitos presentes, apontando para uma cidade constituída por multiplicidade de experiências:

“3 mil consumidores são carentes de energia elétrica”
 “Terrenos baldios sofrendo necessária limpeza”
 “Leite vai custar mais caro a partir de amanhã”
 “Violência”
 “É preciso administrar o conflito”
 “Menores delinqüentes serão encaminhados aos reformatórios”
 “Secretários prometem solucionar problemas que afligem o povo”
 “Aluguel de casa terá aumento”
 “Uberlândia começa a pagar o preço de seu desenvolvimento e grandeza”
 “Um terço da população pobre vegeta no cinturão da miséria”
 “Loteamentos sem água, luz e esgoto”⁵⁰

Estas manchetes evidenciam parte das inúmeras contradições que permeiam o cotidiano uberlandense. Desconstroem os discursos apontados, pautados na idéia de uma cidade harmônica no convívio de seus habitantes e na possibilidade de maior igualdade entre as pessoas. Contraditoriamente ao que é colocado, a presença dos conflitos encarrega-se de anular a beleza *ideologicamente proposta*, desfazendo por si mesmo a *ordem almejada*.

⁴⁹ “Crescer com qualidade e modernidade”. *Revista Vida Industrial*. FIEMG, julho, 1991, p 25-27. Inserida na visão de uma “cidade ideal”, pude perceber ainda no jornal a presença do seguinte lembrete: “A crise ainda não chegou no Triângulo Mineiro. Se trabalharmos com fé e dinamismo nunca chegará.” Este “lembrete” aparece várias vezes, como *flashes*, por todo o jornal de 1984, tentando transmitir aos leitores uma idéia de onipotência da cidade (sem título). *Correio de Uberlândia*, 04/05/84, p. 01.

⁵⁰ Pela ordem estas manchetes estão publicadas em: *Correio de Uberlândia*, 06/02/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*. 16-17/02/80, p. 07. *Correio de Uberlândia*. 15/04/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*. 16/04/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*. 17/04/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*, 07/05/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*.

Nesse viés, a construção do Segismundo Pereira e do Santa Luzia, planejados e disponibilizados para determinada clientela - camadas populares com certo poder aquisitivo -, simbolizou, no momento da sua entrega à população, a legitimação dessa ordem. A *entrega* da moradia aos mutuários é entendida, pelos seus proponentes, como sua *aceitação* do objeto ofertado. Tais ações sinalizavam para uma *sujeição* dos moradores aos objetivos propostos pelo poder público: “*Aí nós mudô prá cá de tanta felicidade qu’eu tava com a casa qu’era nossa... que nós nem importava com o barro era nada; nós nem achava ruim*”.⁵¹ Porém, à medida que nos debruçamos nas análises dos depoimentos, as memórias vão, pouco a pouco, desconstruindo a imagem vencedora, como procuraremos demonstrar nos próximos capítulos.

Notam-se duas vertentes envolvendo interesses relacionados à construção dos conjuntos habitacionais Santa Luzia e Segismundo Pereira. A primeira delas parte do déficit habitacional existente. Os jornais analisados indicam-nos a existência de uma demanda por habitação entre a população de baixa renda. Essa demanda pressionava o poder público a dar uma resposta social ao problema.

*“Uberlândia vai ter realmente 10 mil casas da COHAB, cabendo agora ao Prefeito, conseguir os terrenos para que elas sejam construídas. A prefeitura vai procurar os interessados em vender mais de dois mil terrenos pois já conta com oito mil para esta finalidade...”*⁵²

*“Continua sendo bastante acentuado o número de pessoas que concentram todos os dias na Secretaria Municipal de Ação Social que buscam informações mais detalhadas sobre as condições de comercialização das casas populares que compõem os Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, bem como o necessário para ser alcançado a aprovação...”*⁵³

Visando atender parte do déficit por moradia, o poder público procurou os donos de glebas de terra, e as partes efetuaram a transação comercial. Só que tais acordos eram o resultado de interesses políticos entre grupos, prevalecendo, nessas relações, interesses outros, alheios à maioria da população. Isto é, por um lado, o poder público local, usando das suas prerrogativas de ofertar moradia, levava adiante a tentativa de racionalização dos espaços da cidade, dando vazão aos seus limites periféricos. Com isso, propiciava uma

02/05/80, p. 02 . *Correio de Uberlândia*. 29/07/81, p. 01. *Correio de Uberlândia*. 29/01/82, p. 11. *Correio de Uberlândia*. 20/10/82. p. 11. *A Notícia*. Uberlândia, 06/07/82, p. 01.

⁵¹ D. Iracema, 66 anos, Segismundo Pereira, 2002.

⁵² “Programação definitiva leva Prefeito à Belo Horizonte”. *Correio de Uberlândia*, 29-30/03/80 p. 07.

⁵³ “Em busca da casa própria”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/09/1981, p. 01.

valorização das terras nas quais os Conjuntos Habitacionais foram construídos e dos inúmeros espaços vazios que compunham os seus entornos.

Por outro lado, no bojo desses interesses, os jornais evidenciavam também uma busca muito clara pelo voto das elites políticas locais e regionais, que viam, nos contemplados com a casa própria, milhares de eleitores em potencial⁵⁴.

Há uma *teatralização do poder*⁵⁵ armada pelo corpo administrativo municipal para o repasse das casas aos respectivos donos. A entrega das chaves figurou como um ato político, tentando construir uma imagem positiva do poder público que, teoricamente, teria como missão atender às reivindicações de todas as camadas sociais, mas que, simultaneamente, nutria nos políticos o desejo de se perpetuarem no poder:

*“...Depois de muitos meses de IBOPE, a entrega das casas será feita no próximo Domingo com a presença do governador Francelino Pereira dos Santos, vindo pessoalmente para destinar as chaves...”*⁵⁶

*“(...)Durante a cerimônia, com a presença do Governador, altas autoridades estaduais e representantes da COHAB-MG e do Sistema Nacional de Habitação, além do Prefeito Virgílio Galassi e do Secretário de Ação Social e responsável pelos conjuntos, Dr. José Carneiro, serão realizados os sorteios das casas...”*⁵⁷

A propaganda da “Ubanizadora Segismundo Pereira”, veiculada no jornal local, chamou-nos a atenção, primeiro pela semelhança entre o nome da empresa e do Conjunto Habitacional - um dos objetos de pesquisa -, depois por ser uma imobiliária.

Verificando essa “coincidência”, ficamos cientes de que um dos donos dessa tal empresa chamava-se Segismundo Pereira, herdeiro, juntamente com mais oito irmãos, das

⁵⁴ Inserida no olhar da geografia, SOARES aponta no seu trabalho - “Habitação e produção do espaço em Uberlândia” - uma vinculação de interesses entre o poder público e grupos privados. Trouxe neste conluio uma especulação imobiliária, atrelada aos interesses eleitorais, principalmente no que diz respeito ao conjunto Luizote de Freitas. SOARES, Beatriz Ribeiro. *Conjunto Habitacional: Reprodução da força de trabalho e moradia. Op. cit.*. 1988, p. 199

⁵⁵ A expressão “teatralização do poder” é inspirada em THOMPSON; ao analisar os modos de viver dos trabalhadores pobres da Inglaterra no século XVIII, aponta-nos como forma de manter a dominação, a concessão de prêmios, doações, favores, advindos das pessoas mais abastadas, aos pobres. Nesse contexto, o momento é denominado pelo autor como sendo “as ocasiões de patronagem” e as “concessões” funcionariam como um “lubrificante social”. Por meio desses recursos, “(...) podia com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente”. Alertando, ainda, para a reciprocidade presente entre quem “oferece” e quem “aceita”. Neste caso, o trabalhador/receptador torna-se “cúmplice da sua própria opressão”. THOMPSON, E. P. “Patrícios e Plebeus”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 49.

⁵⁶ “Opinião”. *Correio de Uberlândia*. 31/10/81 p. 01.

⁵⁷ “Convocados os moradores do Segismundo Pereira para receberem as chaves”. *Correio de Uberlândia*, 31/10/81, p. 01.

terras onde fora construído o Conjunto Habitacional referido. Concomitantemente, eram donos da “Urbanizadora Segismundo Pereira”, responsável pela construção do Conjunto.⁵⁸

A exemplo do que vimos anteriormente, a respeito do Conjunto Luizote de Freitas e, agora, da Urbanizadora Segismundo Pereira, a história, neste caso parece convergir para o mesmo ponto: uma vinculação de interesses entre o público e o privado, apontando para uma manipulação da política habitacional em nome dos interesses privados, em confronto com a carência da população.

Cremos que o fato das empresas serem donas das terras e responsáveis pelas construções dos respectivos residenciais, que eram repassados ao BNH/COHAB e cujas unidades revendidas, posteriormente, aos interessados, abre uma brecha para pensarmos a existência desse jogo político.

Da mesma maneira, a política habitacional favoreceria, com a valorização dos terrenos, os donos de glebas de terras ociosas, com a instalação de serviços coletivos, embora deficitários. Esta “valorização” é assim entendida por Júnior, morador do Conjunto Santa Luzia:

*“...Acho que foi mesmo uma questão de disponibilidade de terrenos...acho que é ...porque foi construído o Segismundo e o Santa Luzia, como tendência é crescer assim, né? É...a cidade está crescendo neste sentido... então ocorreu foi isso, ó...eu acho aqui era muito viável economicamente para as grandes empreiteiras...”*⁵⁹

As imagens 1 e 2 mostram os espaços ociosos e suas diferentes formas de ocupação, refletindo uma atuação do mercado imobiliário: nos arredores do Conjunto Santa Luzia, destaca-se a existência, ainda hoje, de uma extensão considerável de terras, aguardando o momento oportuno para sua comercialização.

⁵⁸ “Urbanizadora Segismundo Pereira”. *Correio de Uberlândia*. 29/02/80, p. 02.

⁵⁹ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

Foto 1- Conjunto Santa Luzia 05/03/2002.
Rua Ana Cardoso da Silva sentido à avenida Joaquim Ribeiro. À direita, observam-se espaços ociosos (glebas). Ao fundo, destacam-se construções diversas; à esquerda, vêem-se casas do Conjunto Habitacional.

Foto 2- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, limitando-se com a avenida Segismundo Pereira, sentido CEASA. Coleção UBER-CITY - 80 - n.º 166 - CDHIS/UFU/1986.

Os entornos do Conjunto Segismundo Pereira trazem uma ocupação densa desses espaços por construções outras. Os “vazios” existem, mas encontram-se fragmentados em forma de loteamentos. Os terrenos passam a ser vendidos depois que alcançam uma certa valorização, proporcionada pelo desenvolvimento de uma infra-estrutura, compreendendo os serviços de água e esgoto, eletricidade, asfalto e transporte coletivo.

Júnior, ao referir-se ao comércio imobiliário, afirma que nem sempre há a preocupação com o bem-estar do cidadão:

*“...da mesma forma foi o conjunto aqui (...) que se tivesse sido feito, visando o bem estar e o interesse do morador isto, teria que ser feito, ó ali no Santa Mônica... (grande bairro que se interpõe entre os conjuntos mencionados e o centro urbano). Ali é mais próximo do centro né? Não! Foi feito aqui ò bem distante...e até hoje tem aquele vazio... por isso qu’eu falo... foi um crescimento todo desordenado... se fosse visano por exemplo o bem estar da sociedade, do cidadão teria sido diferente...”*⁶⁰

Esta situação, a dos espaços vazios, possibilitou, posteriormente, construções quase sempre de um melhor visual, ou seja, edificações mais caras e de maior qualidade, contemplando uma outra clientela, principalmente, na área contígua ao Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, visível na foto a seguir:

Foto 3- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira (arredores)
Av. José Marçal Neto esquina com a rua Joaquim Carlos Fonseca / 2002.

⁶⁰ Júnior, 21 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2001. A avaliação desse depoente foi construída ao longo dos anos de vivência nesse conjunto, já que ele se transferiu para lá aos dois anos de idade e não poderia fazer, naquele momento tal avaliação.

Observando a foto três, ela nos mostra casas construídas nos arredores do Conjunto em espaços outrora preservados. Neles, verifica-se a existência de casas diferenciadas entre si (no formato dos telhados, portando também uma cobertura diferente, ou nas residências de estilo assobradadas), não revelando nenhuma semelhança dessas com as casas do Conjunto Segismundo Pereira.

Tal ação trouxe, conseqüentemente, maior valorização para os lotes preservados, propiciando no seu movimento uma segregação social. Pagou por eles - os lotes preservados - quem tinha condições financeiras para comprá-los. Quem não se enquadrou neste item, não se estabeleceu nesses espaços. Essa forma de ocupação é explicitada na fala de Marco Túlio como “progresso:”

“...eu acho que o Segismundo Pereira depois de inaugurado, a entrega das chaves é que trouxe o progresso ali prá cima. O grosso...o que chama o alto Santa Mônica acabou de completá quando foi habitado... que valorizou e tal...é acabou de concretizá o planejamento deles, né?”⁶¹

Em recente conversa com o presidente da Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, o Sr. Roberto informou-me que o bairro não compreende mais apenas o conjunto de 1055 casas construídas e habitadas em 1981, mas que se estende às suas adjacências desde 1990, estimando um total hoje de 16 mil habitantes (ver Anexo 2). Isto é: parte dos espaços vazios que circundavam o conjunto embrionário foi loteado posteriormente e vendido a particulares, que, inclusive, definiriam, a seu modo, o tipo de construção. Atenta-se, também, para o fato de que muitas dessas casas foram edificadas em pequenos grupos pelo mercado imobiliário. Entretanto, ao construí-los, diversificaram padrões, preservaram a estética e as diferenças entre si. Essas “novas” construções, ao exibirem aspectos outros, sejam em relação às casas dos Conjuntos, ou dentre elas mesmas, apontam para uma clientela diversificada e visivelmente portadora de um poder aquisitivo maior⁶².

⁶¹ Marco Túlio, 33 anos, Segismundo Pereira, 2001.

⁶² Conforme citado, em 09/08/78, o projeto inicial do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira constou de 1055 unidades. Segundo as atas de reuniões da AMOSP - Associação dos Moradores do Segismundo Pereira -, nos dias 12/09/90 e 17/09/90, os moradores enviaram um abaixo-assinado à Câmara Municipal local concordando com a ampliação do bairro, isto é, o nome dado ao Conjunto Habitacional, *Segismundo Pereira*, se estenderia aos seus entornos. Assim, dia 19/11/90, a AMOSP convidou os moradores para a discussão do projeto número 7389, sobre essa ampliação. De acordo com o Sr. Roberto Alves Veiga, essa “ampliação” foi aceita pelos moradores do Conjunto; porém foi rejeitada pelos “novos” outros, que, inclusive, entraram na justiça tentando reverter o caso. Fato não verificado por mim devido à proposta de me ater ao Conjunto Habitacional. Outra modificação ocorrida em decorrência dessa ampliação foi a mudança do nome da Entidade, ADESP (Associação de Desenvolvimento do Conjunto Segismundo Pereira, ver Livro/Ata/25/07/1982), para AMOSP (Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, xerox /folhas

Podemos dizer claramente que os locais citados ostentam, ultimamente, uma paisagem, totalmente diferenciada daquela dos anos 1980.

Marco Túlio explica-nos essas diferenças ao relatar que “*o que cerca ele, (o bairro) em volta num são popular. Pessoas com é... pequenas mansões... carro quase do ano... o bairro em si num guarda mais essas tendências...*”

O Sr. Adair faz uma observação interessante. Deixa entrever na sua fala um sentimento muito próximo de uma sensação de sufoco, ao referir-se à forma com que se deu a ocupação dos espaços ociosos nos entornos do conjunto Santa Luzia, onde mora. (ver Anexo 3):

*“...moro na mesma casa onde que saiu...a gente foi prá lá, eu me mudei em 1983, na mesma casa. Bastante longe do centro...ficô um miolo bem apertado porque pega os outros conjuntos tudo ao redor, o São Jorge, Buriti é...o Orora, então o Santa Luzia ficô um miolo preso, não tem crescimento. Da moda do’ôtro, não tem desenvolvimento de mais nada, porque ele é um ovinho, pequeno demais...”*⁶³

Se outros bairros estavam sendo propostos e edificados nos arredores dos conjuntos citados, isto significa, no mínimo, a continuidade da especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, da prática da (re)expulsão.

Marco Túlio, ao buscar na memória como se deu esta ocupação, explica-nos desta maneira a sua percepção sobre ela:

“Mudou! Mudou muita coisa... As pessoas são as mesmas; mais, tem muita gente diferente, novas... pessoas. Geração que já nasceu ali. Hoje já tem jovem ali que tem 20 anos que nasceu ali, na terra... já não tem aquela cultura de ficá mudando, mudando...já nasceu quieto ali... naquela casa, nunca mudaram. São pessoas diferentes! (...) Acho que valorizam o bairro mais do que a gente que é antigo lá, né? (...) Porquê? Porque antigamente as pessoas tinham vergonha de falá que morava no Segismundo... parece que tinha um apelido do bairro Segismundo e... é com o Santa Luzia era “Sapolândia” e o Segismundo era “Tatulândia” (risos) tinha muito tatu. Assim, era desvalorizando prá baixo, né? Assimilando o caráter de ser pobre, né? Num sei porque as pessoas têm vergonha de ser pobre, né? Essa de hoje quer nem saber disso. Eles estão uns dez minutos do Carrefour, do Center Shopping, de ônibus. (...) É acho que eles não se consideram é...sentem mais periféricos, né? (...) Hoje tem bairros mais distantes...que carece das mesmas

avulsas/Ata/11/10/1990, Centro de Formação do Menor). Em relação à ocupação dos espaços circundantes no Segismundo, pude apurar que alguns dos Conjuntos outros mencionados no trabalho foram construídos, pelo menos três deles, pela Imobiliária Eldorado. (Informação cedida por Cleide Marta Ferreira residente à rua João Limiro dos Anjos, nº 1366, Bairro Segismundo Pereira). O Conjunto Habitacional Santa Luzia, composto inicialmente com 805 casas, hoje se encontra também ampliado para bairro, mantendo o mesmo nome do Conjunto fundador, conforme se deu no Segismundo Pereira. Tal constatação foi fruto de um reconhecimento no local feito por mim.

⁶³ Sr. Odair , 47 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2000.

necessidades que nós já passamos...nós não superamos...mais os novos bairros mais distantes têm carências bem maiores do que as nossas!...”⁶⁴

As reelaborações apresentadas por Marco Túlio deixam fluir a idéia de que o Conjunto Segismundo Pereira, no início dos anos 2000, conta com uma infra estrutura razoável. Principalmente no que tange à junção do transporte coletivo com a malha viária instaurada, possibilitando um acesso mais rápido dos moradores em direção ao centro, isto é, “aproxima” o Conjunto do centro urbano. Isto, de acordo com o depoente, retira do local inclusive a pecha de periférico. Aliás, tal referência é passada aos outros bairros, constituídos para além do Segismundo, que, por sua vez, sofrem as mesmas carências advindas da precariedade dos serviços prestados, evidenciando a permanência das relações de expulsão e de inclusão das pessoas.

A ação do mercado imobiliário persiste. Mais do que isso, por meio dos artigos recentes, é possível dizer que esta ação tornou-se constante aqui na cidade. Teve como suporte e incentivo a própria máquina administrativa do Município. O ex-prefeito, Virgílio Galassi,⁶⁵ em 2001, confirmou essa espécie de pacto. Diz que o mercado imobiliário em Uberlândia se “*desenvolveu à margem das pessoas que a administraram durante centos e tantos anos,*” e que estas administrações se destacaram pelo *dinamismo* dedicado à cidade.

O ato de especular converteu-se em algo corriqueiro entre a maioria dos ex-administradores, que, como ele, foram ao mesmo tempo prefeitos, donos de terras e imobiliárias. Ao fazer essa referência, Virgílio Galassi, não se constrange. Ao contrário, vê nesta junção *prefeito/proprietário/empresário* uma positividade. Segundo ele, o fato de poder transitar por este trio de funções “*fica mais fácil conciliar*” o trabalho de administrador com o de “*desenvolvimento*” da cidade.⁶⁶

Por fim, entendemos que as evidências tornam claro que aqui, em Uberlândia, a “terra-fértil”, a especulação imobiliária ocorreu inserida numa tremenda *fertilidade histórica* de conciliação. Isto é: propiciou a realização dos interesses e conveniências de

⁶⁴ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2002.

⁶⁵ “Cidade é imagem dos Prefeitos”. *Correio de Uberlândia*. 04/08/2001, p. A-3.

⁶⁶ “Cidade é imagem dos Prefeitos”. *Correio de Uberlândia*. 04/08/2001, p. A-3. Neste mesmo jornal, existem outros artigos complementando tal pensamento, tais como: “Prefeitos têm ligações com o ramo imobiliário”, “Fatores que impulsionaram o crescimento” e por último o artigo “Quem são os donos da cidade”. Ver também em artigos veiculados pelo Jornal *Correio de Uberlândia* do dia 11/02/84 p. 06, intitulado: “Virgílio Galassi: Lei do IPTU é uma Lei feita contra quem não tem nenhum terreno em Uberlândia”, no qual Virgílio nega existência de especulação imobiliária em Uberlândia, dizendo “*que não se deve fazer tal acusação a homens que tanto ajudaram o progresso de Uberlândia*”. Exalta, nesses feitos, o fato dessas pessoas “*não só venderem suas terras, mas que, muitas delas doaram parte dos seus domicílios para engrandecer a cidade*”. No rol de *doadores*, cita inclusive, os donos da *Urbanizadora Segismundo Pereira* com 500 terrenos para a construção do Estádio Municipal, da urbe.

grupos alheios aos interesses da maioria da sociedade. Daí podermos conjecturar que as falas do ex-prefeito se dão no sentido de justificar a tentativa de racionalização da cidade. Ou melhor, no mínimo, acabam por escancarar o caráter perverso no qual ela ocorreu.

Entretanto, além de nos indignar, cumpre-nos a tarefa de continuar a desmistificar esse discurso constituído, desvendando como as pessoas pobres viveram e se inseriram nesse processo.

Capítulo II

(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços

(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços

Ao escolher trabalhar com os Conjuntos Habitacionais - Santa Luzia e Segismundo Pereira - como “locus” desta pesquisa, uma das preocupações foi entender o porquê de edificações de conjuntos habitacionais desmesuradamente distantes do centro da cidade.

Vale dizer que a distância referida não se fazia sentir somente em relação ao centro urbano, porém esses conjuntos situavam-se visivelmente afastados até mesmo dos últimos vestígios considerados urbanizados (quer dizer: a existência de energia elétrica, avenidas e ruas pavimentadas, água, esgoto, redes de telefone, comércio ativo). Extensas faixas de terra cobertas pelo cerrado interpunham-se entre os conjuntos habitacionais e o(s) bairro(s) mais próximo(s): “...*na realidade era o Segismundo aqui, o mato e nós...*”⁶⁷

Vencer essa distância significava uma espera angustiante no ponto de ônibus. Uma ação comum para os moradores, mas, quase sempre, povoada pela incerteza do cumprimento do horário do transporte coletivo e, concomitante, pelas infinitas certezas de outras tarefas colocadas na ordem do dia. Isto é: a chegada ao trabalho, à escola, ao consultório médico e a vontade imperativa de retornar à casa.

Nesses anseios, a visão do cerrado margeando os conjuntos, as ruas abertas rasgando a terra vermelha, animais pastando em volta, as luzes da cidade vistas ao longe, conjugadas com a solidão do ônibus coletivo que trafegava a comprida via de acesso ao conjunto, são elementos que conferiam ao local uma conotação de “roça”:

*É, aqui era roça que quando fizeram isso aqui era mato mesmo...*⁶⁸
*Hoje existe bairros entre aqui (Santa Luzia) e o centro; existe vários bairros neste sentido aqui, antigamente não era, era só...só mato mesmo...cerrado (...)*⁶⁹

Intrigava-nos, sobretudo, entender como milhares de famílias se submeteram viver em condições precárias, com a ausência de infra estrutura, na busca da casa própria. Os sentimentos, as expectativas, as tensões que compunham o cotidiano desses moradores apresentam-se como território movediço, que precisa ser apreendido em cada sujeito social que viveu esse processo.

Processo que se faz presente não só no momento em que se recebe a casa própria, mas que perpassa por todo um caminho percorrido, obrigando o historiador a um exercício

⁶⁷ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

⁶⁸ D. Maria Helena, 80anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁶⁹ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

nada fácil de refletir sobre o tempo histórico proposto, estando no presente e, ao mesmo tempo, mergulhando no passado, buscando perceber, mediante o diálogo com as fontes, como as pessoas viveram, sentiram, reagiram e construíram o seu modo de ser, no seu próprio tempo.⁷⁰

À medida que nos debruçamos nos caminhos feitos pelos entrevistados na sua busca por moradia, percebemos que este *desejo* (ter casa) perpassa o limite de propriedade e ancora-se na necessidade, talvez, de se sentirem aceitos no meio social em que vivem. Eles deixam entrever nas histórias de vida que a rotatividade em busca do aluguel, a migração, os laços de solidariedade (dos parentes ou amigos em permitir moradias a outrem) não garantem, por si só, a permanência deles nesta cidade como pessoa, sujeito, cidadão.

A fala do Sr. Gino convida-nos a transitar pelos “caminhos” percorridos por ele, por meio da sua narrativa sobre as experiências vividas na cidade de Uberlândia:

“... morei no centro até rapazinho na rua Santos Dumont... depois, mudei pro Santa Mônica em 69, na antiga rua 07 que hoje é Ortízio Borges, né? Então, é ali que nós começamos a saber o que era a vida...porque nós tivemos que mudá daqui do centro porque o tio que nós morava com ele, era casado com a minha tia veio a falecer; a minha mãe faleceu e o meu pai teve que ser internado diante disso tudo. O dinheiro qu’a gente tinha não podia tirá porque éramos de menores...mais com a ajuda daquele pessoal, é...pai do...(inaudível) amigo da família, nos cedeu uma casa no Santa Mônica e depois nos venderam essa casa onde, até o dia de hoje, meu pai permanece lá com seus dois filhos (...). Ali tudo era mato; depois foi crescendo, crescendo, e aí hoje é aquela potência né? Que é quase uma segunda cidade de Uberlândia (...). Pro Segismundo Pereira eu mudei para lá em 16 de Novembro de 81. Eu fui o segundo a morá...é... eles me entregaram (a casa)...no dia 15 e no dia 16 eu me mudei. Fui o segundo a me mudá prá lá; ficamos 12 dias sem água...”⁷¹

Observando o movimento feito pelo Sr. Gino até conseguir instalar-se na sua própria casa, o caminho percorrido por ele se faz em sentido linear do centro para a periferia. Esses deslocamentos, e ao mesmo tempo as permanências em determinados locais, se dão, inicialmente, numa relação de solidariedade, uma *romaria* que se finda somente em 1981, ao mudar-se para a *sua casa* no Segismundo Pereira. Essa busca pode ser vista como inserida numa relação de expulsão da população pobre para áreas mais distantes, que ultrapassa as justificativas pessoais para as mudanças de moradia.

⁷⁰ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 1981.

⁷¹ Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Ao ser interrogado sobre seus sentimentos em relação à casa própria, ele expressou com simplicidade essa trajetória. Porém, junto com as palavras, a expressão flui carregada de simbolismo, de emoções:

“...mais Deus nos deu força e nós ficamos até o dia de hoje...a casa minha já é quitada. Criei os meus filhos ali (...) se um dia eu tiver que sair dali... seria muito difícil pra decidir!... (risos)”⁷²

Para além das expressões usadas na fala, percebemos sentimentos outros possíveis de serem captados, como, por exemplo, o *medo de ser expulso* do local de moradia (revelando, com essa possibilidade, transtornos e dissabores múltiplos para si e sua família); a busca de uma identificação com o meio, que, certamente, influencia nos rumos de sua vida, nas decisões, nos caminhos até certo ponto escolhidos. Mesmo porque essa expulsão a qual nos referimos se faz disfarçada. Muitas vezes, pelo fato de não mais poder arcar com aluguel da casa onde se quer morar, ou porque o dono pediu o imóvel de volta, enfim, as nuances que envolvem tais decisões nem sempre são visíveis. São sentimentos que, se não estivermos atentos e dispostos a percebê-los, se perderão no privilegiamento dos fatos e dos feitos.⁷³

À luz desses pressupostos, pensamos ser interessante adentrar mais nas falas de outros entrevistados, que esclareçam melhor as circunstâncias possíveis das relações de exclusão e inclusão das pessoas pobres na cidade, partindo da hipótese de que tais formas são sutis e estão, quase sempre, envoltas em aparentes normalidades. A “insegurança”⁷⁴ em morar de aluguel, aliada aos problemas diários para cumprir esse compromisso, e a dificuldade de conseguir uma outra forma de habitação acabam redundando na “necessidade” do indivíduo em adquirir a casa própria.

Mas, ao contrário do estardalhaço feito pelo poder público, por meio da propaganda, quando propõe e inaugura os conjuntos habitacionais, apresentando a casa como um valor isolado, as pessoas, moradores desses conjuntos, expressam seus

⁷² Sr. Gino, morador do Segismundo Pereira, 2001

⁷³ Este exercício, como já disse anteriormente, advém das leituras e reflexões inspiradas em THOMPSON, quando este nos chama a atenção para que não percamos nas aparentes “normalidades”. Ou seja, pautarmos pela busca “invisível” a qualquer olhar, para um algo mais que move as pessoas, os sentimentos. THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 2001, p.235

⁷⁴ Refiro-me, principalmente, aos aumentos dos aluguéis. Por exemplo, em julho de 81 foi de 82% (*Correio de Uberlândia*, 29/09/1981, p. 01), no ano seguinte, foi para 90,83% (*Correio de Uberlândia*, 30/03/1982 p.11), um índice que nem sempre acompanhava o valor do salário. Mesmo que assim o fosse, devemos atentar para os altos índices inflacionários vigentes, que corroíam o salário, assim como atentar para o desemprego que varria o país.

sentimentos com base em um conjunto de valores que se inserem na dinâmica social vivida por eles, nos quais se inclui a moradia como um dos elementos de identificação do sujeito.

As falas do casal Sr. Osvaldo e D. Laudelina vêm nos estimular no exercício crítico da análise desses sentimentos. Conforme podemos verificar na sua trajetória, ambos vieram da zona rural para morar na cidade, buscando dar aos filhos a oportunidade de estudar. Eles nos mostram certamente o caminho percorrido por muitos:

“... eu nasci no Município de Araguari; só que a maior parte eu passei aqui... dos dez anos de idade pra cá, eu passei no Município de Uberlândia... foi nos Olhos D’água daí prá baixo no Mangue. Morei na zona rural até aos catorze anos(...) nós moramos na fazenda ali. Quando o meu pai faleceu eu tinha catorze(...), eu vim pra cidade (Uberlândia). Fiquei com o padrim Romeu até casá(...). Aí a gente casô e voltei prá fazenda... é voltamo pra roça(...). Nós morava num ranchim de pau a pique...de folha, lá nós teve nossos treis filhos(...). Depois lá nessa fazenda, o (filho) mais velho fêz a quarta série é...o Edvaldo. Foi preciso da gente vir prá cidade que num tinha mais estudo, né? Porque nessa época (1979) num existia mais nada após a quarta série primária na zona rural. Aí meu sogro já tinha vindo prá cidade(...). O Osvaldo fez uma casinha lá...foi lá no Tibery. Feiz uma mei’água lá no fundo(...)nessa casa do meu sogro nós ficamos quatro anos. Aí, depois num deu certo, sabe? Era menino cum menino, entraram em atrito. Eu aluguei uma casa e nós saímos de lá. (nesse momento D. Laudelina chora mas continua falando) (...) nessa casa de cá (casa do sogro) nós num pagava nada. Na outra passô a pagá aluguel. Nós ficamo dois anos...o Osvaldo num instantim ajuntô um dinherim e apareceu esta casa aqui (Segismundo Pereira). O Conjunto foi entregue em 81 e nós comprô a nossa casa em 85...mudei em fevereiro de 85 (...). Prá mim num teve nada mais maravilhoso do que isso aqui! Até hoje eu fico pensano que foi Deus porque se nós tivesse ficado lá no meu sogro acho que nós num tinha comprado isso aqui não! Aqui eu posso falá... que na terra, o céu é minha casa...”⁷⁵

O senhor Osvaldo reafirma os sentimentos e as necessidades expostas pela esposa quando diz:

“(...) Aí a gente moremo no Tibery nos fundos (quintal do pai) nós tinha uma casinha lá...mais tinha a idéia de que lá num era da gente, né? ...morá, mais sem segurança.(...) Aí eu vim aqui e consegui...da moda d’outro né? Cum muita dificuldade mais comprei o direito da casa (ágio).(...) aí, ah! Pra mim significó muito mesmo! Igual a gente morava da moda d’outro era daqui pra li, né? Na roça era duma fazenda prá ôtra. Na cidade ocê paga aluguel mesmo assim ocê tá num lugá depois tem que í pro ôtrô. É um negócio que parece que ocê num fica tranqüilo; logo ocê pensa... nossa! Eu tenho que mudá. Então aqui prá mim, prá nós significô muito, porque a gente graça a Deus num tem nada não, mais o básico assim do dia a dia... gente tem...”⁷⁶

As vivências relatadas pelo casal de depoentes embasam as nossas interpretações sobre as formas de expulsão e inclusão dos indivíduos tanto no campo como na cidade.

⁷⁵ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

Solidariedade e conflito compunham o cotidiano dessas pessoas, no seu movimento pela cidade em busca de segurança e da tranquilidade que a casa própria, acreditam, poderia dar.

O fato de terem que sair de lá, da zona rural, para complementar os estudos dos filhos significa ter consciência desse “direito.” Um direito que lhe é negado no seu local de origem. Essa consciência do direito negado talvez o faça sentir-se alijado do processo. Assim, a inclusão perpassa pela necessidade primeira de se mudar para a cidade, onde esse direito pode ser, até certo ponto, *concedido*.

A busca dessa inclusão aponta, no seu movimento interior, para a idéia de que “ter casa” é igual a sentir-se seguro. Nas suas reelaborações, muitas vezes, a lembrança de ter se sentido expulso da roça, da casinha cedida e do *morar* de aluguel (independente de estar em dia ou não com o pagamento desse aluguel) está presente. Assim, “ter a sua casa” significa não passar por tais sentimentos novamente.

O movimento feito pelos entrevistados na busca da casa própria, muito embora levando em consideração que se dão em diferentes trajetórias, indica-nos uma luta desses sujeitos por pertencer à cidade, revelando-nos seus sentimentos ao se identificarem com o lugar que têm para morar. Ao explicar como se deu essa escolha, o Sr. Osvaldo afirma que preferiu o Segismundo Pereira por ser esta uma região que guardava semelhanças com a sua trajetória de vida:

“...escolhi (o Segismundo) porquê? É o lado qu’a gente foi criado, né?...sempre chegava prá esse lado aqui. Parece qu’eu gosto mais é daqui ó... Segismundo, Alvorada, Morumbi... Óios D’água, Maribondo(sentido bairro para a zona rural por onde morou) parece sê uma extensão; porque igual eu táva te falando, eu tenho uma irmã lá no Tocantins e eu acho lá ruim demais! (risos) eu fui lá pôcas vêiz... Intão a gente foi criado prá esses lados...parece que é só do centro prá cá, e mais conhecido, né?”⁷⁷

Ao que tudo indica, a possível escolha do local para comprar a sua casa o aproximava dos locais anteriores de moradia. À luz dessa aproximação, podemos pensar que havia nessa procura uma busca pelas raízes, possibilitando-lhe resgatar nesse anseio seus elos, fortalecendo, assim, uma identidade construída na zona rural.

Sr. Irineu relatou-me que, na época (1981), para inscrever-se como candidato ao sorteio das casas do Segismundo Pereira precisava comprovar renda mínima, igual a pelo menos três salários mínimos; para o Santa Luzia, a exigência se resumia a dois salários.

⁷⁶ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

⁷⁷ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Assim, os Conjuntos Habitacionais mencionados foram criados visando contemplar somente uma certa parcela de trabalhadores, tornando-se, portanto, uma política habitacional seletiva.

Nessa perspectiva, trabalhadores que não tinham um teto, mas que não se enquadravam nas exigências do mínimo exigido, e muito menos os que não podiam comprovar a sua renda financeira, estavam automaticamente alijados do processo. Sem alternativas, muitos desses excluídos integraram-se em movimentos em busca de moradia. O trabalho de Petuba, analisando Uberlândia, preocupa-se com esta temática, apontando-nos como se deu a ocupação de terrenos na periferia da cidade nos anos de 1990/91, no, hoje, bairro D. Almir. Sobretudo procura entender como centenas de famílias sentiram, organizaram-se e viveram o processo incerto de assentamento dos seus barracos em pleno cerrado, sem nenhuma infra estrutura, completamente desassistidas pelo poder público local. Mediante uma luta acirrada entre os acampados e a Administração Municipal, eles fizeram valer os seus direitos de morar e de pertencer à cidade⁷⁸.

Foram muitas as dificuldades pelas quais passaram os moradores dos Conjuntos Habitacionais no seu início, principalmente pela necessidade de constituírem, nessa mudança física, outros viveres. Seja pelo transitar pela cidade enfrentado a distância a ser percorrida “...o ônibus demorava muito prá chegar em casa”,⁷⁹ “vinha sempre cheio e num parava nos pontos...”⁸⁰, pelo desconhecimento das famílias que chegavam a todo momento, tomando posse da casa própria: “olha eu vou te falá, no dia qu’eu mudei, onde hoje tem essa casa que fizeram abaixo eles mudou também no mesmo dia (...), a da esquina, mudou de tarde...”⁸¹; seja pela novas relações a serem estabelecidas no novo espaço, a partir desse momento. Inclusive, torna-se premente, na fala dos moradores, a necessidade de criarem mecanismos para transporem as deficiências de uma infra estrutura precária.

Ao mesmo tempo que propagavam a imagem idealizada, os jornais deixavam entrever uma diferenciação entre o que deveria ter sido realizado no local e o que os moradores realmente encontraram: “As moradias estão completamente prontas, falta somente o asfaltamento das ruas nos ditos conjuntos (...)”⁸². Ou seja, a matéria não

⁷⁸ PETUBA, Rosângela M. S. *Op. cit.*. 2001. Recentemente (2001), como a própria autora assinala nos seus estudos, outras ocupações de terra, por moradia, aconteceram próximas ao bairro D. Almir, igualmente marcadas pelo confronto entre o poder público e parte da sociedade uberlandense: foram criados os assentamentos Joana D’arc e São Francisco.

⁷⁹ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

⁸⁰ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁸¹ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁸² “Casas nos Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia”. *A Notícia*. Uberlândia, 27/06/81, p. 01.

escondia a situação real dos Conjuntos Habitacionais. Reforçava também um desejo do governo de “*entregar as residências, com todas as benfeitorias concluídas...*”, revelando, nesse caminho, um porquê dessa preocupação: “*para que não se crie transtornos futuros para os que vão residir em suas casas próprias*”⁸³. Neste sentido, é possível perceber, nesta última frase, uma leitura inversa: o governo não estava realmente preocupado em evitar desconforto aos moradores, conforme a imprensa fazia crer, mas, sim, preocupado em evitar dissabores provocados pelas possíveis reivindicações dos moradores.

Pereira, ao discutir o papel da imprensa nas “relações de favor” na cidade de Montes Claros, coloca-a como agente da elite local, alertando-nos para o fato de que... “*embora se apresente como isenta para ser digna de maior credibilidade, seu texto sempre retrata uma dada ideologia, uma visão de mundo.*”⁸⁴

Pelo visto, aqui em Uberlândia, o comportamento da imprensa não se dá de forma diferente. Os artigos citados demonstram um comprometimento desta com o poder público, porém não consegue ocultar dos leitores os problemas reais existentes nesses conjuntos, muitos deles advindos da precariedade da infra estrutura: “*como se sabe, o conjunto, pronto há algum tempo, tem tudo instalado, mas falta a ligação que só pode ser pela CEMIG*”.⁸⁵

É interessante ressaltar que, após toda propaganda da imprensa local enaltecendo a administração pública, os mesmos jornais divulgaram, posteriormente à entrega das chaves, “*propostas de construções públicas*” importantes para a população que passava a morar nos Conjuntos Habitacionais:

*“Mesmo antes de ser inaugurada a Escola do conjunto habitacional Segismundo Pereira ganha ampliação. É que o galpão construído para abrigar as instalações da Escola Estadual que ali funcionará não possuía espaço suficiente para atender a grande demanda de alunos, fato que forçou as autoridades responsáveis, sob a liderança do Secretário Municipal de Ação Social, Dr. José Carneiro a uma tomada de posição para execução das obras, para que possam ser atendidas todas as crianças em idade escolar. (...) no Santa Luzia, o prédio da Escola tem condições precárias de atendimento à demanda escolar, e a direção daquela unidade de ensino está encontrando dificuldades para obter o mobiliário necessário para o funcionamento da secretaria e da cantina. Por isso solicita a colaboração da comunidade e das pessoas que quiserem doar armários, fichários, fogão, etc.(...)”*⁸⁶

⁸³ Idem.

⁸⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op.Cit.*, 2001, p.07.

⁸⁵ “Mutuários estão ocupando suas casas nos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia.” *Correio de Uberlândia*. 11/11/81, p 11.

⁸⁶ “Escola do Segismundo Pereira ganha ampliação do prédio”. *Correio de Uberlândia*. 03/02/82, p.12

Esta matéria torna pública a real situação da infra-estrutura adotada nos conjuntos habitacionais, acentuando uma diferenciação entre o discurso propagado pelo governo e a realidade encontrada. Como a escola, que não estava preparada para comportar a demanda escolar, necessitando de móveis e reformas mesmo antes de inaugurada, outros artigos relatavam propostas de novas construções, como praças recreativas, o centro social urbano,⁸⁷ de ambulatorios médicos e quadras de futebol de salão,⁸⁸ instalação de agências postais⁸⁹ e mini parques,⁹⁰ ainda inexistente naquele espaço. São “propostas de construções públicas” que, uma vez realizadas, comportariam uma atenção básica à população. Por isso mesmo, deveriam ser inseridas na proposta maior do governo de propiciar qualidade de vida.

A construção do Centro de Saúde, de quadras, praças, da creche, a coleta regular de lixo, a instalação de feiras livres, do posto policial são reivindicações apresentadas pelos moradores, a partir da entrega dos conjuntos até os dias atuais, por intermédio, muitas vezes, das suas respectivas Associações de Moradores. Embora esteja analisando, neste momento, as vivências dos moradores na sua totalidade, ou seja, dos dois conjuntos que são objetos desta dissertação, isso não significa que as lutas foram unificadas, o que pretendemos ressaltar é que a precariedade da infra-estrutura e as dificuldades advindas desta para os moradores podem ser observadas nos dois casos⁹¹.

Muitas pessoas que foram contempladas com uma das unidades habitacionais nos conjuntos mencionados desistiram ou foram obrigadas a abandonar as suas casas. Algumas por não se adequarem aos locais: “...teve muita gente que desistiu da casas (...) porque era roça (...) que tinha inscrição e tudo...”⁹². Outras por não conseguirem acompanhar os reajustes das prestações.

⁸⁷ “Iniciam parques nos conjuntos residenciais”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/05/82, p. 06

⁸⁸ “Ambulatórios para os conjuntos”. *A Notícia*. Uberlândia, 17/06/82, p. 01.

⁸⁹ “Agências postais para núcleos residenciais” *A Notícia*, Uberlândia, 03/04/82, p.01

⁹⁰ “Mini parques para núcleos”. *A Notícia*, Uberlândia, 04/02/82, p. 01.

⁹¹ O Jornal “A Voz do Povo” editado pelo Sr. Irineu “Castanhera”, morador do Santa Luzia, traz um artigo na página 03, intitulado “Conjunto Santa Luzia 20 anos de experiência”, no qual, ele próprio relata passo a passo o embate político travado entre os moradores e o poder público nestas últimas décadas para garantirem os seus direitos — uma infra estrutura adequada — e a efetivação destes no local; lutas que estão apontadas no IV Capítulo, obedecendo a uma sistematização do trabalho (tanto as que se referem ao Segismundo como do Santa Luzia). Neste jornal, faz-se também a propaganda do comércio local e outras informações relacionadas ao bairro e adjacências (São Jorge, Granada, Viviane). Dono de um “papo agradável,” este morador passou-me informações verbais interessantíssimas sobre o Conjunto Habitacional.

⁹² D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Para não correrem o risco de ficar sem casa, estar em dia com a prestação tornou-se para muitos uma questão de honra: “(...) *toda a vida a prestação nós num atrasamo nunca! (...) o que nós temo é nome (...).*”⁹³

O medo de perder a casa se deveu a uma conjuntura econômica instável e desfavorável pela qual passava a maioria da população brasileira nos anos 1980. Como não podia deixar de ser, com todas as mazelas, o reajuste da prestação extrapolava o salário e minava as expectativas do ter/manter o sonho da casa própria.

*“No próximo dia 1º. de Julho, três milhões de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação terão reajustadas as prestações da casa própria. O índice estimado pelo Banco Nacional da Habitação é assustador: 130 por cento, para os contratos de aumentos anuais, ou 98 por cento (seguido de uma parcela de pelo menos 40 por cento em janeiro) para quem optar pela semestralidade). O índice previsto pelo BNH, pela primeira vez, desde que o SFH foi criado, irá superar os ganhos salariais dos mutuários. Isto faz prever um aumento da inadimplência e consequentemente o aparecimento em maior escala do fantasma da liquidação judicial dos imóveis em atraso. No entanto, mais do que a diferença negativa entre o reajuste anual do salário e o aumento da casa própria, o desemprego é a ameaça maior para uma classe média que cada vez mais perde o seu poder aquisitivo. Estes dois fantasmas - o reajuste e o desemprego - podem tornar irremediavelmente inviável o SFH que virou o trimestre com uma média de oito prestações atrasadas por mutuário...”*⁹⁴

A somatória de tais atitudes e a ausência de posturas políticas do BNH que contemplassem os mutuários, certamente, contribuíram para fomentar, neles, a desconfiança no sistema e alimentar uma sensação de “estarem sendo enganados”. Vale a pena dizer que estas “incertezas” não pararam por aí. Converteram-se em movimentos e organizações dos mutuários, revendo e (re)descobrimdo os seus direitos, pressionando o governo para tornar séria essa política habitacional.⁹⁵

Não se pode afirmar que tais inseguranças e incertezas tenham-se estabelecido somente em relação à política habitacional. Foram décadas que se eternizaram pela miséria, pelas desigualdades, escândalos e corrupções com o dinheiro do trabalhador, e outras formas de violência que solaparam a sociedade brasileira, atingindo, de preferência,

⁹³ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

⁹⁴ “Despejo em massa: mutuários não poderão pagar aumento das prestações”. *PASQUIM*, Rio de Janeiro, 19-05/22/05/83, p.18. Ver também “BNH, fornece informações sobre alterações de multas”. *Correio de Uberlândia*, 13/02/80, p. 02; “Taxas do BNH sufocam chefes de família”. *Correio de Uberlândia*, 21-22/06/80, p.08; “Construção: custo 26%, afirma o BNH”. *Correio de Uberlândia*. 17/06/80, p. 02; “BNH confirma reajuste para Julho”. *Correio de Uberlândia*. 21/05/80, p 01.

⁹⁵ Neste sentido, sugerimos a leitura de LAVERDI, Robsom; “*Pelo Direito de Morar - Experiências de Luta por Reforma Urbana* (1980-1988). Dissertação/Mestrado/PUC: São Paulo, 1988. O autor procura refletir no seu trabalho “sobre as dimensões das lutas vividas pelos movimentos populares e de moradia, que ganharam visibilidade pública no cenário de afirmação de direitos urbanos nos anos 80” (p.08).

os pobres. Nem tampouco podemos dizer que esse estado de miséria, beirando a barbárie, tenha findado.⁹⁶

Esses “sentimentos” não são perceptíveis somente nos jornais, revistas e em outros meios. Podem ser colhidos e sentidos nas memórias dos entrevistados. Eles deixam emergir um pensamento que era compartilhado por muitas pessoas que se encontravam na mesma condição de devedores do BNH. Essas incertezas quase sempre se transformaram em medo: medo de perder a casa, de ter que retomar os caminhos de volta. A fala de D. Laudelina é significativa neste sentido:

“...Ela (a irmã) já morava aqui desde o início do conjunto (Segismundo Pereira). Aí apareceu esta casa aqui, eu nem num acreditava, porque (choros e risos!) no início, o meu sogro parecia que tinha medo de...conjunto...essa coisa assim de casa financiada, sabe? Aquele povo lá...atrás (os mais idosos) tinha muito medo disso! (...) falava que num dava conta...que ia pagá casa pro resto da vida e que num ia dá conta de pagá! (...) só que ó...eu andano direitinho...pagano, porque “Graças a Deus”...eu mais o Osvaldo (esposo) ...nós nunca, nunca; o que nós temo é nome. Nós temo crédito, sabe? Toda a vida a prestação nós num atrasamo nunca! (...) então eu acho a diferença é nisso qu’eu andano direitinho a casa é minha, sabe? Se eu num atrasá...porque aqui, conforme você atrasá... umas treis, quatro prestações mais ou menos, né? Eles tomavam a casa...”⁹⁷.

A labuta diária dos entrevistados para estarem em dia com a prestação da casa própria aparece freqüentemente nas falas como uma “questão de honra”. Esta expressão traz embutido, além de um valor moral muito caro à pessoa pobre - o nome -, um retorno à certeza de ser dono(a) do imóvel.

Esses sujeitos sociais deixam também revelar nas suas memórias uma face da violência urbana, ao serem expurgados dos seus antigos locais de moradia, onde, certamente, tinham um conjunto de relações construídas, cimentadas em modos de viver. Ao se sentirem contemplados com a casa própria, esses elos tendiam a romper-se:

“(...) igual eu saía demais, quando eu gostava de vim demais pro ‘Saraiva’ (Bairro no qual morou) vinha, brincava caxeta com os meus colegas tudo, tinha... tinha dia qu’ eu ia embora uma hora da manhã prá cá... (Santa Luzia)”⁹⁸

⁹⁶ SZMRECSANY, M. I. Q. F.; LEFEVRE, José Eduardo de Assis. *Grandes Empreiteiras, Estado e Restruturação Urbanística da cidade de São Paulo - 1970/1996*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, vol. 2. ANAIS, 1996, em que os autores analisam com profundidade o envolvimento do setor público e privado principalmente em São Paulo, no período pós-64.

⁹⁷ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

⁹⁸ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

Um lazer cultivado por muitos anos e que, embora a contragosto do Sr. Odair, teve que ser praticamente interrompido. Alega como causa a dificuldade de locomover-se pela cidade face à violência presente na urbe, “...*hoje às oito horas já tem que está dentro de casa... que a gente tem medo de sair de casa...*”⁹⁹

Marco Túlio lembra que “*quando morava no bairro Cazéca não dependia de ônibus*”. Esse depender trouxe para o seu cotidiano um *constrangimento* quanto ao uso do transporte coletivo e de outros caminhos a serem percorridos por eles e seus irmãos para chegarem à escola:

“...*de lá para alcançar é... o centro Tubal Vilela a gente andava a pé e de lá retornava e ia prá escola, assim tranqüilo. Daí, aqui (no Segismundo) a gente já teve esse constrangimento de ter é...participar do transporte urbano (...). Só que o ônibus dava muita volta (...) era demorado mais tinha (...) passava dentro do Santa Mônica...do Saraiva, era complicado...*”¹⁰⁰

A obrigatoriedade do uso regular do ônibus trouxe, para a família de Marco Túlio, um refazer do orçamento financeiro, efetivando, nesse rearranjo, as novas despesas, os estudos dos filhos, como valor moral a ser conservado. A despeito das dificuldades expostas, “*ninguém largou a escola:*”¹⁰¹

“*Olha, eu nem sei como é que o meu pai e minha mãe deu conta não! Porque nós era muito... (risos), nós era nove filhos, com mais um adotivo... dez e todos estudavam. Na transição dessa mudança todos estudavam naquela região do Seis de Junho, José Inácio, Bueno Brandão (Escolas Estaduais) porque eu tinha irmão que estudava lá. E os meus pais deu conta de pagar ônibus prá cada um. Ninguém largou a escola.*”¹⁰²

Os Conjuntos Habitacionais foram construídos em séries e entregues ao mesmo tempo aos seus moradores. Por isso, o *mudar-se* para esses locais não significou uma mudança corriqueira tantas vezes acontecidas e relatadas nas trajetórias de vida dos entrevistados. Ela se deu cheia de expectativas; sinalizando para um certo medo frente ao desconhecido: “*(...) aqui era um pasto... um brejão; a gente num tinha coragem de atravessá assim de noite não...*”¹⁰³, mas trazia, sobretudo, a esperança de uma vida melhor.

⁹⁹ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

¹⁰⁰ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰¹ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰² Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰³ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

Tal ação gestava no seu movimento interior um recomeçar de famílias desconhecidas entre si, mudando-se simultaneamente para co-habitarem o mesmo espaço: “...no começo era bom demais, aí veio mudando outras pessoas prá cá não sabe de onde, né?”¹⁰⁴

Assim que recebiam a permissão para ocupar as residências, as novas famílias vieram de todos os lados da cidade, trazendo, na sua bagagem, além das esperanças de uma vida melhor, costumes, crenças e valores diferentes. Estampavam no rosto a marca da ambigüidade, em que semblantes alegres se mesclavam com olhares perdidos, que perpassavam os espaços das casas sem forro, sem muro, para se perderem nos horizontes dos cerrados.

Nesse momento, o que os unia nestas igualdades - como o desejo de ter a casa, o local de moradia, os problemas com a infra-estrutura, o desconhecimento entre si -, por mais estranho que soe aos nossos ouvidos, eram as diferenças. Diferenças a serem superadas no processo de construir relações a serem estabelecidas ali, exigindo, conseqüente e simultaneamente, de todos, a (re)elaboração de suas experiências: casa nova, vida nova; novos sofrimentos se vislumbravam, delineando dificuldades a serem enfrentadas cotidianamente, ora individuais, ora coletivas. Um novo espaço se apresentava para ser conquistado, demarcado:

“(...) fui a primeira moradora (...). Era um parágrafo (...) aqui era só mato...era um pasto ...até ó, onde é o CAMARU (Centro de Amostra e Aprendizado Rural). Então, Deus me livre! (risos) era tristeza! (risos) Nossa Senhora! Num tinha nada vezes nada! Tudo que precisava tinha que í lá embaixo (ao centro da cidade). O cê vê eu morava lá nas Tabocas... (Bairro, hoje, chamado Bom Jesus) pertinho do centro, né? Quando eu vim (Santa Luzia) eu assustei; nossa moço, eu saí do centro pra vim morá aqui, sem ônibus, sem nada... E depois a gente acostuma... melhorou muito.”¹⁰⁵

O susto, a incredulidade de D. Maria Militão frente à realidade encontrada se faz acompanhar de uma significativa sensação de abandono: “...nossa moço, eu saí do centro

¹⁰⁴ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

¹⁰⁵ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001. Na década de 80, aqui em Uberlândia, a maioria dos pagamentos de tarifas públicas ainda era feita na zona central da cidade, tendo com referência a praça Tubal Vilela. Os serviços de transporte coletivo também se concentravam neste espaço. Atualmente, convivemos com outra realidade. As tarifas públicas (água, luz) e outros recebimentos, por exemplo, podem ser efetuadas de forma descentralizada, inclusive, em casas lotéricas e agências bancárias presentes em alguns bairros. O Sistema de Transporte Coletivo (SIT - implantado em finais dos anos 90) tem um traçado diferente do anterior, visando desafogar o trânsito central, sem perder contudo a noção de se ter, hoje, outros locais como referências centrais, como exemplo o Carrefour, o Center Shopping.

prá vim morá aqui”?¹⁰⁶ Traz implícito nesse desabafo um conjunto de relações constituídas no viver anterior - nas Tabocas - e relegadas em prol da mudança para a casa própria. Ao mesmo tempo, ao nos dizer: “(...) *depois a gente acostuma... melhorô muito,*”¹⁰⁷ significa que outras formas de convivência foram sendo criadas e reformuladas no enfrentamento diário, no caminho escolhido para se chegar ao trabalho, ao comércio; para estar em dia com as tarifas públicas; as idas e vindas à feira, à igreja, para levar os filhos à escola, os esquemas encontrados na vizinhança nos cuidados com as crianças, com os idosos, o lazer possível, as conversas trocadas nos fins de tarde na porta da casa, no ônibus, na esquina. Enfim, rompe-se com práticas de convivência anteriormente elaboradas e constroem-se outras nas experiências dos novos moradores desses conjuntos habitacionais:

*“...E aqui, nessa casa morava umas pessoas que não pagava aluguel, ela já tava devolvida na COHAB (...) aí como eu trabalhava na fábrica de costura e o meu marido já era doente aposentado e o salário não dava prá conseguir a casa; teve que juntá o meu salário com o dele (...) aí nós conseguimos. Mas quando eu mudei prá cá, o trânsito era pior do que está hoje, porque nós pegava o ônibus daqui do Santa Luzia (pra ir ao trabalho) ele dava volta lá pela Santa Mônica, né? Então tinha um ponto final dele perto da Universidade (UFU) a gente parava. Muitas vezes eu combinava mais as minhas colegas que morava aqui, e nós vinha a pé da av. Belo Horizonte aqui. Muitas vezes a gente chegava quase sempre junto com o ônibus (...)”*¹⁰⁸

Chamamos a atenção para o fato de que as novas estratégias criadas pelos moradores, visando superar as dificuldades encontradas, nem sempre se deram de forma tranqüila. Foram reinventadas e ganharam, no decorrer da sua criação, um tom peculiar e significativo no bojo dos seus protagonistas. Ao relatar-nos a experiência vivida para driblar a dureza diária do retorno do trabalho ao lar, mediante as dificuldades com o ônibus, D. Maria Batista refaz todo um percurso percorrido. Na sua mente, deixa fluir as conversas travadas com as amigas, os lugares revividos e lembranças que lhe são caras:

*“...Nós descia da (av.) Belo Horizonte pela Duque de Caxias (rua/centro) aí passava aqui no Saraiva(bairro) e pegava o Lagoinha (bairro) e vinha passava perto do CAMARU, e chegava ali pelo lado do Poliesportivo. (...) Pelo tempo que nós ficava esperando e pela volta que ele dava (...) porque nós ficava o dia todo sentado costurando, sentia bem, combinava e nós vinha a pé (...).”*¹⁰⁹

¹⁰⁶ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

¹⁰⁷ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

¹⁰⁸ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹⁰⁹ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

Aponta, nesse trajeto, uma paisagem de dez anos atrás, bastante diferenciada de hoje, poucas casas espalhadas pelo caminho, estradas de chão e inclusive a certeza de poder andar a pé por aqueles lados, sem ser molestada. “...Hoje, é impossível este trajeto, é só ônibus. (...) parece que a vida agora tá mais difícil né? Num tem mais aquela tranquilidade de que a gente tinha naquela época”.¹¹⁰

Indagada sobre a impossibilidade de refazer hoje (2002) este percurso, D. Maria Batista fala da substituição dos caminhos percorridos por grandes avenidas, portando um trânsito pesado, dos aglomerados de casas residenciais e um comércio ativo instalado progressivamente naqueles locais. Ressalta, no entanto, a melhoria dos serviços coletivos ofertados, traduzido num escoamento mais rápido da população bairro/centro e vice-versa (“É só ônibus, que agora prá nós aqui tá mais fácil prá chegá no centro”),¹¹¹ resultado de vários embates travados entre os moradores e o poder público.

O conjunto das entrevistas ressalta uma certa satisfação das pessoas em relação à casa própria. Porém isto não anula as tensões advindas dos confrontos. Até porque não foi fácil conseguir a casa. Para tanto, submeteram-se a um sorteio das unidades e isso já cria por si só um estado de ansiedade, de medo de não ser contemplado. Uma vez vencida essa etapa, o trabalho com “as papeladas” é complicado, é burocrático e, muitas vezes, demanda tempo e dinheiro. Se tomarmos como parâmetro a fala de D. Helena, vamos ver que tal sentimento não se dá uniformemente para as pessoas, conforme a imprensa quer fazer passar. As fontes orais vão desconstruindo esse caráter de mesmice. Mesmo porque foram eles que viveram as dificuldades com o transporte coletivo para manterem os filhos na escola, a frequência no trabalho, a falta d’água, de energia elétrica. Ao ouvi-los e ao interpretarmos os seus modos de viver, estamos no mínimo incorporando esses sujeitos à história de Uberlândia:¹¹²

“...Morei no Santa Mônica, sei nem quantos lugar. Depois vim aqui pró Segismundo e tô aqui até hoje e quando nós peguemo essa casa, eu vô te falá; tinha que tê um sapato aqui (dentro) e outro lá (lá fora) porque aqui não tinha asfalto, não tinha nada tudo era barro; teve muita gente que tinha feito inscrição

¹¹⁰ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹¹¹ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹¹² Na “Missão de Trabalho” realizada em abril/2002 sobre Fontes Orais, a prof.^a Dr^a Iara Aun Khoury lembra-nos que ao trabalharmos com essa modalidade de fonte “estamos lidando com memória, não apenas com preservação de informações...não apenas como um lugar onde vamos para conhecer o passado mas estamos lidando com a memória como um processo constante de atribuição de significados” inseridos na relação presente/passado: “não nos basta conhecer, ouvir as vivências dos nossos sujeitos, temos que incorporá-los na história levando em conta seus próprios valores.” Cf. tb. KHOURY, Yara Aun; “Narrativas orais na investigação da História Social”. *Projeto História - História e Oralidade*. São Paulo: EDUC, n ° 22, 2001.

que desistiu da casa... e eu não queria aqui, eu queria no Luizote(...)Ele(o esposo)tinha feito prá lá, mas como ele trabalhava (guarda noite) aqui nesse conjunto...muita gente desistiu das casas porque era roça, e digo: home, eu não vou morá na roça não! A gente sofreu muito aqui com o barro com poeira, num sabe? A casa pequena que isso aqui ó...(local que estávamos) era um quarto, a sala era ali, modificô porque onde cabia uma cama de casal não cabia um guarda roupa; onde cabia um guarda roupa tem que sê uma cama de solteiro. É porquê essa teve um aumento.”¹¹³

A frustração de D. Helena evidencia-se, uma vez que não pode escolher o local de sua casa, ao sentir as dificuldades de se adequar no diminuto espaço que a estrutura física comportava, ao lidar com os obstáculos advindos da nova situação em que ela se encontrava. Busca, no fato do esposo ter sido trabalhador (vigia noturno) da própria construção do Conjunto Habitacional, uma justificativa: “...o chefe dele pegô e insistiu com ele se não queria uma casa (Segismundo Pereira)... tinha muita gente que desistiu”¹¹⁴.

Durante a entrevista, ela deixa muito claro o seu desejo de morar no Conjunto Luizote de Freitas, onde residia a filha caçula. Acreditava ser lá o local ideal para uma moradia digna, embora muito distante também do centro urbano. D. Helena refere-se ao Conjunto Luizote de Freitas “como uma cidade (...) tem energia elétrica (...) é todo asfaltado e limpinho”. Neste viés, o local citado comporta valores urbanos assimilados pela depoente na sua trajetória: “Era porque táva acostumada nos outros canto tudo tinha energia, vendo televisão, mais será o que Deus quisé ‘sugismundo’ né? E sujô mesmo...”¹¹⁵

Não se constrangia ao admitir os sentimentos de tristeza que povoavam a sua mente na ação de aposar-se da casa: “(...) o que eu senti? Eu senti raiva. Nós chegemo aqui ficamos mais de quinze dias sem energia dentro da casa”. Não se conformava com os transtornos causados pela ausência de infra estrutura adequada: a falta de energia elétrica no recinto da sua casa, de pavimentação nas ruas e muitas outras situações indesejadas às quais se submetera.

Evidencia na sua fala um descompasso entre o que foi proposto pelo poder público e a realidade encontrada.

“...raiva, ódio! Aquela (a filha) a Maria estudava e José (esposo) trabalhava à noite. Eu tinha uma neta que morava comigo, hoje ela mora ali, ó... (indicando). A Adriana era indecente ela não saía no terrêro; não pisava no barro, não gostava

¹¹³ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹¹⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹¹⁵ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

não a danadinha, pequeninha dizia: ‘Não vó, pelo amor de Deus! Se fôr prá pisá no terrero não! (...) tinha que í mais ela ficava quieta, ela num saía do lado de fora neiiiiim! A danadinha era enjuada demais. (...) Maria saía prá escola seis horas, entrava às sete. E nós dormia, né? E quando a Maria chegava do colégio, nós pensava que o dia tinha amanhecido...’(risos).”¹¹⁶

Ela não se sentiu contemplada no seu direito de ter uma moradia digna. Ao nos dizer que quando a filha chegava do colégio “...*pensava que o dia tinha amanhecido*”, trazia no significado desta frase um sentimento de impotência frente aos valores assimilados e incorporados na sua vivência: *não podia ligá televisão, num podia ligá a geladeira, os pés sujava de barro*, tinha que dormir cedo, isolar-se no silêncio da noite, cuidar dos alimentos para que não se perdessem. O cuidado maior com a casa por causa ora do barro, ora da poeira, trouxe para ela transtornos diários e a necessidade de uma mudança na sua rotina de dona de casa, de criar novos hábitos.

A fala de D. Iracema leva-nos a pensar nos sentidos que norteiam essa aparente aceitação de se mudar para uma casa, em um Conjunto Habitacional, ainda em condições precárias e independente do lugar: “...*onde saísse, nos tava feliz demais!*”¹¹⁷ Esta expressão guarda sentimentos múltiplos, forjados na prática desses sujeitos. Escondem, dentre outros, um itinerário intenso de mudanças da família, ora para um local, ora para outro, na procura por moradias. Uma procura, muitas vezes, sofrida, tendo como parâmetro o minguado salário e os limites impostos pelos locadores, tais como: limite mínimo do valor a ser pago; cuidados com o imóvel locado; proibição de criar animais; alguns não alugavam imóveis para quem tinha crianças pequenas (“...*lá os meninos não podia corrê*”)¹¹⁸. Tendo também, às vezes, a necessidade de outras pessoas confirmarem a honestidade do interessado, “...*mais eles é gente boa...*”¹¹⁹, como relata D. Iracema.

O seu mover-se constante, embora seja uma trajetória dela, lembra-nos que a procura das famílias pobres pelo direito de morar, apesar de ser uma necessidade, não se dá de forma tranqüila. As decisões de se mudarem nem sempre são tomadas por um querer, mas, quase sempre, são enredadas por circunstâncias outras no contexto das suas vivências.

¹¹⁶ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002. Neste viés, é curioso lembrar que as propagandas de edificação de residências luxuosas não estampam a presença de infra-estrutura. Elas já estão dadas. Enquanto que ao se referirem à clientela pobre, aí sim, a água, a energia vêm como qualidade de vida, deixa de ser “direito” para ser “benefício”. Constitui, desta forma, em “atrativo” para se vender àqueles habitantes. Ver “cidade ganha mais um edifício majestoso e de linhas arrojadas” *Correio de Uberlândia*. 13/03/1984, p. 05. “Surge o Segismundo Pereira,” *Correio de Uberlândia*. 06/10/1981, p. 01.

¹¹⁷ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002

¹¹⁸ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002

¹¹⁹ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

“...Primeiro eu fiquei na casa de uma sobrinha minha, pertinho da engenharia (UFU). (...) aí nós alugô uma casa na Santa Mônica na rua dez, nós morô três meses. Aí tinha um amigo que veio da roça, que morava na Itumbiara (rua). Ele disse: ‘não! Ocês vão morá na casa onde nós morava’... e a dona não queria alugá prá quem tinha criança. Mais ele falô: ...‘não eles é gente boa’...nóis foi morá lá; moramo lá um ano e poquinho (...) pagano aluguel, tinha dois menino (pequeno). Depois, nós mudô pra outra casa lá era muito difícil. Os meninos não podia correr, não podia fazer barulho a dona era muito enjoada, né? Aí, tinha um outro amigo nosso que morava numa casa alugada lá na rua Roosevelt de Oliveira (...) era perto da João Naves de Ávila, perto do Tribuna (ex-bar) (...) eles ia mudá e arrumô prá nós essa casa lá. Era uma casa grande (...) partida no meio... morava duas famílias. (...) nós ficô lá quase seis anos quando mudamos aqui pro Conjunto...”¹²⁰

O nosso contato com as pessoas, ao relatarem as suas vivências, tem demonstrado um caminho marcado por disputas acirradas pelo espaço, pelo lugar de morar, inseridas num jogo de complexas relações, balizadas em critérios desiguais, nas quais a condição financeira quase sempre é o elemento mensurador para se obter uma casa.

Somando a essas formas de disputa, para ter a casa própria, os moradores dos conjuntos mencionados tiveram que passar também pelo crivo do sorteio das unidades além da inscrição prévia. Recorrer a esse método indica-nos que o número de casas construídas estava abaixo da demanda. Entretanto, o processo possibilitou também atender interesses outros, que estão presentes na memória de Marco Túlio, morador do Segismundo Pereira:

“...meu pai fez a inscrição... prá ele não saiu, né? Minha mãe precisou de ajuda de político pra conseguir tirá essa casa lá. Alí tem pessoa... os primeiros que mudaram foi por indicação mesmo! (decisivo). O governador era o Aureliano...não! Era o Francelino Pereira (risos) ele entregando a chave...com um chaveirinho, assim cor de laranja assim de pressão...tirando foto e a minha mãe conseguiu fazer isso(risos)! (...) é pela questão da política porque o salário dela não dava... porque o meu pai já era aposentado...”¹²¹

É importante pensarmos o quanto esse momento marcou a trajetória desse depoente, até mesmo por evidenciar relações de favor que envolveram o processo de seleção das casas. O momento da “entrega da chave” pelo governo ao cidadão que a recebia sinaliza para uma dupla reação entre os partícipes, que pode ser analisada como uma troca de favores, de um lado a chave da casa, de outro, o voto eleitoral a ser depositado na urna, nas próximas eleições.

¹²⁰ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹²¹ Marco Túlio Rosa, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

A cumplicidade entre o poder público e o adquirente da casa própria leva-nos a pensar essa relação de favor na qual, de acordo com Pereira, *“O voto toma a figura de uma mercadoria. Longe de expressar a livre afirmação de uma vontade individual, o voto é um mecanismo pelo qual se paga uma ‘dívida’ contraída anteriormente”*¹²².

O intuito do poder público em se beneficiar com os votos, por meio da construção dos conjuntos habitacionais, é muito claro e intensificado cada vez mais nos jornais, mostrando a intencionalidade do ato. Rolnik chama atenção para a relação entre doador e receptor que se coloca na efetivação das benfeitorias públicas, sendo uma “dívida” que o cidadão assume perante o Poder Público, o doador. Diante das evidências, tanto nos jornais, como nas memórias de depoentes, percebe-se a insistente tentativa de se estabelecer um pacto eleitoral em troca do direito do cidadão de ter moradia (o momento da entrega da chave, a suposta relação política envolvendo inscrições das casas no Segismundo, denunciada por Marco Túlio). Todavia é no cotidiano que vai se perceber a dimensão dessa relação de barganha. Mesmo porque essa população vai estar se movimentando, se posicionando no contexto das suas necessidades, fazendo com que o poder público se (re)arranje em torno dos seus objetivos.¹²³

Nos avanços e nos recuos que traspassam o caminhar dessa população, ela vai oferecendo suas respostas e marcando posturas:

*“...Teve aqui, eu esqueci o nome da “praga”, não sei se aquela praga já morreu! (risos). É, esqueci o nome dele (...) e ele falô que tudo isso aqui era ele que tinha arrumado (mostrando a casa), eu falei, você arrumô o quê, você deu pra gente, de presente? Era político, candidato ...esqueci o nome dele. Eu digo ó ... você num deu nada pra ninguém. Prá pessoa pegá a chave tinha que fazê inscrição e sabê quanto ela ganhava... eu falei prá ele. Eu me endireitei e disse: você não deu nada não!”*¹²⁴

A resposta clara de D. Helena reflete o seu entendimento de que aquela casa era sua porque pagou por ela, fez inscrição, apresentou a sua renda financeira. Convicta do seu direito, não se perdeu no jogo do fazer/receber apresentado a ela pelo ilustre visitante, fazendo crer que, nessa relação de barganha, a resposta esperada nem sempre acontece.

Nesse construir de relações, os depoentes vão tornando vivas as suas preocupações com o espaço que ocupam. Marco Túlio deixa implícito que existem perspectivas

¹²² PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*. 2201, p. 06.

¹²³ ROLNIK, Raquel; “Compromissos: legislação urbana e cidadania”. In: *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Stúdio Nobel/Fapesp. 2º ed. 1997, p. 170.

¹²⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

diferentes para as pessoas, no que tange à moradia. Perspectivas que acabam por influenciar no aspecto do conjunto, pois quem tem a sua casa, quase sempre, consegue modificá-la. Segundo ele, uma casa que não sofre interferência visual é sinal de que o seu dono não mora nela. Esse raciocínio leva-o a pensar na existência de *um movimento de aluguel* no Conjunto Segismundo Pereira.

*“...a paisagem modificou de uns 50 por cento só! Porque teve muito gente que ...pegô prá alugá... a gente vê que não modifica é sinal que a casa tem um proprietário que nunca morou ali, né? O movimento de aluguel ali é muito persistente. Tem muita gente que mora de aluguel...”*¹²⁵

Entre os vizinhos, espera-se que, por ser “dono da casa”, os cuidados com ela sejam maiores. O que se deseja é que a instabilidade de inquilinos, advinda da rotatividade do aluguel, ceda lugar à estabilidade do morador/proprietário, construindo a oportunidade de cimentar relações duradouras:

*“Então, é uma oportunidade de sentir o que é liberdade. Vai passar prá dentro duma casa que futuramente vai ser daquela família, prá poder aumentar... num precisa tá pedindo permissão prá isso... prá fazer... que vai aumentar! E outra, aí você já começa a contar com o vizinho que vai ter a mesma oportunidade de estar ali ao lado, há muito tempo...conviver, ver as gerações futuras. Eu já tive esta oportunidade de vê. A sensação é muito gratificante, é muito boa! Tem momento triste mais é a sensação da liberdade de qu’eu falo!...”*¹²⁶

Nesse tempo de estudo, andar pelos conjuntos habitacionais tornou-se para nós uma prática quase rotineira, envolvendo conversações, contato com moradores buscando não só entrevistá-los, mas tentando perceber melhor seus modos de vida.¹²⁷

Estar com eles propiciou-nos uma forma diferenciada no ato de investigar, no qual as solitárias horas mergulhadas nos documentos escritos eram substituídas por um outro ritmo, a dinâmica dos moradores.

Sem a presença do gravador, a conversa com essas pessoas fluía quase sempre de forma descomprometida. O que não quer dizer que muitas delas não tivessem sido proferidas sob sigilo, o que não nos deixa à vontade para falar destas. Decerto, todas as

¹²⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹²⁶ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹²⁷ Encontros valiosos que me renderam agradáveis conversas, almoço na casa de D. Maria Batista, cafezinho passado na hora acompanhado de pão de queijo oferecido pelo casal, D. Laudelina e o Sr. Osvaldo, da recepção calorosa de D. Maria Militão, vencendo toda uma tensão que envolve a primeira entrevista; e muitos outros momentos que, de uma forma ou de outra, me propiciaram aprofundar um pouco mais nas complexas vivências dos meus sujeitos.

conversas converteram-se em informações preciosas para o trabalho. Vale ressaltar que muitos dos problemas abordados nessas conversas informais já tinham sido evidenciados nos depoimentos, reforçando aí talvez uma problemática dos moradores; outros não.

O Sr. Irineu, por exemplo, lembra que, nos primeiros anos de convivência no Conjunto, “*havia uma amizade muito grande entre os vizinhos da rua, faziam rodas de viola, cantavam, realizavam galinhadas,*” ou seja, criavam uma forma própria de lazer. Entende que, nesse momento, estavam muito próximos uns dos outros. Hoje (2002), relata que essa relação de amizade já se encontra transformada, talvez porque muitos desses vizinhos mais antigos já se mudaram, e as casas foram posteriormente revendidas e ocupadas por novos moradores.

Alega também, como fator propiciador dessa relação de vizinhança da qual sente saudades, o isolamento do Conjunto, que, naquele momento, contava com poucos ônibus, intermediando o local com o centro urbano, com a ausência de linhas de telefone, e um tempo maior que todos tinham para estarem juntos. De acordo com o Sr. Irineu, os seus vizinhos, e ele também, trabalham muito mais hoje, para garantirem a sobrevivência.

Outro elemento importante levantado por ele é que se sentia preocupado com a incidência de “causa mortis” entre os moradores, vitimados atualmente pelo câncer. No início da formação do residencial, esta causa incidia sobre alcoolismo e, na sua maioria, eram homens. À medida que o tempo foi passando, as suas impressões apontaram as *doenças do coração*.

Pusemo-nos a pensar sobre as possíveis razões que levaram o Sr. Irineu a tais conjecturas. Mesmo porque apontavam para questões sérias e gerais como uma (des)atenção à saúde no Brasil. Com políticas públicas de Saúde que não se envolvem em uma prevenção efetiva,¹²⁸ e a crescente ingestão de álcool, da droga pelas pessoas, sobretudo, os jovens.

Os problemas suscitados pelo Sr. Irineu, de uma certa forma, são também preocupações externadas na maioria das conversas, nos depoimentos, refletindo uma

¹²⁸ Os problemas cardíacos, muito deles, têm como causa o Mal de Chagas, doença transmitida pelo *Tripanossoma cruzis*, vulgarmente conhecido como “barbeiro”. Este vetor é hóspede cruel de habitações rudes - casas de pau a pique cobertas de capim - típica das zonas rurais (levando em consideração o estado de pobreza e miséria presente no Brasil, este tipo de habitação, às vezes, faz parte da paisagem periférica urbana), ligando-me à realidade de muitos desses moradores terem vindo da zona rural e até que ponto podem ter sido ou não vítimas de tal contaminação. O Mal de Chagas é considerado uma doença endêmica no Triângulo Mineiro. NEVA, Franklim A. “Tripanossomíase Americana (Doença de Chagas)”. In: GOLDMAN, Lee M. D. P.; BENNETT, M. D. P. (orgs.). *Tratado de Medicina Interna*. Cap. 423, 21ª. edição. Vol. 02. p. 2180-2184.

problemática presente nos conjuntos habitacionais, mas que extrapolam a localidade e configuram-se na cidade, no mundo.

“Naquela praça ali (Segismundo Pereira) (...) tem muito adolescente ali se prostituindo... muito mexendo com droga...”¹²⁹
“Muita gente qu’a gente viu crescer tá envolvido com droga, né? (...) quando a gente liga a T.V. vê aquela fila de gente desempregada, fila de gente nos hospitais é fila prá tudo quanto é lado (...). Eu acho que é o mundo que nós tamo vivendo, num é só em Uberlândia não... tá em todas as cidades...”¹³⁰

Ao mencionarem a droga, a violência, o desemprego, a fome, os depoimentos passam-nos também uma sensação de impotência frente à realidade: *“...E a gente vê porque nem é escondido não (...) e tem que ficá calado (...) a gente tá vendo e faiz de conta que não tá veno...eu tenho medo...”¹³¹*

No âmbito dos conjuntos residenciais, onde todos praticamente se conhecem, o usuário de droga é citado pelos depoentes como ocupante assíduo dos lugares públicos. Tomam conta das praças, das quadras de jogos.

“Gostaríamos de ter um pouquinho de privilégio de sentá na praça... com os filhos da gente e... numa sorveteria daquela ali e podê tomar um sorvete... porque hoje tá difícil assim, né? É assaltante, é drogado... na escola, na rua...”¹³²

Os moradores, nas suas narrativas, levantam as dificuldades de conviverem com problemáticas tão complexas. Referimo-nos tanto às drogas consideradas proibidas, a maconha, a cocaína, o temível craque, como às não proibidas, o cigarro, a bebida, os remédios, com todas as faces que as envolvem: o tráfico, a busca de dinheiro fácil; o medo; o silêncio; a violência; o seqüestro; o poder paralelo dos contrabandistas; o desemprego; a fome. O que mais os assusta é o fato de tudo isto estar sendo considerado quase normal, corriqueiro.

Assim, o reestruturar desses moradores acontece de forma contínua. Não se dá apenas pela precariedade da infra-estrutura encontrada, da pouca condição financeira ou da má qualidade da habitação. Está inserido em um contexto maior, envolvendo a cidade, à medida que questionam, vivem e sofrem no seu dia a dia os efeitos da droga, da violência, do desemprego, do medo e das angústias propiciadas por tais problemáticas. Ao fazerem

¹²⁹ Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001

¹³⁰ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹³¹ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹³² Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

(ou desejar fazer) as reformas nos espaços da moradia ou de todo o Conjunto Habitacional, também as fazem no sentido de cimentarem o seu pertencimento à cidade.

Capítulo III

A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais

A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais

Em artigo intitulado “Casa Própria”, o jornal Correio de Uberlândia, a pretexto de felicitar um colega de trabalho, ressalta reformas e ampliações feitas em uma moradia de Conjunto Habitacional:

*“Muito feliz e dominado por forte alegria, o nosso companheiro de trabalho, Luís Fernando Quirino! Desde Sexta feira ele, com os seus familiares, está residindo em casa própria, no Conjunto Segismundo Pereira, bem acomodados, pois, antes da mudança reformas e ampliações foram feitas, oferecendo o Luís Fernando aos seus entes queridos, uma casa funcional e com todo o conforto (...)”*¹³³

A pessoa a que se refere o documento é um conceituado jornalista da cidade de Uberlândia, que, ao comprar a sua casa no conjunto, teve condições financeiras de reformá-la antes de se mudar para ela, tornando-a *confortável e funcional*, demonstrando, com este gesto, que a casa do jeito que lhe fora entregue deixava a desejar.

As casas dos Conjuntos Habitacionais são padronizadas, com poucos metros quadrados de área interna e cômodos muito pequenos, acabamento simplificado e precário. Esses elementos são apontados, pela maioria dos moradores, quando expressam, nas suas falas, a vontade (e a ação de alguns) pela reforma das casas, “ajeitando-as” às suas necessidades. D. Iracema, ao mesmo tempo que fala da sua alegria de ter a casa, aponta-nos como foi difícil para a família adequar-se a ela:

*“Pois é, nós mudô aqui foi ficou feliz demais. (...) aqui a casa arrumadinha o piso grosso e tudo...mas a gente ficô feliz demais. Era muito pequeno é...na época que nós vêi nós tinha 4 filhos, 02 rapazes e 02 menino. Aí a geladeira ficava na sala porque na cozinha não tinha área, num tinha nada, num tinha muro. (...) prá movimentá era aquele aperto doido, o chão de piso grosso, então aquela poeira muito grande. Prá lavá era muito apertado. Passá o pano não podia...tinha era que lavá de qualqué maneira né? E num podia tá lavano e aquele barro muito grande qualqué coisinha... que a gente tava costurano se caísse no chão era aquele pó vermelho...tinha só um tanquim de lavá roupa... Mas mesmo assim eu era feliz (...) o que mais achava difícil era quando chovia né? Quando a gente ia saí na rua...aquele barro demais, aquele barro preguento vermelho demais(risos). Achava difícil demais saí na rua...porque se pudesse ficá só dentro de casa era que nós achava bom... que era muito barro mesmo, aquele barro que atolava (...). Os meninos já tava grande brincava demais no barro também, né? (...) brincava na rua de bola, sujava muito bem, né? Mais parece que a gente nem num via que era tão difícil”.*¹³⁴

¹³³ “Casa própria”. *Correio de Uberlândia*, 12/01/1982, p. 03.

¹³⁴ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

A sua casa ainda conserva o modelo padrão de construção que compôs o Conjunto Segismundo Pereira, com um total de 1055 unidades, entregues aos moradores no final de 1981.

Foto 4- Casa de D. Iracema
Av. Oscar Miranda, nº 676- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira/2002

Apesar da foto ser recente (2002), a casa de D. Iracema chamou-nos a atenção por ainda manter-se quase intacta, para desespero dela, que nutre o desejo de reformá-la.¹³⁵ A foto mostra-nos a frente da casa, com a pintura original já envelhecida nestas duas décadas, vitrô pequeno ornado com faixa vertical escura em reboco chapisco (crespo). Conserva o

¹³⁵ Ao falar-me sobre a vontade de reformar a casa, D. Iracema lamenta o fato de este ser um *desejo* só dela do qual o esposo não compartilha justificando *que ele não é muito preocupado com isso*. Mesmo a simples reforma realizada no domicílio – a pintura interna, o muro alto, a área de serviços e outros pequenos detalhes - se deram por sua iniciativa, inclusive financeira.

mesmo telhado em formato triangular e as telhas comuns tipo “Francesa.” É uma unidade com três quartos, sala, cozinha, banheiro e um hall, ocupando 43.21 m² de construção, numa área de 240 m².¹³⁶

Parte do quintal da frente está cimentado, preservando, entretanto, área dele para a horta caseira, onde se misturam pés de couve, jiló, pimenta, cebolinha e bananeiras.

A porta aberta (foto 5) convida-nos a adentrar na sala da casa, onde a proximidade dos móveis, o telhado sem forro, indica-nos a simplicidade da moradia. D. Iracema, sentada no seu sofá, relata que a mudança interna da casa restringe-se às paredes com pintura clara a base de cal, renovada por ela anualmente. O piso, que era o conhecido “piso grosso”, hoje está coberto por cimento vermelho.

Foto 5 - Casa de D. Iracema (interior).
Av. Oscar Miranda n.º 676, Conjunto Habitacional Segismundo Pereira - abril/2002

¹³⁶ Carnê referente ao IPTU, 31/03/86 – Anexo 04 a.

Na cozinha (foto 6) vê-se, na extensão do telhado, uma telha de vidro, na tentativa de manter mais claro o interior do cômodo, após ter sido construída a área dos fundos, cuja passagem foi aberta na parede ao lado da geladeira. Indício da falta de projeto, pois o proprietário vai fazendo os seus “puxados” de acordo com as suas necessidades e possibilidades financeiras.

Foto 6 - Casa de D. Iracema (interior).
Av. Oscar Miranda nº 676, Conjunto Habitacional Segismundo Pereira – abril/2002.

Entrar nessa casa, adequar os móveis, ocupar os espaços e transitar por eles foi relatado por D. Iracema como uma façanha, uma mistura de *felicidade* e *jeitinhos*, exigindo dos ocupantes uma atenção talvez redobrada: “*prá movimentá era aquele aperto doido.*”¹³⁷ A conservação dos hábitos de higiene - “*prá lavá era muito apertado, passá o pano num podia...tinha era que lavá mesmo, né?*”¹³⁸-, o trabalho com a costura para que o pano não

¹³⁷ D. Iracema, 66 anos, moradora do Santa Luzia, 2002.

¹³⁸ D. Iracema, 66 anos, moradora do Santa Luzia ,2002.

se perdesse no *meio do barro*, da limpeza da poeira que teimava em permanecer, enfim, os infindáveis *jogos de cintura*, adotados pelos moradores, dizem-nos que essas construções deixavam muito a desejar: “*é uma cozinha que só cabia o fogão e a mulhé*”(…).¹³⁹ Não podemos perder de vista que, por serem pessoas com baixo poder aquisitivo, certamente não existia a possibilidade de terem exageros de móveis, primando-se pelo necessário ao convívio familiar: fogão, camas, colchões, estante para a sala, televisão, geladeira. Mesmo sendo o essencial, não cabiam na casa:

*“É... foi uma festa... eu me lembro qu’eu falei assim: eu num quero mudá durante o dia não. Eu quero mudá de noite. Quando nós chegô aqui...eu lembro direitinho... o Edivaldo (filho) num tinha 16 anos (...), aí quando ele tirô os colchões de dentro do caminhão ele tirô correno (risos)... porque tava com vergonha, porque nem colchão tinha direito...nós num tinha! E eles minha filha(os filhos) até chorava de alegria de tão bão que achava. A casa era... a cozinha pequeninha (...) cabia somente o fogão e a pia num cabia mais nada, nada...”*¹⁴⁰

A reorganização dessas famílias, fosse pelo tamanho da casa que não comportava todos os utensílios, fosse pela busca de um maior espaço que atendesse suas necessidades, trouxe a vontade (ou até mesmo a exigência) de reformar a casa.

No seu dia-a-dia os moradores foram modificando essa paisagem e interferindo nos espaços, imprimindo a eles as suas marcas. À medida que foram atuando, foram demarcando, a seu modo, o território que ocupam. Alguns depoimentos explicam-nos como essas mudanças ocorreram:

*“as casas aqui (no Santa Luzia) era todas iguais...mais agora muita gente, por exemplo essa daí da esquina (apontando o local) é, ...antes de chegá na esquina tem uma (casa) azul. Ela era amarela! (...) a minha casa aqui era ó...aqui (o local que estávamos), era o quarto (hoje é sala). Era dois quartos, sala e cozinha; a cozinha era bem pequeninha né? A sala, conjugada com a cozinha, e o banheiro. Forrei ela (a casa) de telhinha (telha Eternit) porque num dei conta de pô laje (...) nenhuma tinha laje... se tem hoje é porque puseram; o acabamento era no cimento grosso mesmo! Depois é que nós pois a cerâmica e tal. Mas tudo era no cimento mesmo, todas no mesmo padrão”*¹⁴¹

Essas interferências, muitas vezes, se dão com o tempo. Justamente por serem individuais, vão acontecendo a passos lentos, reguladas pela disponibilidade financeira dos seus moradores: “*...E agora, se assim Deus permiti eu vô pô laje. Tenho muita vontade de pô laje na minha casa!*”¹⁴²

¹³⁹ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁴⁰ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁴¹ D. Maria Militão, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2001. Primeira entrevista.

¹⁴² Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Para realizarem *reformas* nas suas casas, os depoentes criaram algumas estratégias. D. Iracema nos diz que, para fazer a sua área de serviços, foi *comprando devagarzinho as têia, o bacião, as maderas, depois um sobrinho fez prá mim...*¹⁴³. O Sr. Osvaldo, teve que esperar sair a sua aposentadoria para realizar esse desejo:

*“...então aí, eu recebi o atrasado do dia que deu entrada nos papel até hora qu’eu conseguí aposentá (...) a onde que deu prá reformá a minha casa! (...) Então o negócio é isso aí... mas se fosse só o salário mesmo, táva do jeitim qu’eu comprei aqui(risos)...”*¹⁴⁴

Nesse sentido, tais ações não podem ser vistas como mero arranjos. São transformações carregadas de sinais, de sacrifícios, de emoções e de desejos que gradativamente vão quebrando a rigidez da padronização e questionando a ordem imposta a esse moradores. As fotos a seguir trazem imagens retratando a mesma casa, porém, em tempos diferentes (1986 a 2002), mostrando externamente modificações significativas:

Foto 7 - Casa/ padrão. Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, n º 2837 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira - Coleção UberCity - 80 -169 CDHIS/UFU. 1986.

¹⁴³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁴⁴ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Foto 8 - Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, n º 2837 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, 2002 - construção do muro alto na frente da casa.

Além das mudanças internas, as externas, como a construção de muros altos com portões diferenciados, em substituição aos pré – moldados, dão um toque pessoal às residências, fugindo das padronizações impostas pela política habitacional. A foto 8 também nos mostra a construção agregada ao projeto inicial (à esquerda) aumentando a área disponível com novos cômodos.

Muitas reformas foram exigidas também pela má qualidade dos materiais de construção usados. Visando ao menor custo, as empreiteiras “economizavam” no material empregado, o que provocou uma deterioração rápida dos imóveis. Esta situação é constatada pelos moradores:

“eu achei assim as casas... como se fosse uma mansão porque... quando a gente entra numa casa financiada a gente já adianta falando que ela é da gente, né? Naquele momento tem a sensação da posse, então... como vejo as casas hoje? Hoje eu percebo que elas foram feitas frágil. Num sei como é que foi os recursos para esta construção, né? Se era empreiteira que fazia e a COHAB que pagava, eu num sei. Mas foi muito ruim: o reboco sem cimento, era só um saibro; terrível, caindo... areia... a parede trinca até hoje! Lá (no Segismundo Pereira) tem gente que derrubou a casa intêeeeeeeerinha e fêz outra...”¹⁴⁵

¹⁴⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Ao dizer: “...quando a gente entra numa casa financiada a gente já adianta falando que a casa é da gente,(...)”, esta expressão deixa fluir uma noção de *provisoriidade*, evidenciando desconfianças múltiplas em relação à política habitacional implantada, tanto no que diz respeito à qualidade técnica escolhida, ao material empregado, exigindo reformas na casa, quanto aos possíveis usos e abusos dessa política.

Os sentimentos vividos por essas pessoas em relação à casa própria diversificam-se. D. Maria Helena, mesmo recebendo a sua casa, não se sentiu contemplada em relação a uma infra-estrutura, considerada por ela inadequada; fato que não contou para D. Iracema e para Marco Túlio, que, no momento da mudança (1981), viam a casa como mansão, mas depois perceberam os problemas na estrutura do imóvel.

Para a maioria, o desejo de ter casa e a alegria da conquista estavam fortemente presentes, mesmo diante dos obstáculos a serem transpostos: - *o barro na rua, ônibus superlotados, a estrutura física da casa que não cabem os móveis* - exigindo para um maior conforto reformas imediatas.

Visualizar as reformas externas realizadas nos domicílios pelos moradores possibilitou-nos perceber momentos marcantes nos seus modos de viver. Com elas, as casas foram se diferenciando, pontuando, aqui e ali, os poucos vestígios da padronização anterior: casas grandes com diferentes telhados, muros altos comprimindo pesados portões; exibindo diversidade de cores nas pinturas, nos puxados quase artesanais, ora para um lado, ora para outro. Entretanto, em meio a essas diversificações, existem também casas que se mantêm pequenas, ou minimamente reformadas e outras denunciando um certo abandono.

Mas, visualmente, o que predomina, é a reforma nas unidades. Dentre elas, está o (re)aproveitamento dos quintais com casas construídas nos fundos para abrigarem os filhos que se casam, parentes, ou até mesmo para serem alugadas, visando complementar a renda familiar.

As formas de arranjar a casa indicam-nos uma adaptação e recriação das pessoas nos espaços propostos. D. Maria Helena mostra-nos a sua criatividade, fazendo emergir uma (re)elaboração do seu modo de viver:

“... a gente sofreu muito aqui com o barro com a poeira num sabe? A casa pequena (...) Hoje não tem nada disso mais; tá tudo cimentado. Tem partido no meio pra duas casas; tem essa aí... é a dele (do esposo) e eu tenho a minha na frente. No fundo tem um barraquinho, onde crio galinha, a outra é meu de por trem...”¹⁴⁶

¹⁴⁶ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

As duas imagens abaixo retratam a casa de D. Maria Helena hoje, em 2002. Lembrando o padrão das casas nos Conjuntos Habitacionais, é possível acompanhar pelas fotos as transformações físico-espaciais realizadas pela família.

Foto 9 - A casa de D. Maria Helena Furtado. Rua José Eurípedes Duarte n° 42, Segismundo Pereira /2002.

Foto 10 - A casa de D. Maria Helena Furtado. ((Re)aproveitamento do quintal)
Rua José Eurípedes Duarte n° 42, Segismundo Pereira/2002.

O muro pré-moldado, contendo três relógios de captação e mensuração de energia elétrica, indica-nos a presença de três casas no mesmo terreno (foto 9): uma, a original do conjunto, a outra, que foi construída na parte da frente da casa, cujo valor do aluguel é destinado ao Sr. José, esposo de D. Maria Helena. A terceira foi construída nos fundos e o aluguel é repassado à D. Maria Helena (foto 10, à esquerda, onde se vê apenas parte do beiral do telhado e da parede). Ainda nesta última, percebe-se um intenso (re)arranjo no quintal, onde paredes e plantas parecem se abraçar no diminuto espaço disputado por casas, galinheiro, quartinho de despejo e o que restou de plantas possíveis de serem cultivadas nas latas, nos caixotes e xaxins (cebolinha, pimenta, flor de maio, begônia). A meia figura de D. Maria Helena (80 anos) parece contemplar o que restou.

Na calçada, vê-se a árvore - “*Bálsamo madeira de Lei*,” segundo ela - e dois “assentos” destinado ao seu lazer da tarde. Refere-se aos banquinhos de toco de árvore, como sendo o “*lugar de fofocas...*”:

*“...Eu num gosto de í na casa de vizinho não! Eu gosto de ficá ali fora... de tarde... sentada. Tem vez que passa um e senta; tem vez que passa e me cumprimenta e eu ficando pensando às vezes... meu Deus quem será?...”*¹⁴⁷

No posto de vigilância, D. Maria Helena vai estabelecendo a seu modo a relação com a vizinhança. Mantém um olhar atento para o vai-e-vem da molecada na rua, para que os meninos não risquem a sua lixeira e, muito menos, maltratem a árvore. Enfim, entre o lazer e o controle, faz emergir uma briga constante tentando garantir o espaço privado da sua casa, os seus pertences e, ao mesmo tempo, vai solidificando os seus valores.

*“Ainda tenho as minhas plantas...é só assim...planta de comida é cebola (cebolina), é coentro...tem muita (...) qualidade de planta lá dentro que não dá flor, porque eu tinha muita rosa mas depois que inventaram de fazer esses cômodo aí foi que acabou.”*¹⁴⁸

O aproveitamento dos quintais se dá também inserido numa dimensão mais complexa, a da sobrevivência, em uma visível necessidade de complementação da alimentação e da renda financeira.

Na construção e reconstrução das convivências entre os moradores, muitos conflitos eclodiram, provenientes do próprio desconhecimento do vizinho ou do companheiro de rua:

¹⁴⁷ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁴⁸ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

“...Aqui agora, tá uma beleza mais isso era uma baderna feia, sabe? (falando baixinho) a casa aqui do lado era uma ‘casa de encontro’ e assim um tempo, é... (...) o muro era de placa, baixinho. Do meu vitrô aqui, neu deitá aqui eu via tudo ali (...). Depois é qe’eu fui descobrir o quê que era aquilo! Se você vê aí... você num fala que é não!”¹⁴⁹

A descoberta de D. Laudelina, em relação ao local onde se propiciavam “encontros amorosos”, chocou-a. Os seus valores morais conflitavam, talvez, com um conceito de família elaborado na sua trajetória, fortemente defendido e resguardado no interior da sua residência. Esses valores foram ameaçados nessas circunstâncias pelas fragilidades das fronteiras entre sua casa e a casa vizinha.

Nesse sentido, a entrevista foi revelando aos poucos todo um re-pensar de D. Laudelina, que, por se dizer uma pessoa católica praticante, sentia-se mal entre o seu dever de cristã e a sua não aceitação frente ao que considerava imoral ou pecado *nas práticas das vizinhas*. O fato a incomodou muito, mas levou-a a refletir:

“...elas nunca vieram no meu portão. Depois é qu’eu fui pensá bem; se eu quero tê Deus, como é qu’eu vô fazê desse jeito, num é? Eu falo tanto em Deus (...). Percebi que era direito eu morá e elas também. Essa era a forma delas de ganhá dinheiro... e o direito delas também; elas escolheram... foi o ganha-pão delas. Isso era problemas delas.”¹⁵⁰

Para viver na sua casa, que para ela é “a representação do céu na terra”, foi necessário admitir as vizinhas que, mesmo sendo “diferentes”, passaram a ser vistas, por ela, como filhas de Deus.¹⁵¹

A busca pelo espaço privado apresentou-se como algo a ser conquistado por esses moradores. Inseridos numa prática cotidiana de relações, os avanços e os recuos vão aos poucos demarcando os territórios, seja na busca da fé ou na construção do muro alto, que impediu D. Laudelina de ver e sentir o que lhe desagradava na relação de vizinhança, seja pela reação de D. Helena, que se indignava toda vez que uma bola era arremessada da rua e *estragava as suas plantas*, levando-a a tomar algumas atitudes nem sempre agradáveis

¹⁴⁹ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁵⁰ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁵¹ THOMPSON, ao nos privilegiar com sua explicação sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa, toma a religião como elemento nessa formação, alertando-nos que “nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e as experiências (...) Entretanto, dispersos pela bíblia, haverá textos explicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente tanto o contexto de luta de classes quanto o da peregrinação espiritual” THOMPSON, E. P. “O Poder Transformador da Cruz”. In: *Formação da Classe Operária Inglesa (Maldição de Adão)*, Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 278/279.

*“...prometi que ia rasgá de pexêra a bola, num sabe? Lá na frente (...) tinha um canteiro de alface (...) tinha muita samambaia (...), mais essas moças batia bola de mais (...) ficava brincando...caía nas plantas da gente (...) eu ficava, prometi que ia rasgá de pexêra a bola num sabe? Muitas vezes eu pegava a bola, já... ía, né? E um dizia: não mãe, entrega a boa e tal...”*¹⁵²

“O cair da bola, o riscar da lixeira” são tidos por D. Maria Helena como agressões, falta de respeito. Tais atitudes suscitavam na depoente conflitos de valores relacionados à educação dos filhos, que, dentro da sua forma de pensar, nos dias de hoje, não é mais a mesma coisa. Explicando-nos sobre essa diferença de educação dos filhos, informa-nos que o seu neto, Genilsom, com 12 anos de idade, ainda menino “...táva bateno bola na rua e a bola caiu dentro do quintal da vizinha...”¹⁵³ A senhora, a dona do quintal, reclamou para o pai do garoto, o qual por causa da travessura do filho,

*“(...) entrô, pegô um currião e cascô o corô nele, ...‘ocê nunca mais vai batê bola no meio da rua prá cáí no quintal de ninguém, prá ante de’eu chegá suado, nervoso com fome, prá tomá banho e jantá a vizinha chegá logo dando mal informação, toma um côro’. Foi um exemplo, mas os outros num fáiz assim (...) ninguém dá educação ouviu?”*¹⁵⁴

Este conviver a que se submeteram os moradores não foi algo muito fácil. Os relatos têm evidenciado diferentes formas de enfrentamento dos vários problemas encontrados por eles, seja pela ausência de uma infra-estrutura, seja derivada dos novos relacionamentos a serem construídos. Nessas vivências, as reformas nas casas e construções outras feitas no espaço do Conjunto (prédios para Igrejas, Escolas, o Poliesportivo) constituem-se como ponto importante de análise.

Percebemos nas frentes das casas, nas laterais, nos espaços ociosos do quintal, construções de cômodos abrigando pequenos comércios (bares, borracharias, locadoras, mercearias, lojas de tecidos, de roupas, sapatarias, barbearias, salões de cabeleireiros, sorveterias e outras variedades) não previstos no projeto original. Na foto abaixo, embora ainda existam nas casas resquícios do modelo padrão, como o telhado em formato triangular coberto por telhas comum tipo “Francesa,” o que predomina são as reformas quebrando a rigidez anterior, com as construções de muros altos e portões diversificados, garagens e cômodos para comércio ocupando a área frontal dos terrenos. Esse conjunto de

¹⁵² D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira. 2002.

¹⁵³ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁵⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

reformas vai aos poucos desordenando a padronização e compondo, por sua vez, um novo visual.

Foto 11 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira.
Av. Jerônima Lucas Barros, sentido Santa Luzia/2002.

Essas mudanças levam-nos a refletir sobre o que as pessoas sentiram ao receber as suas casas. Vendo-as todas iguais, a mesma cor, a mesma metragem dos cômodos, o acabamento interno. A única variável era a quantidade de dormitórios que constituía uma unidade e que incidia no valor das prestações: *“Tinha casa de quatro, três e dois quartos...as de quatro era as de esquina, a nossa era de três...”*¹⁵⁵

A imprensa via a uniformização dos conjuntos habitacionais de forma pragmática:

¹⁵⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2002.

“(...) o único modo de responder à necessidade imediata de ter um teto, para aqueles que não têm recursos tempo e cultura. A estandardização dos conjuntos, não é um capricho do BNH mas é uma exigência da elevação de nível de vida, de uma classe toda ao mesmo tempo, que se sente valorizada e exclamando com felicidade, ‘graças a Deus, sou proprietário, tenho alguma coisa para deixar para os meus filhos, quando eu faltar’”¹⁵⁶.

Discordamos dos ditos da imprensa, ao considerar impossível atender ao trabalhador de uma outra forma, a não ser pelas construções dos Conjuntos residenciais nas circunstâncias referidas.

Entendemos, também, que a uniformização dos conjuntos habitacionais anula os sujeitos; suprime a individualidade; impõe uma característica de mesmice aos moradores. Traz nessa forma de “igualdade”, além do lucro para alguns poucos, a rotulação e a massificação para os mutuários, tidos pela imprensa *“como aqueles que não tem recursos, tempo e cultura”*. Destitui-lhes da ação de serem sujeitos sociais, donos das suas práticas sociais, tornando-os vulneráveis à manipulação.

As reformas efetuadas não são meras casualidades. Representam uma exteriorização da não aceitação dos moradores ao que receberam no momento da entrega da casa própria. No silêncio da suposta aceitação da moradia, nos moldes disponibilizados pelo poder público, as transformações ocorridas são extremamente significativas. Transmitem-nos uma contra resposta dos moradores à estandardização, à maneira como os Conjuntos foram criados e para que o foram.

Com o olhar voltado para as mudanças físicas ocorridas nos conjuntos habitacionais, pudemos visualizar uma paisagem salpicada de cores: pelo verde das árvores (os buritis que vicejam atrevidos na lagoa; as sibipirunas; os pés de abacate, os limoeiros, mangueiras, acerolas e as bananeiras nos quintais), contrastando com os matizes das paredes realçadas pelas pinturas novas, outras esmaecidas com o tempo e o escuro inconfundível do asfalto.

Neste mosaico de cores, chamou-nos a atenção o abandono em que se encontram algumas construções, com vidros quebrados, destelhados e paredes pichadas. São construções diferentes das residências e situam-se em locais isolados no Conjunto Santa Luzia¹⁵⁷. O abandono registrado foi o que restou da proposta inicial dessas construções de serem os Centros Comerciais do Conjunto, conforme nos aponta o artigo abaixo:

¹⁵⁶ “Casa popular é solução ou não? *A Notícia*. Uberlândia, 18/02/83 p.02.

¹⁵⁷ Estou me referindo aos três estabelecimentos localizados respectivamente no Conjunto Habitacional Santa Luzia: o primeiro, à avenida Jaime de Barros e os outros dois, às avenidas Geraldo Abrão e Alípio Abrão na mesma quadra. Dos três focos analisados, escolhi para o trabalho apenas dois: o da avenida Jaime de Barros e

*“A companhia de habitação do Estado de Minas Gerais -COHAB-MG-, torna público que está recebendo desde o dia 04 (quatro) de novembro de 1981, proposta para locação de lojas nos centros Comerciais dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia em Uberlândia (...).”*¹⁵⁸

A propaganda da COHAB torna clara a pretensão de demarcar a área comercial, determinando com isso os limites entre tal área e a residencial, sobretudo, visando auferir lucros com os aluguéis das lojas.

foto 12 - Centro Comercial abandonado no Conjunto Habitacional Santa Luzia.
Av. Jaime de Barros, sentido Segismundo Pereira/Santa Luzia / 2002.

um dos outros dois por estarem em condições iguais de depedramento, evitando, assim, um excesso de fotos.
Ver fotos 12 e 13.

¹⁵⁸ “COHAB/MG”. *Correio de Uberlândia*. 07/11/1981, p. 01.

Foto 13 – Centro Comercial abandonado no Conjunto Santa Luzia.
Av. Geraldo Abrão, Santa Luzia/2002.

A proposta de centralização das atividades comerciais nestes locais não foi aceita pelos moradores do Santa Luzia. O abandono dos prédios e o (re)aproveitamento das frentes das casas para instalar ali o comércio, indica-nos uma resposta inaudível (e ao mesmo tempo “gritante”), mas visível, do querer desses moradores, sobrepondo-se à vontade do poder público.

Hoje, podemos ver no Santa Luzia uma área comercial efetiva e intensa em toda a extensão da avenida Jaime de Barros que corta o Conjunto. As reformas, feitas para este fim, precipitaram-se para a frente das residências, numa mistura labiríntica dos espaços da casa com o bar, com a mercearia, a pamonharia. As garagens transformaram-se em salões comerciais, reservando um espaço apertado nas laterais para entradas na casa principal e, em algumas, para a casa dos fundos. Verifica-se também a presença de outros estabelecimentos comerciais espalhados por todo o Conjunto, guardando as mesmas características descritas acima.

Foto 14 Área comercial “criada” pelos moradores.
Av. Jaime de Barros, sentido bairro São Jorge. Conjunto Habitacional Santa Luzia/2002.

Foto 15 Área comercial “criada” pelos moradores.
Av. Jaime de Barros, sentido bairro São Jorge. Conjunto Habitacional Santa Luzia/2002.

Com as adaptações feitas nas frentes das casas para abrigar estabelecimentos comerciais diversos, a padronização inicial dos conjuntos cede lugar a outra, criada pelos próprios moradores, visível nas portas de aço, na ausência dos afastamentos, nas marquises sobre as calçadas.

Essa resposta tão efetiva dos moradores direciona a nossa reflexão também para questões voltadas para o trabalho, condição responsável pela sobrevivência das pessoas. Em um momento em que o desemprego se fazia alarmante¹⁵⁹, os moradores viam no espaço da casa própria uma possibilidade de trabalho autônomo, garantindo o seu sustento e o da sua família. Talvez alugar uma loja no pretenso local reservado pela COHAB-MG, aliado às prestações da casa, fosse traumático para o minguado orçamento das famílias que ali residem. Contudo chamou-nos a atenção a unanimidade da recusa.

Nessa perspectiva, as mudanças que ocorreram nos espaços da moradia e nos conjuntos são extremamente significativas. São ações que personalizam, que identificam, que efetivam direitos, que tornam vivos os sujeitos sociais no *fazer-se* histórico. As pessoas, independentes das propostas oficiais dos conjuntos, fazem da sua casa o lugar onde os seus valores se solidificam, e dos Conjuntos Habitacionais, o lugar da construção de suas experiências. Vão imprimindo neles, aos poucos, as suas marcas, demarcando territórios e acima de tudo, garantindo o pertencer à cidade.

¹⁵⁹ “Aumento do desemprego”. *A Notícia*. Uberlândia, 15/06/82, p. 01. Esta matéria denuncia, o aumento do desemprego no país, principalmente, vinculado ao aumento salarial, onerando, segundo eles, as despesas das Empresas com os encargos sociais. Tornando assim uma bola de neve na qual o trabalhador de baixa renda sofria a maior consequência.

Capítulo IV

Na luta por direitos: experiências de participação política

Na luta por direitos: experiências de participação política

Por duas décadas, à sua maneira, os moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia estão se movimentando, seja por meio da Associação de Moradores, dos Clubes de Mães, dos Colegiados das Escolas, ou simplesmente se agrupando em torno daquilo que consideram direitos seus. Os moradores foram criando os seus espaços de luta com o Poder Público, para terem, nos seus conjuntos, a Creche, o Centro de Formação do Menor, as Praças, o Poliesportivo, a Feira livre, o Centro de Saúde, as Escolas.

Desde 1982, os jornais vêm noticiando a atuação dos moradores, mesmo antes da criação das suas Associações:

*“Matagal e falta de iluminação na única praça do conjunto; problemas comunitários como de um telefone, transporte coletivo e preço do asfalto, posto de saúde e posto dos correios e telégrafos, foram temas debatidos por quase duas horas, entre moradores do Conjunto Segismundo Pereira e o Secretário de Ação Social José Carneiro no final da semana”.*¹⁶⁰

À medida que foram se inteirando da realidade precária que os cercavam (as casas iguais, pequenas, mal construídas, o mato que margeava os conjuntos e reveladores da distância bairro/centro/trabalho, as deficiências de infra-estrutura), a união passou a ser, para essa população que reivindica, mecanismo de intervenção, muitas vezes, exercendo pressão sobre o poder público, buscando se fazer presente na construção desta cidade.¹⁶¹

Os problemas vividos em decorrência da deficiência dos serviços básicos nos mostram um pouco dessa luta. Nos anos 1980, não bastava ter elementos indicadores da energia (postes condutores da rede), se os cortes desses serviços eram freqüentes, ou, lembrando os relatos dos depoentes, se estes não estivessem ligados no interior das residências. Não era suficiente propagar que os serviços de água estavam instalados, se as caixas d’água eram pequenas – 500 litros – e não atendiam `as necessidades diárias dos moradores. Não adiantava divulgar na mídia local que o transporte coletivo existia, pois, na

¹⁶⁰ “Moradores do Conjunto buscam esclarecimentos”. *Correio de Uberlândia*. 20/04/1982, p. 06.

¹⁶¹ Lembrando o trabalho de SADER, que, ao analisar os movimentos sociais da década de 1970 em São Paulo, reconhece principalmente a sua pluralidade e a diversidade com que eles emergem, fundamentados nas necessidades diárias desses sujeitos. “As lutas do dia-a-dia eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam as suas privações enquanto injustiça que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar pelos seus direitos. Eles brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo”. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 210.

realidade, o serviço era bem diferente do propagandeado, isto é: o transporte coletivo circulava com grandes intervalos e eram superlotados, face ao número reduzido dos carros, obrigando os usuários a saírem mais cedo de casa, para chegarem ao trabalho, ou, até mesmo fazendo esse percurso a pé, de bicicleta ou de carona.

A efetividade desses serviços com certa qualidade iria ser fruto da luta cotidiana desses moradores. Na área de transportes, a Lei Municipal que regulamentava a prestação do serviço de transporte coletivo foi editada em 1980 e trazia, no seu Artigo 1º, a obrigatoriedade da(s) concessionária(s) responsável(is) por esses serviços (no caso a TRANSCOL) de os estenderem a todos os Conjuntos Habitacionais¹⁶².

Entretanto a Lei não regulamentava como esse serviço seria prestado, qual o número de carros que deveria ser disponibilizado àquela população, quais seriam os intervalos e horários a serem considerados em dias úteis, nem tampouco nos finais de semana e feriados. Sem regulamentação pormenorizada, a prestação dos serviços era organizada à revelia pela Empresa, tendo a Prefeitura Municipal como órgão fiscalizador e os moradores como usuários: “...os ônibus vinha cheio demais aí quando passava no ponto cheio de gente num parava (...) eles xingava tudo (...) vinha do serviço correndo prá casa prá fazê janta e tal.”¹⁶³

Retrocedendo um pouco mais sobre o transporte coletivo na cidade de Uberlândia, vamos ter, em 1977, uma Lei Municipal regulamentando esses serviços e, inclusive, abrindo precedentes para concorrência pública na área. No seu artigo 2º, a Lei estabelece a obrigatoriedade da concessionária em manter “*comunicação entre os diversos bairros da cidade ou entre eles e o centro urbano.*”¹⁶⁴

Chamou-nos atenção o seguinte fato: se já existia essa Lei normatizando tais serviços entre os bairros, por que, então, uma outra específica para os Conjuntos Habitacionais, três anos depois, exigindo a extensão destes? Podemos supor que, frente à obrigatoriedade exigida, não havia o interesse da empresa prestadora em levar os seus serviços a essa população. Entendemos que, na visão empresarial, a extensão de tais serviços não se apresentava como lucrativa para a empresa, levando a crer que a distância

¹⁶² Lei nº 3.147, de 29/05/1980. “*Estabelece critério de atendimento à Conjuntos Habitacionais e dá outras providências. Art 1º - As empresas concessionárias de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, ficam obrigadas a estender os benefícios do transporte coletivo, aos moradores de todos os conjuntos habitacionais efetivamente entregues ao povo.*” P. 68. Coleção UBERLÂNDIA/CDHIS/UFU.

¹⁶³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁶⁴ LEI nº 2.701 de 01/12/1977 Prefeitura Municipal de Uberlândia.

entre os Conjuntos, quando da sua criação, e as comunicações possíveis naquele momento se faziam inexecutáveis, passíveis muito mais de prejuízos do que dos lucros desejáveis.

Outro elemento a ser levado em consideração, capaz de ter *dificultado*, em parte, o cumprimento da Lei sobre a prestação dos serviços de transporte coletivo nos Conjuntos, usado pela Empresa, foi a ausência da pavimentação asfáltica “(...) *que, desde o planejamento dos referidos conjuntos residenciais, sempre foi cogitado entregar as casas que os integram, com o devido asfalto nas ruas.*”¹⁶⁵

A proposta de asfaltarem as ruas dos Conjuntos arrastou-se por todo ano de 1981, ganhando forças desde o momento em que a COHAB/MG determinou uma liberação de verba de 45 milhões de cruzeiros especificamente para estes serviços¹⁶⁶. O valor oferecido correspondia, segundo a Prefeitura Municipal, a 75% do total: “*Assim antes da assinatura dos contratos com os futuros moradores, a Prefeitura deseja ter uma conversa franca sobre o assunto...*”¹⁶⁷ propondo que estes dividissem entre si o restante dos 25%.

Nesse sentido, observa-se pelos jornais que alguns embates aconteceram entre as partes – moradores/PMU -, tentando resolver a questão do asfaltamento. Entretanto, de acordo com a imprensa, a demora em efetuar-lo deveu-se ao “desacordo” de trinta moradores que não aderiram ao “pacto asfáltico”, criando um impasse e prolongando-o até que o período das chuvas impossibilitasse definitivamente a sua execução naquele ano.

Em 1982, outros artigos noticiam o *início* dos serviços de pavimentação: “*Virgílio confirma o asfaltamento dos novos Conjuntos*”, “*Asfalto é fato consumado*”, “*Definida a implantação do asfalto.*”¹⁶⁸ Em todos eles, percebe-se os mesmos argumentos: contribuição da COHAB de 75% do total, o empenho da Prefeitura Municipal em realizá-lo e moradores que aceitam e alguns poucos que recusam. Até que, em meados do ano em curso, o Prefeito “faz apelo aos moradores” para que cheguem a um acordo favorável:

“Entrevistado ontem pelo canal 8 (TV Triângulo) no Jornal das Sete, o Prefeito Municipal Virgílio Galassi fez um apelo aos seus amigos dos Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, no sentido que concordem em asfaltar as ruas e que o façam até o final deste mês (Julho de 1982). Se até no dia 31, não houver anuência também dos 30 moradores que estão segurando o início das obras, a Prefeitura Municipal vai perder o benefício que recebeu do BNH e os dois

¹⁶⁵ “Asfalto é fato consumado”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/03/1982, p. 01.

¹⁶⁶ “COHAB/MG pode determinar verba para o asfaltamento do Segismundo”. *Correio de Uberlândia*. 13/08/1981, p. 01.

¹⁶⁷ “COHAB/MG pode determinar verba para o asfaltamento do Segismundo”. *Correio de Uberlândia*. 13/08/1981 p.01

¹⁶⁸ Sendo eles: *Correio de Uberlândia*. 04/02/1982, p. 01. *A Notícia*. Uberlândia, 04/03/1982, p. 01 e 15/04/1982, p. 01.

*Conjuntos vão ficar com suas ruas sem asfalto, até que no futuro, os moradores venham a pagar os cem por cento para acabar com a poeira.”*¹⁶⁹

O artigo permite-nos algumas reflexões: o asfalto é um valor urbano assimilado pela maioria dos cidadãos como algo imprescindível à vida na cidade e é preconizado como uma marca do desenvolvimento, trazendo, na sua execução, uma valorização do bem imóvel envolvido. Além do que, para que uma rua seja asfaltada, tem que ser levada em consideração, principalmente, a queda natural da água para se permitir, com maior fluidez, o seu escoamento, evitando, assim, alagamentos, barro, poeira, sinalizando para uma maior higienização e outros benefícios supostamente advindos deste à saúde.

Nesse sentido, soa estranho dizer que alguém na cidade se recuse a ter este benefício, o asfalto. Entendemos que *não querer* não seria bem o termo. Acreditamos mais na impossibilidade dessas pessoas de arcarem com (mais uma) despesa no orçamento familiar, já bastante dividido entre a alimentação possível, prestação da casa, passagem de ônibus coletivo para se chegar ao trabalho, a escola dos filhos. Como nos lembra D. Iracema, tem que *tirar da boca mesmo* para arcar com tudo isto¹⁷⁰. Estamos falando de sobrevivência, de renda mínima, o que infelizmente a maioria da população conhece muito bem e este viver é uma dificuldade pouco entendida por aqueles que transitam em uma esfera diferente.

O “apelo” do Prefeito parece ser enfático, não permitindo escolhas. Assim, nesse “pegar ou largar”, o Prefeito, usando das suas prerrogativas, põe fim ao “impasse”. Para isso, jogou com os dois lados da moeda: ou concordavam todos com a proposta ou os “trinta” moradores discordantes muito provavelmente responderiam aos demais pela não efetivação do benefício. Isto é: com a evidência do Prefeito na mídia, “convocando” os moradores a aderirem ao “pacto asfáltico,” ele se redimia publicamente da não execução da obra, relegando a culpa para os “trinta” que se recusavam a aceitá-la, independente ou não

¹⁶⁹ “Virgílio faz apelo aos moradores do Segismundo e Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 22/07/1982. p. 01.

¹⁷⁰ Por exemplo, tomando por base o sr. Antônio Alves de Lima, o esposo de D. Iracema, que sempre trabalhou no nível de apoio, em dezembro de 1981, recebia um salário de CR\$ 21.222,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros). Pagou a primeira prestação da casa própria no valor de CR\$5.038,21 (Cinco mil e trinta e oito cruzeiros e vinte e um centavos), sobrando-lhe CR\$ 16.183, 79 (dezesesseis mil, cento e oitenta e três cruzeiros e setenta e nove centavos)para manter uma família de seis pessoas. Ou seja, a prestação englobava ¼ do seu orçamento. De acordo com a mostra feita quando da minha visita à COHAB/MG, relatados em nota de roda pé à página 72, 21% destas famílias sobreviviam com salários aproximados com o do sr. Antônio, demonstrando que qualquer despesa a mais seria muito difícil. Lembrando que o valor do salário mínimo em dezembro era de C\$11.928,00 (onze mil novecentos e vinte e oito cruzeiros, Decreto/86.514/81 de 01/11/1981. Nestes cálculos, o Sr. Antônio, nesse mês, recebia pouco menos que dois salários mínimos. Procurei saber também, o valor correspondente à prestação do asfalto pago na época, mas, não foi possível.

de poder pagar por ela, mesmo porque, mais do que tê-los como “entraves” ao serviço proposto, o discurso do Prefeito colocava moradores contra moradores:

*“(...) o Prefeito lamentou a iniciativa destes trinta moradores, que não têm feito outra coisa senão impedir as negociações (...), pois, segundo os outros moradores, eles (os trinta) preferem gastar com bebidas, ao invés de poupar e pagar, mesmo com sacrifícios as prestações (...) deixando até seus entes queridos passarem privações.”*¹⁷¹

Assim, em vez de avaliarem as dificuldades pelas quais passavam, e incentivar a união dos moradores, o artigo abria brechas para a emissão de juízos de valor, uns sobre os outros, reduzindo (os trinta) trabalhadores/ moradores a irresponsáveis pais de famílias. Ao que tudo indica “os moradores responderam prontamente ao apelo do Prefeito” e “... estão ficando livres da poeira e da lama(...)”.¹⁷²

A ausência de pavimentação das ruas dos conjuntos servia, portanto, como desculpa para um serviço precário do transporte coletivo. A exemplo, “...a rua J no Segismundo, que é utilizada pela passagem dos ônibus é uma das mais sacrificadas, apresentando irregularidades e causando problemas para a perfeição...”¹⁷³ do serviço. Assim, a Transcol se justificava, liberando para as áreas desprovidas da pavimentação uma quantidade restrita de carros em circulação, já velhos, os quais, com os buracos e barro na rua, estavam sempre quebrando, ocasionando inúmeros transtornos aos usuários: interrupções constantes nos horários propostos, infinitas esperas nos pontos de ônibus, acidentes com passageiros e pedestres e, o que é mais complicado nisso tudo, os atrasos ao trabalho que sempre traziam e (trazem) repercussão negativa ao trabalhador.

Entretanto, uma vez resolvido o problema do asfalto, o transporte coletivo continuou sendo questionado pelos moradores dos conjuntos: “(...) as queixas quanto ao transporte coletivo localizaram-se entre o preço alto das passagens e a má prestação dos serviços (...)”¹⁷⁴

Todas as questões levantadas fazem-nos pensar nas inúmeras dificuldades enfrentadas por esses moradores, que, por serem conjuntos habitacionais novos e pobres, em uma cidade movida pela ótica do capital, já se constituíam por si só um problema. Os novos moradores tiveram que lidar, portanto, com a possível resistência da Empresa em

¹⁷¹ “Virgílio faz apelo aos moradores do Segismundo Pereira e Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 22/07/1982, p. 01.

¹⁷² “Sem poeira o Conjunto Habitacional”. *Correio de Uberlândia*. 21/09/1982, p.01.

¹⁷³ “José Carneiro anuncia asfaltamento dos novos conjuntos”. *Correio de Uberlândia*. 30/12/1981, p. 06.

¹⁷⁴ “Mutuários fazem reivindicações”. *A Notícia*, Uberlândia, 28/04/1983, p. 02.

prestar-lhes os serviços. Em 1987, uma ata da ADESP registra a continuidade das reclamações:

*“...o problema é sério e chega a ser crítico, o ônibus deveria estar passando de oito em oito minutos, foi o que o Secretário divulgou; funcionou assim, apenas vinte dias, depois voltou a passar de meia em meia hora, quarenta a quarenta e cinco minutos e até de uma hora e mais. Os moradores estão perdendo dias de serviços por este problema.”*¹⁷⁵

Somente com a pressão dos moradores, que sofriam na pele as deficiências do transporte coletivo, é que os horários foram se restabelecendo. Mesmo assim, tem que ser levado em consideração que as almejadas melhorias vieram a passos lentos, como nos lembra a depoente: *“... aí depois um abaixo – assinado, com muito pedido ... do presidente do bairro e tudo, é que conseguiram que passasse ônibus direto”*.¹⁷⁶

O abaixo-assinado vem mostrar o engajamento das pessoas nas lutas comunitárias, engajamento que vai se dando, quase sempre, de acordo com as condições pessoais de cada um. À medida que o morador se identifica com alguma causa, vai participando dos movimentos coletivos.

Nos depoimentos e nas conversas dos moradores, a Igreja tem-se apresentado como um espaço propiciador de novos aprendizados. Os adeptos, independente da religião que professam, vão descobrindo formas de se relacionarem não só entre si, mas, alcançando outros movimentos sociais atuantes nos Conjuntos Habitacionais.

Inserido nesse prisma da Igreja como espaço de fomentação de trabalhos voltados para os moradores, os jovens do Conjunto Segismundo Pereira organizaram-se em um movimento - “JUSJOB”- Juventude Unida São João Batista¹⁷⁷. Tiveram como eixo de trabalho a preocupação primeira de expandir a “formação social religiosa”.

As atividades, segundo Silnando, um dos seus líderes, constavam de leituras bíblicas orientadas por roteiros, e, em dias previamente marcados, faziam-se as discussões propostas pelo grupo. Mas as ações não se resumiram nos estudos propostos. Usando

¹⁷⁵ Livro de Atas/ ADESP/12/11/1987 p.44

¹⁷⁶ D. Maria Militão, moradora do Santa Luzia, 62 anos. 2001.

¹⁷⁷ Essas informações, foram colhidas recentemente em conversa com Silnando Silvério Pereira, ex-morador do Segismundo Pereira na década de 1980. Foi fundador do JUSJOB juntamente com mais dois companheiros, André Luiz Gonzaga e “Miltinho”, Miltom Honório de Oliveira, também moradores do local. Silnando desligou-se da ADESP em 1987, por discordar da forma como os trabalhos estavam sendo conduzidos. Hoje, em 2003, é militante do SINTET/UFU/Sindicato dos Técnicos Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia e graduando dos Cursos de História/UFU. Na oportunidade, Silnando forneceu documentos interessantes para a pesquisa, dentre eles o documento que compõe o anexo 4b. deste trabalho mostrando umas das muitas atividades que envolveram esses moradores. Ver também Livro/Atas/ADESP, no período de 1982/1984 marcadas pelas lutas iniciais.

recursos próprios e muita criatividade, organizavam eventos: bailes, jogos, concursos (ver Anexo 4b.), para angariar fundos destinados à construção da Igreja Católica, mas tinham também como preocupação, além da obtenção de recursos financeiros e da diversão, manter os jovens longe da droga. De acordo com Silnando, para aqueles que já a usavam, estabeleceram-se “acordos de convivências”, ou seja, não fariam esse uso em recintos fechados nos encontros que organizavam. Acreditavam, com esta atitude, inibir a disseminação da droga, evitar problemas com a polícia e, ao mesmo tempo, propiciar a integração da juventude do local.

Entretanto, além dessas propostas, as atuações do JUSJOB alcançaram outros horizontes. Envolveram-se com as “mães” e a ADESP, na implantação (e administração) da Creche no Segismundo Pereira. As ações desenvolvidas iam desde a arrecadação de móveis (berços, colchões) e utensílios, necessários à montagem da Instituição, à criação da horta no terreiro da creche, nas idas e vindas ao CEASA (Central de Abastecimento próximo ao Conjunto), solicitando e recolhendo verduras para serem usadas na alimentação das crianças e *“aquelas que sobravam eram guardadas em sacolas e distribuídas entre as mães. Entendiam que a casa era uma extensão da creche”*. Mais ainda, recolhiam fundos para pagar o salário do funcionário que fazia a ronda noturna.

Nesse caminhar, o JUSJOB somou-se a outros movimentos da cidade, exteriorizando as suas ações em prol das creches, protestando, na Câmara Municipal, contra a rejeição do Projeto Lei 051/83. Este projeto tinha por objetivo destinar verbas às creches da cidade.¹⁷⁸

D. Laudelina lembra que “tomou conhecimento do trabalho da AMOSP – Associação dos Moradores do Segismundo Pereira – somente em 2001”. Quando o Sr. Roberto, atual presidente da Entidade, foi até a Igreja Católica, em uma das celebrações religiosas da qual ela participava.

Na oportunidade, o visitante convidou os paroquianos para um ciclo de palestras a ser realizada pela AMOSP, em comemoração do aniversário do “bairro” Segismundo Pereira:

¹⁷⁸ “Povo protesta contra ato do PDS”, *Primeira Hora*, Uberlândia, 04/10/1983, p. 01. Na foto do jornal que registra este ato político, vê-se faixa com escritos: “JUSJOB Juventude Unida São João batista – Uberlândia/MG”. Vale a pena dizer que parte da liderança do movimento vai depois compor posteriormente, os quadros da diretoria da ADESP e, da formação da “diretoria provisória da delegacia regional, ASMUTH – Brás”, (Associação dos Mutuários do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), eleita *“em uma assembléia que reuniu mais de 500 pessoas na Praça Clarimundo Carneiro, que tinha por finalidade de defender os mutuários das prestações abusivas advindas do BNH”*. “Mutuários elegem diretoria da ASMUTH-Brás a nível regional”, *Primeira Hora*, 20/09/1983, p. 05

“É... foi só este ano, eu fiquei das mais feliz, sabe? Falei: ‘Nossa tanto tempo que a gente mora aqui ... e agora que a gente veio... Bem, sabê a gente sabia...da Associação (de Moradores) mas que teve comunicação, assim prá todo mundo ficá sabendo do horário... das palestras qu’ia tê ... eu fiquei feliz... é interesse da gente fica sabeno ... porque uma pessoa dessa ... interessada... certamente vai melhorar pra gente, né!’”¹⁷⁹

De uma certa forma, D. Laudelina acabou se recriminando por “morar no bairro” e por não participar da Associação. Independente de saber da sua existência, atribuiu à ausência de comunicação sua interação tardia nos movimentos, apesar da sua identificação com várias causas abraçadas. O vínculo com as atividades realizadas na Pastoral tornou-a receptiva a novos convites.

A figura do Sr. Roberto apresenta-se, nesse caso, como um elo de integração entre os participantes das atividades religiosas e a AMOSP. Fato relevante, pois, ele é evangélico, membro da Igreja Assembléia de Deus e, ao visitar outros centros religiosos, divulgando os trabalhos da Entidade que representa, demonstra, nessa atitude, compreender a sua função de líder comunitário. Diz achar imprescindível a divulgação dos trabalhos comunitários em todos os locais de acesso e, principalmente, os centros religiosos, por serem espaços que aglutinam muitas pessoas. Mesmo porque, de acordo com ele, existem, no “bairro” Segismundo Pereira¹⁸⁰, dezenove Igrejas Evangélicas, duas Católicas e quatro Centros Espíritas, arrebanhando os moradores. Independente da religião professada, moradores vão abrindo brechas nesses espaços e, à sua maneira, o trabalho com a comunidade vai ganhando novas roupagens.

D. Iracema declara que, antes de mudar-se para o Segismundo Pereira, o seu dia-a-dia restringia-se ao trabalho fora e em casa. Aos domingos “*ia à missa e pronto*”.¹⁸¹

Essa rotina foi alterada. Integrou-se, juntamente com outros moradores, a um grupo de orações e, em seguida, este grupo iniciou a luta pela construção do prédio da Igreja Católica e “*nunca mais parou*”.¹⁸² Há vinte anos realiza bazares, faz visitas aos doentes e às famílias carentes, participa de cursos de formação religiosa, de congressos, confraternizações e tornou-se Ministra da Eucaristia. Afirma com orgulho que “*nunca tinha participado de uma igreja assim, só de ir à missa*.”¹⁸³

¹⁷⁹ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁸⁰ Lembrando que o destaque na palavra “bairro” se dá realçando o trabalho da AMOSP desenvolvido no bairro como um todo e não só no Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, que é um dos objetos desta pesquisa.

¹⁸¹ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸² D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Ao identificar-se com esse trabalho, consegue perceber a diferença entre ser participante do ritual da celebração – missa – e tornar-se atuante em movimentos sociais articulados por essa instituição. Aos poucos, vai transpondo as barreiras do seu alheamento, do papel construído sobre a mulher (“...mulhé é prá ficá em casa, rezá e pronto corrê prá casa, né?”¹⁸⁴) e consegue forças para contornar os problemas conjugais advindos da sua nova atuação, ocupando cada vez mais seu lugar, no lar e fora dele:

*“...Quando comecei a participá ele (o esposo) foi falano (...) qui eu num parava em casa (...) fui conversano, num desisti.... e isso foi muito bom porque eu era muito assim só de dentro de casa, de tá participando das coisas, nunca saí, era só em casa, ir à missa e pronto”.*¹⁸⁵

No redimensionamento dos seus viveres, as pessoas apresentam momentos de coesão, de compartilhamento de sentimentos, dividindo ações, unindo-se em torno de idéias capazes de trazer significados (embora diferentes) à maioria. O “mudar-se” para um mesmo local, praticamente ao mesmo tempo e em um espaço limitado, fez com que eles se tornassem “os Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia” e “os Moradores do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira”. Na observação de D. Maria Batista e do sr. Irineu, mesmo queixosos da pouca participação dos moradores nos trabalhos comunitários “os mesmos nunca os deixaram na mão”.

Apostando na defesa dos interesses dos moradores, D. Maria Batista relata o envolvimento deles com a Escola Estadual Dona Alexandra Pedreira, onde seus filhos estudaram na década de 1990. Apontando o dedo para o local, faz questão de chamar a nossa atenção para a visão externa da Escola, informando que está sempre pintadinha, limpa e decorada. A quadra recém cercada por tela, o muro alto com pintura renovada periodicamente são frutos de um trabalho desenvolvido pela diretora, professores, alunos, pais e outros moradores. Isto é: a “diretora” não fica à espera da verba pública, coloca-se em ação e a resposta da comunidade se dá desde o trabalho braçal, pintura de parede, decoração, capina, remoção de entulhos, a realizações de promoções beneficentes e de lazer – festival de sorvete, galinhadas, bingos. Essa interação (de acordo com D. Maria Batista) é constante e se faz presente também nos possíveis usos do local para reuniões e encontros outros, comunitários, permitidos e incentivados pela diretora.

¹⁸⁴ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸⁵ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Dessa forma, o envolvimento do corpo escolar com a comunidade, a nosso ver supera, em parte, o egoísmo de uma escola intra-muros, onde a *coisa pública* adquire a conotação de privado, à medida que ela se fecha. Essa interação possibilita que se cumpram os diversos (e possíveis) usos do espaço público, apontando também para uma escola, em que, apesar de sistematizada, a prática dos seus agentes certamente extrapola os níveis de reprodução de conteúdos e alcança, nesse fazer comunitário, outros patamares: a vida lá fora. Nesse nível, ganham todos, a escola e os moradores que participam.

Os moradores dos Conjuntos contam hoje com outros centros educacionais¹⁸⁶, ultrapassando a luta inicial, que se assentava na conquista da reforma da primeira escola. Brigar pela reforma da escola, mesmo antes de ser inaugurada, aponta o descaso do Poder Público com a educação e evidencia, para esses moradores, a dimensão da luta a ser enfrentada por eles para verem os seus filhos estudando mais próximos de casa.

Aliada à preocupação dos moradores nesta direção, a não implantação do 2º grau no Santa Luzia foi denunciada por uma moradora como motivo da interrupção dos estudos dela e de seus irmãos. Como eles, muitos outros jovens daquele local encontravam-se em situação idêntica.¹⁸⁷

¹⁸⁶ “O Conjunto Santa Luzia teve como primeira conquista a Escola anexa da Escola Estadual Maria Conceição Barbosa de Souza, que funcionou em dois galpões da COHAB até 29 de agosto de 1987. (...) Em 22 de setembro de 1985, foi inaugurado o Pré escolar municipal Santa Luzia e, em 1986, conseguiu junto ao governador do Estado Dr. Hélio Garcia a autorização para a construção do novo prédio com o 2º grau para a Escola Estadual Professor Inácio Castilho, inaugurada em 29 de agosto de 1987 (...) e, em 1º de abril de 1990, a Escola Estadual Rio das Pedras e fevereiro de 1991 a Escola Estadual Dona Alexandra Pedreiro. (...) Em 09 de abril de 1984 fundou a creche Santa Luzia (...) Em 10 de março de 1985 foi fundado o Centro de Formação Comunitário Santa Luzia para o menor de 07 a 14 anos e em 1989, este centro foi ampliado, sendo que em 1992 tanto a Creche como o Centro de Formação” foram trocadas portas e colocadas as grades de proteção nos vitrões (...) “ainda em 1996 foi iniciada a construção do novo prédio do Centro de Formação” (...) Em 1998, “providenciaram a regularização dos papéis do imóvel e reformas do Centro de Formação do Menor, que atualmente atende cerca de 60 crianças de 6 a 13 anos”. “Conjunto Santa Luzia 20 anos de existência”, *A Voz Do Povo*, Uberlândia, novembro de 2001. P. 03. No Conjunto Segismundo Pereira, a luta pela creche iniciou-se em agosto de 1982 (ver livro *Ata/ADESP /22/081982* p. 22); teve a sua inauguração em 17/10/82, ver livro *Ata/ADESP/24/10/1982* p.25. Na reunião do dia 05/05/1986, foi requerida a reforma da creche pelos moradores. *Livro Ata/ADESP* p. 37. O Centro de Formação do Menor foi confirmado em reunião da ADESP do dia 05/08 1987, *livro Ata/ ADESP/* p. 44. Para conseguirem o Pré Escolar no Segismundo, foi feito uma abaixo-assinado e enviado ao Secretário Prof. Nelson Bonilha, ver *livro Ata/ADESP/05/02/1984* e foi instalado em agosto de 1985, ver artigo: “Uberlândia ganha mais duas escolas” *Correio de Uberlândia*, 15/08/198, p.01. Hoje, o Centro de Formação do Menor “*atende 80 crianças, de 06 a 13 anos, em dois períodos. As crianças almoçam na Entidade, tomam café da manhã, lancham e desenvolve diversas atividades como: Informática, música, artesanato, horticultura, reforço escolar...*” A Associação de Moradores do Segismundo Pereira AMOSP, desde 1990, administra no Centro de Formação do Menor “*uma Biblioteca Comunitária – B.C.A – com um acervo de 4000 livros(...) e realizações de programações especiais como: a hora do vídeo e contação de histórias...*” *Boletim Informativo AMOSP/2002*. Esta relação, além da intenção de mostrar quais são as escolas de um ou do outro Conjunto, aponta também para a *fragmentação da conquista*, isto é: os moradores vão conseguindo aos poucos as suas reivindicações.

¹⁸⁷ “Santa Luzia reclama de problemas sem solução”. *Primeira Hora*, Uberlândia, 26/05/1983, p. 01. Os entrevistados mencionam que, ao se mudarem para os Conjuntos Habitacionais, os seus filhos estudantes do 2º grau continuaram os estudos nas escolas dos bairros onde moravam anteriormente, como a Escola

Intermediados pela rotina do seu dia-a-dia, os moradores dos conjuntos vão buscando ora aqui, ora ali os rumos para os seus viveres em lutas, diferenciadas entre si, tentando trazer para a paisagem local ações concretas e necessárias às suas vidas. Nelas, o Centro de Saúde configura-se como prioridade desde o início¹⁸⁸.

Como resultado de uma luta, que percorreu os anos iniciais da década de 1980, moradores e Poder Público inauguram, a partir de 1983, os Centros de Saúde nos seus espaços físicos¹⁸⁹, sendo que o do Segismundo Pereira, na época, era uma Unidade Didática Avançada – UDAs -, uma parceria entre a UFU e a Prefeitura Municipal.

Entretanto, mais do que lutar para ter no local o Centro de Saúde – UDAs -, os moradores do Segismundo Pereira, na década de 1990, tiveram outros embates com o Poder Público no sentido de manter aquela unidade. Nesta luta, contaram com o apoio e a ação do SINTET (Sindicato dos Trabalhadores Técnico – administrativos da Universidade Federal de Uberlândia), que, nesse momento, se encontravam em greve por melhores salários. Porém, esse confronto desaguou em frustrações.

*“Olha o Sindicato nosso teve um papel muito importante quando ameaçava fechar os postinhos, inclusive o do Segismundo Pereira. Chegou a sê um movimento de quase dois dias, de levar quase duzentas pessoas para dentro do postinho de saúde para não fechá-lo. Mas já era causa vencida e não conseguiu reverter o caso, lá no Jaraguá (bairro)foi o único que não fechou...”*¹⁹⁰

Uma vez fechado a UDAs do Segismundo Pereira, a Prefeitura criou outras estratégias para chegar aos seus objetivos: atualmente, os moradores dessa área são atendidos no Centro de Saúde do Santa Luzia e na Unidade de Atendimento Intensivo do bairro Pampulha, inaugurados nos finais de 1990, em nome da municipalização da Saúde.

O trabalho comunitário dos moradores no Santa Luzia em busca do Centro de Saúde deu-se, em parte, em uma luta integrada com a Associação dos Moradores de outros

Estadual Prof. José Ignácio de Sousa, Escola Estadual Bueno Brandão. A partir de 1987, o 2º foi implantado no Santa Luzia.

¹⁸⁸ “Moradores do Conjunto buscam esclarecimentos”. *A Notícia*, Uberlândia, 20/04/1982, p. 06, referindo-se ao Segismundo Pereira.

¹⁸⁹ “Inaugura ambulatório periférico”. *A Notícia*. Uberlândia, 18/01/1983 p. 01.

¹⁹⁰ Marco Túlio Rosa, morador do Segismundo Pereira, 33 anos, 2001. Em conversa recente com D. Nadir Eterna Moreira Silva (moradora do Segismundo, dona de um comércio neste local e paciente da UDAs), assegurou-me que participou de várias mobilizações dos moradores - reuniões, abaixo-assinados e vigílias - contra o fechamento da UDAs, acrescentando ainda, no seu desabafo, que não houve explicação alguma por parte do Poder Público a respeito do ato. Ainda sobre o fechamento das UDAs, ver fotos “Fontes visuais: fotografias”. In: *Projeto Memória – SINTET/UFU*, sobre “a vigília dos funcionários e moradores em defesa dos postos periféricos” na greve de 1998, em 29/04, p 91. Na oportunidade, esclareço que o fechamento das UDAs atingiu também as que ficavam nos bairros Luizote de Freitas, Jardim Brasília e Santa Mônica, em Uberlândia.

conjuntos: o Alvorada, o Santa Rosa/Liberdade. A promessa do poder público seria de viabilizá-lo até o final do ano 1984, em parceria com a PMU e Estado/MG, o que foi cumprido.

Faz-se interessante ressaltar nesse processo que o envolvimento dos moradores em prol do Centro de Saúde se deu não só no sentido da sua instalação. Vários encontros dessas Associações com a Secretaria Municipal levaram à criação de critérios de seleção na área de auxiliar de saúde e serviços gerais, qualificação exigida: ser morador(a) do conjunto, estar desempregado, condição sócio/econômica. Os inscritos seriam submetidos à prova escrita específica e entrevistas. Uma vez selecionados, passariam por treinamentos especiais.

Nesse processo, cada Associação elegeu um representante para acompanhar cada etapa do movimento, na tentativa de garantir as decisões acatadas e maior qualidade dos serviços a serem prestados nos Centros de Saúde.

“Neste recente processo de seleção, o envolvimento de moradores dos três bairros foi significativo para o estabelecimento de critérios de seleção. De acordo com o secretário de saúde do município, Flávio Goulart, foram acatadas sugestões das associações, como, por exemplo, a preferências às pessoas que moram no bairro e que estão desempregadas”¹⁹¹

Buscou-se com essa atitude, além de diminuir o número de desempregados no “bairro”¹⁹², propiciar um melhor atendimento à saúde, apostando no conhecimento dos funcionários sobre os problemas vividos no local.

Para Ildebrando Alves de Miranda – Presidente da Associação de Moradores –, em 1984, a inauguração do Centro de Saúde do Santa Luzia “*é um direito do povo que tem que ser respeitado pelo poder público*”. Foi um marco da união dos moradores, incentivando o diálogo e os questionamentos que compunham o trabalho da Associação.¹⁹³

Em 1986, teve-se notícia de um encontro entre Prefeito e Associação de Moradores, trazendo nas suas reivindicações a necessidade de ampliar o espaço físico do Centro de Saúde, criando salas para aumentar o atendimento médico - clínico geral e psicólogo¹⁹⁴ -,

¹⁹¹ “Secretaria seleciona Auxiliares de Saúde e Médicos”. *Primeira Hora*. Uberlândia, 15/08/1984, p. 01.

¹⁹² Alertando para o uso do termo “bairro” envolvendo a todos os moradores e não só aos do Conjunto Habitacional Santa Luzia.

¹⁹³ Moradores acompanham construção de centros médicos pela EMCOP (Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares). *Primeira Hora*. Uberlândia, 05/05/1984, p. 03.

¹⁹⁴ “Zaire vai ouvir os moradores do Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 27/02/1986, p. 06.

sinalizando uma constante movimentação desses moradores, procurando cada vez mais os seus espaços.

É interessante ressaltar as nuances que envolveram (e envolvem) o trabalho comunitário e as possíveis respostas do Poder Público aos anseios dessas pessoas. Como o Centro de Saúde, a creche, as escolas, as conquistas efetivas dessas políticas públicas vão sendo conseguidas por etapas. A reivindicação é feita e, muitas vezes, de acordo com a pressão dos moradores, marca - se uma “assinatura de convênios, de contratos”, ou lança-se a chamada Pedra Fundamental; depois (e aí não dá para medir o intervalo), tem-se a inauguração do espaço físico: com um pouco de sorte, ele já vem equipado para o seu funcionamento. O desempenho das etapas é quase sempre regulado por uma (co)relação de força. De um lado, os moradores e, de outro, o Poder Público.

O andar pelos conjuntos mostrou-nos também a diversidade das formas institucionalizadas do lazer, a praça, o parque infantil e outros já relatados; assim como as maneiras sutis de convivência: as conversas nas calçadas, principalmente pelos idosos e crianças, nos inúmeros bares que esticam as suas marquises pelas calçadas dos vizinhos, ou espalham suas mesas pelo canteiro central da avenida. Todo esse visual sugeriu-nos uma prática de convivência das pessoas naquele local, no hábito de “jogar conversa fora”, bebendo, disputando partidas de sinuca e, ainda, permanecendo debaixo das sombras das árvores em toscos banquinhos de madeira e pequenas mesas na disputa por um jogo de cartas, ou, simplesmente, ouvindo música pelo som do carro. Estar com essas pessoas, seja pelos jornais, entrevistas, conversas, seja pelo nosso andar nesses conjuntos, possibilitou-nos perceber a dinâmica das relações sociais estabelecidas, os territórios construídos por esses moradores e, sobretudo, como eles vão se constituindo em sujeitos desta cidade.

Portanto, a luta dessas pessoas, para viver nesta cidade a despeito da exclusão, também se faz nas formas de lazer que vão imprimindo nesses conjuntos. Como bem nos lembra Marco Túlio, elas perpassavam pela caminhada a pé da molecada pela praça Tubal Vilela, quando ainda era possível fazê-la nos finais dos anos 1970; pelas caçadas de tatu e de frutos silvestres no cerrado que cercava o novo espaço de moradia; pelas peladas de futebol disputadas na porta das casas, com os arremessos descuidados de bola nas janelas, irritando a vizinhança tão próxima; pelo entretenimento que o cerrado proporcionava ao Sr. Venceslau. À medida que eles vão perdendo os espaços do cerrado, da rua, outros, vão sendo construídos: a praça, o Poliesportivo, a feira livre.

No lazer institucionalizado, o Poliesportivo ganha um destaque especial. A foto abaixo, (frente e verso) segundo o sr. Irineu, demarca o local no qual os “atletas” do lugar

queriam que se construísse o Poliesportivo. Nos cartazes que decoram a mesa, o sentimento da exclusão e a denúncia se imbricam nos tons coloridos das letras: “*Segismundo um bairro esquecido*” e “*Aqui não tem como desfrutar do lazer*”. No verso, da foto, eles próprios se identificam e apontam uma das estratégias usadas para atingirem os seus objetivos: um abaixo assinado:

Foto 16 (a) – Conjunto Segismundo Pereira, 1984.
Moradores fazendo um abaixo-assinado pedindo a construção no local, do Poliesportivo, sendo construído posteriormente. O local confronta-se à direita com a rua Jerônima Lucas Barros, Segismundo Pereira. A foto foi cedida pelo Sr. Irineu Castanhêra.
Foto 16 (b) – Verso da foto 16, identificando-se.

Embora a experiência descrita restrinja-se aos moradores do Conjunto Segismundo Pereira, o Santa Luzia também levou à frente as suas estratégias para ter, no local, o Poliesportivo. Assim, em 1992, atletas dos dois Conjuntos foram notícias no jornal local, disputando a “Copa União dos Bairros”, em acirradas partidas de futebol, em que a “Associação Atlética Segismundo Pereira sagrou-se campeã (...)”¹⁹⁵

Nessa dinamicidade dos moradores, um outro movimento que também se destaca no Conjunto Habitacional Santa Luzia é o do “Amigos da Lagoa”, visando a recuperação e conservação da lagoa que divide o conjunto.

O local onde foi edificado o Conjunto Habitacional Santa Luzia é cortado pela nascente do Córrego Lagoinha, um dos afluentes que compõe a bacia Hidrográfica de Uberlândia. Os moradores afirmam que essa região tinha muitas minas, hoje, a maioria delas já está drenada. A lagoa se insere em uma Reserva de Preservação Permanente de 280.000m², tombada pelo decreto Lei nº 3.568/1987/PMU (ver Anexo 5).

O movimento em prol da lagoa foi levado inicialmente pela Associação dos Moradores do Santa Luzia, fundada em 1983. Foi denominado, inicialmente, “O meio ambiente somos nós”, em seguida, trocado para “Amigos da Natureza” e “Amigos da Lagoa”. Atualmente, está sob a responsabilidade de um grupo de moradores liderado por D. Maria Batista, em decorrência de conflitos internos envolvendo a Diretoria da Associação do “bairro” e moradores. De “Amigos da Lagoa”, o grupo se converteu, em 2002, para Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia – APA – registrada em 05/01/00.¹⁹⁶

D. Maria Batista lembra que:

*“...antes de começá esse movimento, a lagoa tinha muito lixo, o povo jogava bicho morto dentro da lagoa mesmo (...) é uma luta que nois começô e vem se realizando. A minha esperança é que vai sê feito alguma coisa (...) hoje a gente vê que tem gente trabalhando lá, que limpa em volta da cerca (...) o mato vai cresceno eles vai limpano (...) tudo cercado a gente vê a tarde o povo fazendo caminhada.”*¹⁹⁷

¹⁹⁵ “O Poliesportivo Santa Luzia foi mais movimentado em 1992 “A Voz do Povo”. Uberlândia, dez/1992, p. 03.

¹⁹⁶ “Conjunto Santa Luzia – 20 anos de existência” – *Jornal A Voz do Povo*. novembro de 2001.p. 03. Sobre o conflito relatado, tentei contato com o atual presidente da Entidade, mas não foi possível, ficando mesmo só com o parecer dos entrevistados e de algumas pessoas que se manifestaram a respeito, em conversas informais. Comentam que, no início de 2003, haverá nova eleição para a Diretoria da Associação dos Moradores, resolvendo possivelmente o conflito.

¹⁹⁷ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

Para além do aprendizado, do cuidado na recuperação da lagoa, o significado dessa fala, por um lado, aponta-nos para um conjunto de práticas exercidas pelos moradores que não souberam ou não se deram conta do que fazer com os “seus” lixos, independente da sua coleta regular no local. Revelando também um desconhecimento de convivência com a natureza.

“... Na época que nós foi mudano aqui no Santa Luzia essa lagoa era limpa ... era lugar que criança tomava banho; era lazer (...) Quando faltava água, muita gente descia prá lavá roupa. E era um lugar limpo e muito bonito, né? à medida que os moradores foram jogando lixo, o espelho d’água foi diminuindo e cedendo lugar a todo tipo de entulho.”¹⁹⁸

A preocupação com o meio ambiente no Santa Luzia chama a atenção para o interesse, tanto do poder público como de cada morador, em assumir a responsabilidade pela defesa da lagoa, mesmo porque, segundo os próprios moradores, antes desse movimento não havia no local indício algum de cuidados com a área em questão, haja vista a Lei de tombamento da Reserva ser de 1987.

A luta nesse sentido evidencia o que já vinha sendo notório, uma inversão dos papéis. Tal iniciativa, que seria de total responsabilidade da Prefeitura Municipal, criar políticas públicas efetivas para se preservar e conservar o meio ambiente, coube aos moradores ainda que contraditória entre as práticas presentes (a alternância de se jogar o lixo, a devastação da madeira na área preservada, ligações clandestinas de esgoto e o trabalho concomitante de se preservar o local).

O projeto denominado “ O meio ambiente somos nós” foi um dos frutos dessa preocupação, que teve seus feitos na década de 1990, compreendendo mais um trabalho levado pela Associação dos Moradores do local. Culminou com um *abraço* à área verde (foto 17). Realizado em 1997, este evento conseguiu envolver moradores, alunos e professores das escolas municipais e estaduais, do local e dos bairros próximos, transformando-se em uma *manifestação* denominada pelos participantes de “*ecológica*”.

¹⁹⁸ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

Foto 17 – Conjunto Habitacional Santa Luzia, 1997.
Abraço simbólico à lagoa.
Foto cedida pelo Sr. Irineu Castanhêra.

Contou com mais de 3000 participantes, que abraçaram simbolicamente a lagoa, com distribuição de folhetos explicativos sobre a importância de preservar o meio ambiente. A foto, feita pelos moradores, registra, politicamente, essa preocupação. De acordo com os seus organizadores, Sr. Irineu e José Eurípedes:

*“Este movimento fez agilizar o processo de proteção ambiental por parte da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no sentido de atender às reivindicações dos moradores. Foram construídos 2.670 metros lineares de alambrado com tela galvanizada em volta da área verde e posteriormente o calçadão (...) Um grupo de pessoas, denominados de “Amigos da Lagoa”, continua a luta pela preservação do meio ambiente.”*¹⁹⁹

¹⁹⁹ “Conjunto Santa Luzia 20 anos de existência”. *Jornal A Voz do Povo*. Uberlândia, nov., 2001, p. 03.

Para o Sr. Irineu, esse movimento, pressionou algumas empresas instaladas no local, como a Auto Viação Triângulo, que poluía a nascente com resíduos de óleo diesel. A empresa reconheceu o fato e fez um aterro de areia tentando minimizar a filtragem do resíduo. O que, na visão do morador, não resolveu em si a gravidade do problema. Afirma que isso é apenas um começo. D. Maria Batista falou-me também da sua preocupação com o uso de agrotóxicos pela horta de particulares instalada próximo à nascente, afirmando que está tomando providências quanto a isso.

Inseridos na vigilância à Reserva, D. Maria Batista diz que os moradores, em parceria com a Prefeitura Municipal, realizaram vários mutirões para limparem a área preservada. Foi um trabalho difícil, às vezes, nauseante, mas que cumpriu em parte os seus objetivos, pois nessas inspeções detectaram alguns pontos de escoamento de esgoto. Convocaram então o DMAE²⁰⁰ para explicar o *caso dos esgotos*.

Na oportunidade, esse departamento justificou serem estes “clandestinos”, parecer que não convenceu os moradores que insistiram na denúncia. Diante disso, o órgão vistoriou a rede e admitiu a existência de manilhas quebradas, o que, provavelmente, ocasionou o *desvio* de parte do esgoto para a rede pluvial, desembocando *naturalmente* na lagoa. Após esta constatação, a rede danificada foi consertada.²⁰¹

A ação do DMAE, fazendo “ouvidos moucos” à denúncia de ligação de esgotos clandestinos, e o não convencimento dos moradores sobre tal ação, levaram-nos a manterem a denúncia junto ao órgão, fazendo com que o DMAE não só reconsiderasse o fato, mas que tomasse atitude competente. Isto veio mostrar a importância da mobilização dos moradores, exigindo que a Prefeitura se posicionasse frente aos problemas enfrentados por eles.

Caldeira, ao trabalhar a criminalidade em São Paulo, percebe na cidade os vários muros que incentivam o crime, a violência, a desigualdade, a segregação social. Ao fazê-lo, trás para o debate o descaso do Poder Público em relação à qualidade dos serviços públicos prestados na periferia, uma infra – estrutura marcada pela precariedade. A autora ressalta que a melhoria desses locais só se efetiva por meio dos movimentos sociais

²⁰⁰ DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto. Esse mutirão foi registrado em vídeos e fotografados. De acordo com D. Maria Batista, eles tomaram esse cuidado para mostrar principalmente às autoridades municipais o que os moradores estavam falando.

²⁰¹ Mesmo assim, o problema com o escoamento de esgoto para a lagoa não foi de tudo solucionado. Dia recente, a convite de D. Maria Batista fui passear com ela na área preservada. Percebemos que a água da lagoa estava com um tom escuro/esverdeado e exalando mau cheiro, denunciando ainda a presença de esgoto, fato que deixou indignada a D. Maria e os transeuntes que por ali passavam, apontando que a luta ainda não findou.

levados pelos seus moradores. Só por meio da luta que essa população consegue fazer-se ouvir pelo Poder Público, legitimar-se e solidificar o *pertencer* à cidade.

Colocando-se sempre em busca dos seus direitos, a população vai criando seus espaços e estratégias de sobrevivência. A luta dos moradores possibilita uma concordância com o pensamento de Caldeira, à medida que vão percebendo a ausência de políticas efetivas nos seus locais de moradia, vão por meio dos embates tornando-as reais. Uma vez que não é proposta do poder público perder as estratégias de “barganha” com a população pobre.²⁰²

Diante disso, torna-se pertinente refletir sobre o uso inadequado do lixo e as nuances que envolvem o trabalho comunitário, no Santa Luzia. Ambos compõem parte do viver, dos hábitos e educação dessa gente. Se, por um lado, há diferentes ações e posturas desses moradores, é graças a essa diversidade que se problematizam questões da cidade, neste caso, o destino do lixo.

A (des)educação em relação ao meio ambiente, a (des)atenção e o uso inadequado do lixo lamentado por D. Maria Batista não dizem respeito só ao Santa Luzia. Espaços ociosos, lotes vagos cheios de lixo doméstico, entulhos e restos de animais mortos, são visíveis na cidade tanto em locais periféricos, como centrais, nobres e nas áreas de lazer.

Ainda recentemente, manchetes na mídia local denunciaram tal prática, apontando para o (des)compromisso do poder público e da população para com o meio ambiente.²⁰³ As práticas negativas em relação ao lixo, à degradação do meio ambiente, trazem uma reflexão sobre os possíveis usos dos espaços públicos e privados. Ao retirar o lixo de dentro da casa e desprezá-lo em lugares indevidos, como do outro lado do quintal ou jogá-lo por cima do alambrado que cerca a lagoa, torna limpo o espaço da casa, propriedade privada indicadora do que “é meu”. A extensão deste, o terreno baldio, a praça, a cachoeira significam o *não ser de ninguém*.

A discussão que envolve o respeito pelo que é público é complexa e traz, na sua reflexão, questionamentos do seu oposto, o privado, das relações com a propriedade privada e o individualismo. Exige dos interessados (poder público/ população) mais que uma vontade: uma mudança de atitudes, de pensamento, de senso político, de práticas sociais. O desrespeito inicia-se inclusive com a prática abusiva das construtoras do

²⁰² CALDEIRA, Teresa P. do R. “Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público”. In: *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000, p. 237.

²⁰³ “Impunidade garante o lixo”. *Correio de Uberlândia*, 06/11/02, p. 02. “Centrais de entulho não atendem à Lei e se transformam em depósito e Entulho de caçamba é jogada em área não centralizados”. *Correio de Uberlândia*, 09/11/02, p. B2. “Lixo ocupa espaço de Poliesportivo”. *Correio de Uberlândia*. 06/11/02, p. A6.

mercado imobiliário, aliadas com o poder público, que permitiu (e permite) loteamentos e construções de bairros contíguos às nascentes, como é o caso do Conjunto Santa Luzia e outros.²⁰⁴

A contragosto do poder público o trabalho comunitário sobrevive, mesmo quando a perseverança do grupo em levar o movimento para frente nem sempre traga o retorno esperado, seja pelo morador ou pelos seus líderes. Dona Maria Batista e sua filha Lourdes queixam-se de que os moradores, na sua maioria, não compartilham dos anseios gerados pelo projeto “...*nós tamo num grupo pequeno (...) sempre reunino e discutino (...)*”²⁰⁵, a despeito dos recursos usados para os convencerem a participar das reuniões: “... *nós saímos nas portas, faz o convite, vai nas escola, convida os meninos, manda recadinho pros pais vim dá a sua opinião (...) mas são poucas as pessoas interessadas...*”²⁰⁶

Buscando entender o *quase* desinteresse dos moradores pelo projeto em questão, D. Maria Batista vê nessa atitude uma *descrença* das pessoas em relação ao trabalho comunitário e aponta para ela uma justificativa:

*“muita gente fala que nós tamo fazendo isso é para aparecer, né? Mais eu sempre falo ó... num é política, num é nada; é o amor ao lugar que nós tamo morando, né? prá vê se melhora, pra gente vivê bem, num é?”*²⁰⁷

Entendemos que o trabalho voltado para o social seja permeado por avanços e recuos. Neste fluir, vai gerando significados diferentes para as pessoas, como também para os que o lideram. Para D. Maria Batista, sua filha Lourdes e o Sr. Irineu, recuperar e preservar a nascente é um movimento ecológico; para o senhor Adejardes a área em questão é um “*pulmão de Uberlândia que nem o Sabiá* (Parque Municipal).” Para outros, uma porta de entrada para esconderijos de marginais, usuários de drogas, à medida que se limpe a mata e façam-se trilhas por ela (acordos do projeto) e ainda arriscam a dizer que é “*melhor deixar do jeito que tá*”. Alguns aproveitam o calçadão para realizarem

²⁰⁴ Como o Conjunto Santa Luzia, outros foram construídos junto aos mananciais hidrográficos em Uberlândia: Conjunto Residencial Nosso Lar, Mansour e Luizote de Freitas. “*Apesar de ter sido criado para garantir a preservação e a conservação do Córrego do Óleo – a maior microbacia urbana que compõe o rio Uberabinha e servir como opção de lazer, o Bosque Ingá tem sido alvo de constantes agressões por parte dos moradores da região, que abrange os bairros (...) quatro nascentes abastecem o córrego (...)*” “Área do Bosque Ingá é alvo de agressão”. *Correio de Uberlândia*, 13/11/02, p. B2. Ver também o artigo que fala sobre “desmatamento” em área de mata nativa próximo ao Parque Exposição CAMARU (extensão do Santa Luzia), no qual a Prefeitura Municipal *propõe* fazer uma vistoria para apurar suspeita de desmatamento ilegal e uso indevido do local por empresas para deságüe de entulhos e extração de terra. “Desmatamento ameaça reserva”. *Correio de Uberlândia*. 14/11/02, p. 33.

²⁰⁵ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

²⁰⁶ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

²⁰⁷ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

caminhadas; assim os vários pensamentos e usos possíveis e diversos vão sinalizando as diferentes concepções e posturas frente ao Projeto da Lagoa e a outros trabalhos comunitários que envolvem essa população.

As referências feitas à área preservada, “*movimento ecológico*”, “*pulmão de Uberlândia*”, lugar “*pra gente vivê bem*”, são bastante significativas. Trazem inseridas nelas a noção de que os benefícios oriundos dessa preservação ultrapassam o pequeno espaço da casa, do conjunto, tomam outras dimensões, espalham-se pela cidade.

Enredados nesse entretecer de significações, leva-se em conta também que o envolvimento interior da pessoa é que vai motivar a sua forma de participação, tornando-a “pronta” a desvencilhar-se das amarras que se fazem presentes no dia-a-dia do trabalhador: a jornada de trabalho, a complementação da renda familiar com trabalho extra e o cansaço corporal advindo desta somatória; a dificuldade de se chegar em casa, a começar pela espera no ponto de ônibus coletivo e a superlotação deste a ser encarada diariamente. Ou então, superando todos os limites do cansaço, tem-se o enfrentamento de estudos à noite, visando a uma melhor oportunidade no mundo do trabalho. Além de tarefas outras por realizar (sabe-se lá que hora) no interior do domicílio; tudo isso sem desprezar, contudo, o poder dos meios de comunicação – televisão por exemplo –, que “aprisionam” silenciosamente a família entre muros da casa. Enfim, são um conjunto de motivos que impedem as pessoas de participarem, ou não, das reuniões, dos encontros realizados no bairro.

É certo que as amarras são muitas. Elas existiram (e existem) e, por vários momentos, emperraram (e emperram) os movimentos sociais. No entanto, a história desses moradores tem apontado que essas amarras não os deixaram rígidos, estáticos.

Considerações Finais

Considerações Finais

O trabalho realizado, até certo ponto, respondeu às minhas inquietações, mas percebi que, à proporção que foi se dando este caminhar, muitas questões ficaram e outras novas emergiram sobre o “fazer” desta cidade. Dentre elas, ressalto a continuidade da prática especulativa dos espaços urbanos que procurei refletir nesta dissertação, mas, cuja dimensão ultrapassa, a meu ver, os limites de qualquer trabalho, pois se revigora com novas estratégias a cada dia, a cada Administração. Basta percorrer a cidade e pairar o nosso olhar sobre os espaços vazios espalhados nos vários locais. Na urdidura da urbe, enquanto uns são usados, outros tantos se multiplicam nas suas mais variadas formas.

Neste viés, a “Rotina” Imobiliária e a “RCG” (grupo construtor Rodrigues da Cunha Guaritá) lançaram, em Uberlândia, nos finais de 2001, o Residencial Jardim Botânico, trazendo, no seu folder, propostas de construções de “casas” para “populares”, financiadas pela Caixa Econômica Federal via FGTS, ou simplesmente propiciando, no local, a aquisição de lotes, alcançando, ao todo, 1500 unidades disponíveis, entre casas construídas e os lotes vagos.

Na primeira semana de 2003, por curiosidade, visitei o local: de carro, saí dos limites que cercam o bairro Santa Luzia, adentrei por uma via de acesso não muito nova, mas recentemente remodelada, asfaltada, ampliada com mão/contra-mão e canteiro central, margeada por todos os lados por cerrado. Percorri mais ou menos dez minutos nesta estrada e cheguei ao destino. Ao chegar, a sensação que tive foi a de que “eu já havia visto (e revisto) aquele filme”. Havia no local, além do mato, arruamentos pavimentados, um escritório de vendas rodeado por gramados, amplo estacionamento, alambrados cercando o local e bandeirolas coloridas “acenavam-me” para entrar. Vendedores solícitos receberam-me. Disse-lhes do meu interesse em ver as casas. Apontaram-me a direção. Segui um pouco mais e umas quinhentas casas semi - acabadas e ainda outras, nos seus alicerces, despontavam em pleno cerrado. Como não poderia deixar de ser, as casas são padronizadas, possuem uma sala conjugada (estar, jantar), variam entre dois ou três quartos, com suítes ou não, um hall, banheiro social, cozinha, área de serviços e garagem. O terreno mede 280m², e a área construída varia entre 80,02m² e 96,86m². O imóvel, sendo totalmente financiado, as prestações corresponderiam entre R\$350,00 e R\$400,00 (trezentos e cinquenta e quatrocentos reais). Para financiá-las, a renda exigida é de C\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), ou seja, em torno de oito salários mínimos.

Do Residencial, olhando em direção ao pôr do sol em Uberlândia, a verticalização no centro da cidade vislumbra-se ao longe. Entre os dois pólos, a desoladora paisagem marcada pelo cerrado aparece fomentando, nesta visualização, a nossa interpretação sobre a prática perversa da especulação imobiliária na urbe. Na maquete exibida, em frente a unidade – modelo existe, no projeto, uma avenida a ser construída futuramente (sabe Deus quando), no sentido residencial/centro, o que reduziria o percurso para dez minutos. Por certo, um novo reestruturar de viveres de trabalhadores em busca da casa própria se dará ali. Trabalhadores que possuem emprego ou rendimentos fixos, atendendo às exigências de financiamento do empreendimentos.

No mesmo período, finalzinho de 2002, o bairro Morumbi, situado em um outro expoente da periferia de Uberlândia, apresenta uma ocupação dos seus arredores por centena de famílias sem teto. Nesse “fazer-se”, o cerrado é arrancado, e na terra vermelha, barracos cobertos por lona preta, papelões, restos de telha Eternit equilibram-se sobre toscas madeiras. As portas, improvisadas, quase sempre por plásticos, enroladas para cima ou para os lados, convida-nos a adentrar nos propostos espaços da moradia. Na realidade desses locais, homens, mulheres, jovens casais, idosos, acompanhados pelo olhar aparentemente despreocupado das crianças, dos animais (o gato, o cachorro, o cavalo) misturam-se na construção das cercas, limitando os quintais das casas.

Entre os ocupantes do local, corre o boato de que a Imobiliária Morumbi, responsável pela construção e venda das casas que compõem o bairro e supostamente “dona” da gleba de terra que o cerca, perdeu na justiça uma ação pública, judiciária, movida pela Prefeitura Municipal, cobrando as despesas referentes à prestação dos serviços públicos, coletivos (água, energia elétrica, esgoto, telefone) instalados naquela região. Na dúvida de ser ou não ressarcida, a Prefeitura “incentivou”, por vias não oficiais, a ocupação de tal lugar pelos sem teto, no sentido de forçar uma negociação entre as partes litigiosas.

Por um lado, a ocupação demonstra a persistência do déficit de moradia para pessoas pobres e os recursos usados por elas para verem efetivados os seus direitos. E isto não é boato. É concreto. Por outro lado, se forem verdadeiras as informações, persistem também os “interesses” do Poder Público em resolver os seus “problemas”, dos quais a população pobre continua sendo o alvo. Pelo visto, a pobreza, a (re)expulsão, a exclusão, a perversidade do mercado imobiliário vão se reelaborando como práticas sociais na urbe, provocando a luta diária de milhares de famílias para solidificar o pertencer à cidade, o que se efetiva nos seus mais variados confrontos. Oscilando entre avanços e recuos, coerências

e contradições, as lutas desencadeadas pelos moradores ao longo de suas trajetórias vão dando sentido à busca por permanecer na cidade.

No Segismundo Pereira e no Santa Luzia, hoje, 2003, muitos moradores já quitaram as suas casas; outros vivem a expectativa desse processo, porém, dentre estes, há também aqueles que ainda se assombram com o fantasma do “perder” a casa, mediante o atraso das prestações. Como D. Maria Militão, cuja aposentadoria, após décadas de trabalho prestado, e já tendo criado a sua família, não lhe trouxe a segurança almejada: “...*eu vô esperá agora em setembro pra vê se pego um dinheiro emprestado (...) e quitá as prestações.*”²⁰⁸

As questões levantadas por essa depoente não são problemas que dizem respeito só a ela. Elas extrapolam os limites do Santa Luzia e repousam sobre a vida de milhões de aposentados no Brasil. Condenados a sobreviverem o resto das suas vidas com um minguado salário a ser dividido entre moradia, doença, alimentação, tem-se a perpetuação do viver precário, muito mais sentido na velhice quando as forças esmorecem, a doença instala-se e as oportunidades de superar a renda escassa se rareficam ou até mesmo inexistem. De qualquer forma, D. Maria Militão ainda compõe o grupo dos “privilegiados” que se inserem nas condições impostas pelas políticas habitacionais adotadas neste país. Mas, como vimos, ela não atinge a todos.

As situações aqui expostas apontam-nos para uma persistência de demanda por moradia em Uberlândia. As políticas habitacionais continuam a atender à parcela pobre da população que tem rendimentos, deixando as invasões como única opção para as pessoas que não têm condições de enfrentar um financiamento para aquisição de sua moradia. Ter a casa, por si só, não “resolve”, no entanto, a busca por pertencimento, almejada por esses sujeitos; é um constante “fazer-se” face às necessidades, sempre renovado frente às esperanças de um viver melhor.

Com o valor das prestações das casas do residencial citado no início destas considerações, que é de oito salários mínimos, e o valor proposto pela Caixa Econômica Federal para viabilizar novas aquisições de casas, veiculado em recente artigo tanto da Folha de São Paulo como no Correio, de Uberlândia, variando entre um salário e meio a cinco salários mínimos (de trezentos a mil reais), só poucas famílias poderão arcar com a aquisição da casa própria. Muitas delas continuarão excluídas do processo.²⁰⁹

²⁰⁸ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

²⁰⁹ Pela ordem apresentada no texto, podemos verificar os artigos “Cidade tem déficit de moradia popular na periferia, mas setor imobiliário evita riscos e prefere priorizar o alto padrão”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/01/2003, p. E1 e “PMU estuda a adoção de novo programa”. *Correio de Uberlândia*. 19/01/2003, p. B3;

A exemplo da ocupação dos arredores do bairro Morumbi, terão que cavar as suas próprias estratégias para conseguir a sua moradia, para garantir seus territórios na cidade, sejam nas ocupações, nas favelas, nas auto-construções. O que significa que essas famílias, ao conseguirem se fixar “na casa”, terão que ir cotidianamente construindo os seus viveres, levando em consideração as circunstâncias que as enredam, isto é, a divisão do orçamento familiar para acudirem toda a sua sobrevivência. Mesmo porque, como Petuba nos aponta, nas ocupações de terras dos sem teto na busca por moradia, ao se tornarem efetivas, como no bairro Dom Almir, essas casas, ao contrário do que muitos pensam “não saem de graça” para os seus ocupantes, e nem eles o querem. Depois da ocupação, a luta é pela regularização do terreno. Uma vez regularizados, os seus novos proprietários pagarão uma mensalidade até acertarem o valor do terreno e ainda terão que se virarem na auto-construção das suas casas, no pagamento das tarifas públicas e todas as despesas relacionadas à continuação da vida.

Nessas formas das famílias buscarem a casa própria, seja nos Conjuntos Habitacionais, nos residenciais, seja nas ocupações, nas favelas, elas interrogam as políticas sociais vigentes, que se dizem voltadas para a população pobre. São políticas excludentes, que se rearticulam cada vez mais nos seus próprios interesses, alimentando a desigualdade, a prática da especulação imobiliária, a expulsão de milhares de famílias para a periferia da cidade.

Diante disso, o trabalho do historiador torna-se contínuo na investigação dos modos de viver desses sujeitos, como eles vão ocupando os espaços da cidade, e, sobretudo, nessas disputas, como vão, nela, construindo os seus territórios. Ele tem também a função de denunciar ao questionar as tramas tecidas no cotidiano urbano, dando visibilidade às lutas contra a segregação social e a pobreza que marcam o viver a (e na) cidade. Indo contra a proposta de cidade “ideal” que insiste em não reconhecê-los.

que, embora atentem para suas realidades locais, trazem informações sobre o déficit de moradia, alguns programas inseridos na política habitacional e os valores financeiros que os sustentam.

Bibliografia

Bibliografia

ARAGÃO, José Maria. “Criação do BNH e do SFH”. In: *Sistema Financeiro da Habitação: Uma Análise Sócio Jurídica da Gênese, Desenvolvimento e Crise do Sistema*. Curitiba/Juruá.1999.

ALMEIDA, Antônio de. “Os trabalhadores e seus espaços: Cultura, experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos sobre Identidade Coletiva”. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosangela (orgs.). *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: UFU, 2001, p. 27 a 42.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. “Novas Visões sobre a Complexidade da Segregação Sócio-Espacial Urbana no Final dos anos 90”. *Revista da Pós-Graduação em Geografia*. Rio de Janeiro UFRJ/PPGG. Semestral, vol. 1, setembro 1997, p. 64-91.

BENÉVOLO, L. *As Origens da Urbanística Moderna*. Trad. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1981, p. 51-75.

BESSA, K. C. O. “O Significado da Especulação Imobiliária no Espaço Urbano de Uberlândia- MG”. *História & Perspectivas. Uberlândia*. EDUFU, n. 16/17, jan./dez. 1997, p. 121-147.

BONDUKI, Nabil. “Crise, habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWAKICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição revista e atualizada, 1994.

CABRAL, Selmo Gonçalves. *Contratos do Sistema Financeiro de Habitação sob a égide do Código de Defesa do Consumidor e sua Aplicação Jurisprudencial*. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

CALDEIRA, Teresa Peres do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CARVALHO, T. C; *Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1999.

CASTRO, Sandra; “Apogeu e crise do populismo” (1945-1964). In: SADER, Éder e outros. *Movimento Operário Brasileiro-1900/1979*. Belo Horizonte. VEGA, 1980, p. 51-82.

CRUZ, Heloísa Faria. *Na Cidade sobre a cidade. Cultura letrada Periodismo e vida urbana – São Paulo – 1980/1915*. Tese (Doutorado em História) Faculdade Filosofia, Letras e Humanas/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

ESSUS, Ana Maria Mauad de S. A; “O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder no Rio de Janeiro da belle époque”. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997, p. 281/292.

FENÉLON, Déia Ribeiro. “Trabalho Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação”. *Projeto História* (4). PUC, 1985, p.21-37.

_____. “Historiador e a Cultura Popular: História da classe ou história do povo?” *História & Perspectivas* (6). Uberlândia/UFU, 1992, p. 5-24.

FONTANA, Josep. “Repensar a História para reprojeter o futuro”. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 05-39.

FRÚGOLI JR., H. “A Metrópole Apartada nos Centros Especializados”. In: *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo/MARCO ZERO, 1995, p. 73-105

HAROVEL, Jean Louis. “O Urbanismo da Era Industrial”. In: *História do Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990, p. 101-148.

HOBBSBAWM, E. J. “O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 273-297.

KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Orais na Investigação da História Social”. *Projeto História - História e Oralidade*, n.22. São Paulo: EDUC, 2001, p. 79-104.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVERDI, Robsom. *Pelo Direito de Morar: Experiências de Luta por Reforma Urbana-(1980-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza na Sociedade Burguesa: assistência social institucionalizada. Uberlândia – 1965-1980*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

MARTINS, I. C.; RAMIRES, J. C. L. Capital Imobiliário e Espaço Urbano: uma contribuição ao estudo da evolução da cidade de Uberlândia.(*Relatório final de pesquisa, CNPq*).Geografia/UFU. Uberlândia. 1995, 93 p.

MEDEIROS, E. Antunes; *Trabalhadores e Viveres Urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Dez Anos de Economia Brasileira: história e historiografia (19554-1964)”. *Revista Brasileira de História* v. 14, n. 27. São Paulo, ANPUH/MARCO/ZERO.

MARTINS, I. C.; RAMIRES, J. C. L.; SOARES, B. R. “A Expansão Urbana em Uberlândia e a ação da Imobiliária Tubal Vilela”. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia: EDUFU, 9 (17):57-80, jan./jun. 1997.

MORAES, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: Trajetórias e Vivências de Carroceiros na cidade de Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

PRETEICEILLE, Edmond. “Segregação. Classes e Política na grande Cidade”. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano X, n. 02, ago./dez. 1996, p. 15-37.

PEREIRA, Laurindo Méckie. *Dependências, Favores e Compromissos: Relações Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

PETUBA, Rosângela M. Silva. *Pelo direito à cidade: Experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir (1990-2001)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberlândia: administração, finanças e economia*. Uberlândia/MG: Oficinas Livraria Kosmos, 1922.

REIS, Maucia Vieira dos. *Alvorada: memórias de um bairro – Uberlândia – Anos 80/95*. Monografia /História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

RELP, E. “A Invenção do Planejamento Urbano Moderno: 1890-1940”. In: *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa: Edições70, 1987, p. 51-90.

RODRIGUES, J. F. S. *Trabalho, Ordem e Progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – setor de serviços – 1924-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. *Projeto História - Espaço e Cultura* (18). São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999, p. 135-155.

SACHS, Celine. “Introdução” e “O crescimento econômico, e a questão da habitação em São Paulo”. In: *São Paulo políticas e Habitação Popular*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 19-64.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SCAGLIONE, Luiz R. T. *A crise do SFH e a necessidade do Setor Imobiliário*. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1993.

SZMRECSANYI, M, I, Q, F; LEFEVRE, José Eduardo de Assis. “Grandes Empreiteiras, Estado e Reestruturação Urbanística da Cidade de São Paulo – 1970-1996”. In: *ANAIS* (2). Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1996.

TELLES, Eduard E. “Segregação Racial e Crise Urbana”. In: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1994.

THOMPSON, E. P. “Intervalo: a Lógica Histórica”; “O Termo Ausente”. In: *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-61; 180-201.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias”. *Projeto História* (15). São Paulo: EDUC, 1997, p. 51-84.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Fontes

A) Documentos Oficiais

Lei Orgânica do Município de Uberlândia, 06/06/1990.

Lei nº 2.701, 01/12/1977. Coleção Uberlândia/CDHIS/UFU

Lei nº 3.147, 29/05/1980. Coleção Uberlândia/CDHIS/UFU.

Lei nº 6766, 19/12/1979. BUCCI, Mário Cesar; “Legislação”. In: *Parcelamento do Solo: Loteamento*. Campinas. São Paulo: Editora Jurídica Mizuno, 1998, p.1246-1259.

Os Códigos de Postura 1950, 1967 e 1988.

Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia, 09 de fevereiro de 1954.

B) Jornais

(seqüenciais) – Correio de Uberlândia - anos - 1980 a 1987

A Notícia - anos -1980 a 1985

Primeira Hora – ano – 1982 a1985

(esporádicos) – Correio de Uberlândia – anos – 1970, 1973, 1979 e 31/08/2001

Pasquim. Rio de Janeiro – anos – 1980 e 1983

C) Publicações

Revistas:

Veja – ano - 1987

Vida Industrial – ano – 1993

Anais:

“Sistema financeiro de Habitação”. In: Anais/Seminário. Belo Horizonte – AJUFE – (Associação dos Juizes Federais do Brasil) 12 a 14/09/2000.

Cartilhas:

Guia Turístico: Uberlândia Capital do Cerrado. Uberlândia/MG, Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo/PMU, 1995, pp. 05-06.

Projeto memória – SINTET-UFU/Célia Rocha Calvo (org.)

Uberlândia: SINTET-UFU / 2002, 158p.

D) Atas

Associação de Moradores do Segismundo Pereira – Sede: Centro de Formação do Menor.

Rua Joaquim Carlos Fonseca, 447, Bairro Segismundo Pereira. Uberlândia.

06/06/82 (folhas avulsas)

Livro / ano: 1982/1990; 1990 a 1992.

Correspondências recebidas, enviadas; documentos diversos; prestação de contas, referentes aos anos de 83,84,85,86,87.

E) Mapas

Uberlândia – Bairros/2000

Conjuntos habitacionais: Segismundo Pereira e Santa Luzia

F) Fotos

Coleção Uber- City – 80/CDHIS/1986 (Fotos 2; 7)

Arquivo pessoal/2002 (Fotos 1; 3; 4; 5;6; 89; 10;11; 12; 13; 14; 15)

Cedida por moradores: 1984; 1997 (Foto 16;17)

G) Entrevistas
10 entrevistas feitas com moradores dos Conjuntos Habitacionais

Relação dos Entrevistados

1 – D. Maria de Lourdes Militão é moradora do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1981 tem 62 anos, aposentada/UFU. Veio de S. João da Boa Vista / S.P em finais dos anos 70. Morou anteriormente no antigo bairro das Tabocas, hoje, Bom Jesus. Entrevista concedida em sua residência, dia 22/06/2001.

2 – Romeiltom Gomes Júnior morador do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1981 tem 21 Anos. É estudante Universitário/Biologia/UNIT e funcionário Público Municipal. Entrevista realizada na residência de seus familiares, em julho de 2001. Nasceu em Uberlândia, morou anteriormente no bairro Tibery.

3 – Odair Pereira Carrijo mudou-se para o Conjunto Santa Luzia em 1981. Tem 47 anos é funcionário público federal/UFU. Esta entrevista, excepcionalmente foi realizada por Célia Rocha Calvo, em 2000 e, cedida para o meu trabalho. Sr Odair é natural de Uberlândia, morou anteriormente nos bairros Operário e Saraiva.

4 – Marco Túlio Rosa morador do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira desde 1981, tem 33 anos. É funcionário público federal/UFU e estudante universitário/Filosofia/UFU. A entrevista foi realizada na minha residência por solicitação do mesmo, dia 02/12/2001. Nasceu em Uberlândia, morou anteriormente no bairro Cazéca.

5 – Sr. Gino (Luís Antônio Gino) morador do Segismundo Pereira, desde 1981. É técnico em fisioterapia, aposentado/UFU. Porém, ainda exerce particularmente a sua profissão para complementar a sua renda. Tem 50 anos. Nasceu em Passos/MG. Mudou-se para Uberlândia em 1962 na companhia dos pais. Morou anteriormente no “Fundinho” e no bairro Santa Mônica. Entrevista realizada no local de trabalho, dia 28/06/2001.

6 – D. Laudelina de Fátima é moradora do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, desde 1985. Tem 56 anos é dona de casa. Nasceu no Município de Araguari/MG. Morou na zona rural até 1979 quando se mudou para Uberlândia, no bairro Tibery. Entrevista realizada na sua residência, dia 01/12/2001

7 – Sr. Osvaldo Rodrigues do Nascimento é morador do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira desde 1985. Tem 58 anos, está aposentado. Nasceu na zona rural, Município de Uberlândia, permanecendo nela até 1979, quando se mudou para o bairro Tibery. Entrevista realizada na sua residência, dia 01/12/2001.

8 – D. Maria Batista da Silva é moradora do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1982. Nasceu no Rio Grande do Norte, tem 60 anos. Veio para Minas Gerais em 1957, morou tanto em cidades da região, como na zona rural. Ao mudar-se para Uberlândia, morou primeiro no bairro Saraiva. Trabalhou como costureira na década de 80, hoje está aposentada. Foram realizadas com D. Maria Batista duas entrevistas, ambas na sua residência. A primeira foi dia 26/04/2002 e a outra dia 22/11/2002.

9 – D. Maria Helena Furtado tem 80 anos, é moradora do Conjunto Segismundo Pereira, desde 1981. Nasceu no Rio Grande do Norte e, com 45 anos veio para o Triângulo Mineiro morando em diversos lugares, tanto em cidades como na zona rural (por 10 anos). Nutria a vontade de fixar residência em Ituiutaba/MG. Contra seu gosto, mudou-se para Uberlândia

para o bairro Santa Mônica (de aluguel), e posteriormente adquiriu a sua casa própria no Segismundo Pereira. Entrevista concedida na sua residência dia 27/04/2002.

10 – D. Iracema Alves de Lima, 66 anos, é moradora do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira. Natural do rio Grande do Norte, veio para Minas Gerais com 16 anos acompanhando os pais. Voltou para o Norte, casou-se e regressou para a região de Minas, para a zona rural. Em 1974 mudou-se para Uberlândia; morou em casa de aluguel nos bairros Roosevelt de Oliveira e Santa Mônica. Em 1981 comprou sua casa no Segismundo Pereira, onde fixou residência. Entrevista concedida em 28/04/2002 na sua casa.

Anexo I

Anexo II

Anexo III

Anexo IV (*a* e *b*)

Anexo V

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)